



Curso de Pedagogia

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: REPERCUSSÃO DO
PROCESSO EDUCACIONAL PARA O EMPODERAMENTO DO
SUJEITO DO CAMPO**

Jonalda Maria Zeni

Lajeado, novembro de 2018

Jonalda Maria Zeni

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: REPERCUSSÃO DO
PROCESSO EDUCACIONAL PARA O EMPODERAMENTO DO
SUJEITO DO CAMPO**

Monografia apresentada na disciplina de Trabalho de Curso II, do Curso de Pedagogia da Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES, como parte da exigência para obtenção do título de licenciatura em Pedagogia.

Professora orientadora: Prof.^a Dra. Danise Vivian

Lajeado, novembro de 2018

AGRADECIMENTOS

A emoção e a alegria começam a invadir o meu ser. Sincronicamente a comoção e a sensação de felicidade dominam meu pensamento. Sei que este sentimento de contentamento manifesta-se pela certeza de ter realizado meu sonho “a graduação no Curso de Pedagogia”. A satisfação e a alegria agregam-se também pelo caminho percorrido na realização dos compromissos buscando as respostas que me intrigavam enquanto acadêmica. Foram muitos momentos de dificuldades, incertezas, dúvidas e curiosidades que me impulsionavam para as descobertas. O importante para mim foi nunca desistir, e sim lutar pelas convicções que eu acreditava. Agora chega a ocasião de agradecer. Agradecer a todas as pessoas que participaram e estiveram comigo na vida acadêmica e pessoal.

Primeiramente agradeço a Deus, na qual encontrei forças para superar as barreiras que encontrei na caminhada como acadêmica, pessoa humana e sujeito em construção. Assim, me impulsionava para prosseguir com meus objetivos, acreditando em mim e nunca desistir.

Agradeço aos meus pais, pela formação pessoal, que mesmo com pouca instrução me ensinaram que na vida é necessário persistir e lutar por aquilo que acreditamos e queremos. Mesmo idosos e com a saúde debilitada concordavam e me apoiavam para seguir na vida acadêmica, desejando-me “Boa viagem, que Deus te acompanhe”, todas as vezes que saía de casa para a universidade.

Agradeço ao meu marido, companheiro incansável por entender as vezes que estive ausente e deixei muitos afazeres de lado que ele mesmo efetuava para que eu pudesse estudar, praticar minhas leituras e desenvolver minhas escritas. Agradeço-lhe pelas inúmeras vezes que me dava forças, quando sentindo medo não

acreditava que eu seria capaz. Por cuidar dos meus pais idosos quando os compromissos acadêmicos exigiam todo o meu tempo.

Agradeço profundamente à minha orientadora professora Danise Vivian, pessoa admirável, na qual tenho um carinho imensurável e muitas afinidades. Educadora excepcional, que esteve sempre disponível para me auxiliar em toda caminhada acadêmica. Agradeço por compreender e apoiar quando eu não acreditava em mim, suas palavras de confiança contribuíram para o meu empoderamento.

Agradeço ao professor Rogério José Schuck, que aceitou o convite para ser meu avaliador. Ele foi um professor que marcou muito na minha vida acadêmica, na qual prezo e aprecio. Respeito sua capacidade de expressar-se e estimo com ser humano.

Agradeço a minha colega e amiga Laís Rabaiolli Giongo, que o Curso de Pedagogia me presenteou. Pelo companheirismo em muitas disciplinas e parceira de estágios. Juntas descobrimos que além da diferença de idade, Deus nos colocou no mesmo caminho, sendo para mim filha do coração. Partilhamos alegrias e dificuldades nos ajudando e apoiando-nos para no final selar com um grande abraço nossas conquistas e dizer “mais uma etapa que se foi”.

Agradeço as minhas sobrinhas Angélica Zeni Boer e Lis Ângela Bresciani, pelo apoio quando decidi voltar aos estudos e realizar meu sonho de graduação em Pedagogia. Pelo auxílio com materiais didáticos para estudo em preparação ao vestibular e com sugestões na hora de realizar os estágios. Duas pessoas maravilhosas que entraram na minha vida como seres de luz que admiro e tenho um grande bem querer.

Encerro meus agradecimentos as pessoas que foram muito importantes para mim e sempre guardarei no meu coração. Neste momento as lágrimas rolam na minha face. Sei que são de alegria, pois meu sonho tornou-se realidade, o dia tão esperado para colação de grau se aproxima. Uma sensação inexplicável, fascinante e encantadora invade o mais profundo do meu íntimo. As palavras não conseguem expressar todo o sentimento que gostaria de propagar, sei que estou muito feliz, e por esta felicidade a todos muito obrigada.

Resumo

Este trabalho foi desenvolvido como Conclusão de Curso II, do Curso de Pedagogia da Universidade do Vale do Taquari UNIVATES, em uma Escola de Ensino Fundamental da região. Esta pesquisa surge através de inquietações e estudos, buscando responder o problema “Como a educação desenvolvida por meio da modalidade de Educação de Jovens e Adultos pode contribuir para o empoderamento do sujeito?” A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade educacional que possibilita o acesso ao conhecimento dos sujeitos que não tiveram oportunidade de frequentar as instituições de ensino na idade adequada. Sendo assim, podem concluir os estudos e, pelo conhecimento, conquistar seu espaço social, elevar a autoestima e construir sua autonomia. A pesquisa reflete sobre a relevância da modalidade educativa EJA, verificando se ela gera empoderamento do sujeito do campo, possibilitando-lhe a capacidade de direcionar suas ações com competência, tomando decisões que transformem sua realidade. Durante o processo de pesquisa e investigação, adotei aportes teóricos voltados para o tema em enfoque, com destaque aos seguintes autores: Freire (2014), (2016), (2011), Moll (2004), Di Pierro (2014), Arroyo (2017). Esta pesquisa é praticamente freireana, por ser Freire a principal fonte de estudos, agregando autores com o um pensamento semelhante. Para responder o meu problema de pesquisa, conhecer e refletir sobre a realidade do assunto, estudei alguns conceitos de empoderamento e investiguei para gerar dados a partir de entrevistas com professores da EJA, a fim de compreender as práticas adotadas. Observei as aulas para perceber se os conteúdos geram o empoderamento do sujeito, entrevistei estudantes da EJA analisando se as práticas promovem o empoderamento para transformar a realidade em que vivem. Analisei o Plano Político Pedagógico e o Plano de Ensino da escola. A pesquisa foi um estudo bibliográfico e uma pesquisa de campo com abordagem qualitativa. Como resultado da pesquisa, percebi que a modalidade educativa EJA pode empoderar o sujeito através de suas práticas escolares, uma vez que eles se apropriam de conteúdos didáticos e interpretação de mundo. Notam-se, nas falas dos estudantes, mudanças significativas em sua vida após frequentar a EJA. Ainda, por meio das observações das aulas e das entrevistas com professores, percebeu-se que o conhecimento trouxe autonomia para tomada de decisões e transformação da realidade existente.

Palavras chave: Educação de Jovens e Adultos, Empoderamento, Sujeito do campo.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 TECENDO UM DIÁLOGO ENTRE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E O SUJEITO DO CAMPO	13
2.1 Educação de Jovens e Adultos: Uma história para contar	14
2.2 Legislação: Um desafio hoje, uma conquista amanhã.	21
2.3 Currículo... praticável ou imaginável	26
2.4 Educador.... “Aquele que dá aula!”	31
3 EDUCAÇÃO E EMPODERAMENTO	38
3.1 Dialogando com conceitos de educação e empoderamento com a possibilidade de formação do adulto para permanecer no campo	39
4 INDIVÍDUO ONTEM, SUJEITO HOJE: APRENDENDO A CAMINHO DE UM SONHO ...	49
4.1 Aproximações da realidade local do sujeito do campo à educação	50
4.2 Sou sujeito...Sou do campo...A educação trará o reconhecimento	53
4.3 Movimentos pelo reconhecimento de políticas agrícolas e educação voltadas para o campo	57
5 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA PERSPECTIVA DE EMPODERAMENTO: UMA VINCULAÇÃO POSSÍVEL?	63
7 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: “ME DEU LIBERDADE”	72
7.1 Conhecimento na Educação de Jovens e Adultos: e o empoderamento?.....	73
7.2 A Arte de Transformar é Tornar Realidade: será verdadeiro?.....	90
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
REFERÊNCIAS	108

1 INTRODUÇÃO

Ao escrever estas linhas, pretendo expressar sentimentos e acontecimentos que me levaram a cursar Pedagogia. Sempre residi no interior, aqui continuo e quero ficar com muito orgulho ser do campo, de onde tenho minhas origens. O “ser professora” é algo que carrego comigo desde minha infância. Quando criança, perguntavam-me: “o que você quer ser quando crescer?”. Eu respondia: “Professora”! Estudava pela parte da manhã e, à tarde, brincava de ser professora em um ambiente adaptado no porão de minha casa. Os alunos eram as bonecas que eu possuía e as colocava sentadas uma ao lado da outra.

Quanto aos estudos, iniciei aos 4 anos de idade, em uma escola do interior perto de minha casa. A professora, prima de minha mãe, passava todos os dias em frente à minha moradia e me chamava. Eu, que apreciava muito aprender e estar na escola, a aguardava para seguirmos juntas. Fiquei na escola do interior até concluir a 4ª série. Após este período, passei a estudar na cidade de Anta Gorda/RS, em uma escola privada das irmãs Scalabrinianas, na qual encerrei o Ensino Fundamental. No ano seguinte, ingressei no Ensino Médio, na Escola Estadual São Carlos, onde permaneci por 2 anos, mas não consegui concluir os estudos, porque meus pais foram morar distante da cidade e da escola. Na época, meninas não ficavam fora de casa na concepção deles.

O destino direcionou meu caminho para outras trilhas, que passavam distante do Curso de Pedagogia e de ser “Ser Professora”. Mas o sonho não se separou de mim, continuava acomodado. Enquanto percorria outros rumos, necessários para alicerçar minha vida profissional e humana, nunca esqueci do meu sonho, mesmo às vezes aparentando impossível e desviado.

Casei-me muito cedo e precisava trabalhar para auxiliar meu marido nas tarefas diárias. Por sermos humildes, exigia-nos mais trabalho para o sustento e para a construção da nossa propriedade. O sonho de cursar Pedagogia continua irrequieto. Meu marido, que sempre foi e continua sendo muito parceiro, dizia-me: “Um dia você vai realizar teu sonho de voltar a estudar, basta acreditar”. Se hoje estou quase chegando ao final da graduação, além do meu esforço, devo também a ele. Adoto a frase “Os sonhos precisam de persistência e coragem para serem realizados. [...] Mas os sonhos, por serem verdadeiros projetos de vida, resgatam nosso prazer de viver e nosso sentido de vida, que representam a felicidade essencial que todos procuramos”. (CURY,2005, p.92)

Porém, para cursar Pedagogia eu precisava concluir o Ensino Médio. O tempo passou, muitos acontecimentos sucederam-se. Tomei a decisão de que logo seria o momento de realizar meu sonho. Por ser adulta, fiquei apreensiva por voltar a estudar em meio aos adolescentes. Por isso, entendi que seria melhor concluir meus estudos entre os adultos. Por este motivo procurei uma escola que oferecia a Educação de Jovens e Adultos (EJA), na cidade de Guaporé/RS. Em 2012, concluí o Ensino Médio (EJA) e despertou em mim o desejo de prestar vestibular na UNIVATES, para o sonhado curso de Pedagogia.

Ao ser aprovada, quase não acreditei. O quase impossível tornava-se realidade. Em 2013, chegava a hora de estar na Universidade. Eu podia dizer: “Sou acadêmica do Curso de Pedagogia”. Fui muito incentivada pela família a prosseguir no meu sonho, de modo especial, pelo meu marido. Ao comunicar às pessoas mais próximas de que estaria na Universidade, diziam-me: “Você é mesmo corajosa, mais de 20 anos fora escola e agora vai encarar os estudos”.

A Universidade e a educação mostraram-me com mais clareza que o conhecimento transforma o ser humano. Entrei para a graduação com um pensamento e, hoje, quase ao final, posso dizer que sou outra pessoa. Sei o que eu quero, o que posso fazer e onde posso chegar. Como lema, entendo que: “Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, sem aprender a refazer, a retocar o sonho por causa do qual a gente se pôs a caminhar” (FREIRE, 1992, p. 155).

Durante a graduação pensei em várias possibilidades de temas para a disciplina de Trabalho de Conclusão (TCC), mas nada que me instigasse. Eram apenas, pensamentos. Porém, chegou o período de matricular-me. Naquele momento, obtive a certeza de que o assunto seria “Educação de Jovens e Adultos”. Quando a coordenadora do curso convidou as acadêmicas para a reunião, já havia definido meu tema de pesquisa para o TCC, “EJA e as suas implicações para o aluno do campo”.

Escolhi a EJA, porque, após frequentar esta modalidade educativa, percebi uma mudança em minha vida que me encaminhou para a realização do meu sonho. Já o sujeito do campo foi escolhido porque ali estão minhas raízes, e por conhecer a luta na busca de direitos, igualdade e estabilidade profissional.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade educacional que possibilita o acesso ao conhecimento dos sujeitos que não tiveram oportunidade de frequentar as instituições de ensino na idade adequada (Lei 9.394/96). A temática da educação de jovens e adultos surgiu a partir de uma demanda significativa de sujeitos na minha região que buscavam a EJA com o objetivo de concluir os estudos e, através do conhecimento, conquistar seu espaço social, elevar a autoestima e construir sua autonomia.

É um desafio problematizar este tema que traz inquietação. Faz referência ao desejo de investigar os sujeitos envolvidos nesta prática, visando a sua emancipação. Superando assim, desigualdades, exclusão, podendo conduzir sua vida com sabedoria e sem diferenças. Tomando as próprias decisões e para muitos uma oportunidade de estabilizar-se no campo.

Tão logo despertou-me o interesse por este tema, observei aulas da EJA, que estão sendo ministradas na região. O intuito é conhecer as práticas adotadas pelos professores e a curiosidade de conhecer os alunos que as frequentam. Chamou minha atenção, uma senhora que disse “eu escrevia e lia um pouco, mas não entendia o que estava lendo, agora notei a diferença. Quero aprender mais.” Estas palavras deixaram-me empolgada em prosseguir com a investigação nesta modalidade educacional.

O presente trabalho denominado “Educação de Jovens e Adultos: repercussão do processo educacional para o empoderamento do sujeito do campo” reflete sobre

esta modalidade de educação popular. Compactuo com esta modalidade educacional, pois acredito que ela possibilita transformar a realidade cotidiana dos alunos do campo, valorizando as experiências daqueles que aprendem a ler o mundo.

Partindo de questionamentos pessoais, aprofundei-me no assunto da EJA, chegando ao meu problema de pesquisa: **Como a educação desenvolvida através da modalidade de Educação de Jovens e Adultos pode contribuir para o empoderamento das pessoas do campo?**

Não sei se encontro todas as respostas que procuro. Talvez, perceba algumas transformações no cotidiano e na vida dos sujeitos pesquisados, após frequentarem a modalidade educativa EJA. Para que esta pesquisa se concretizasse, defini meu objetivo principal: Compreender como a educação desenvolvida através da modalidade de Educação de Jovens e Adultos pode contribuir para o empoderamento das pessoas do campo.

A partir deste objetivo geral, ressalto os objetivos específicos:

- Conceituar o que se entende por empoderamento no percurso educacional e compreender a modalidade de Educação de Jovens e Adultos;
- Compreender se as práticas escolares da EJA promovem o empoderamento dos educandos que vêm do campo;
- Analisar se os jovens e adultos alfabetizados na EJA conseguem transformar a realidade do campo.

Este tema manifesta-se através do interesse de investigar os motivos que levaram muitos sujeitos da minha região, moradores do campo, a voltar aos estudos após muito tempo longe da escola. A minha curiosidade está em pesquisar de que forma a modalidade da EJA pode emancipar o sujeito, especificamente, o sujeito do campo. Para isso, tenho consciência de que preciso de apoio teórico para entender de que forma pode ocorrer a construção do conhecimento e, a partir disso, se acontecem transformações na vida destes sujeitos.

Portanto, a pesquisa reflete sobre a relevância da modalidade educativa EJA, a fim de verificar se ela gera empoderamento do sujeito do campo, possibilitando-lhe a capacidade de direcionar suas ações com competência para tomar decisões que transformem sua realidade.

Durante o processo de pesquisa e investigação, adotei aportes teóricos voltados para o tema em enfoque, com destaque aos seguintes autores: Freire (2014), (2016), (2011), Moll (2004), Branco (2015), Di Pierro (2014), Arroyo (2017) Caldart (2017), Zitkoski (2010).

Freire (2014, 2016), (2011) defende uma proposta libertadora para emancipar o sujeito pelo caminho da educação. E, para transformar a realidade, sustenta a necessidade de desejar e compreender que libertação é uma maneira para viver em sociedade com dignidade. Problematiza a postura do educador e a prática docente frente aos seus educandos. Possibilita uma leitura de mundo, de interpretação crítica das situações do cotidiano. Moll (2004) aborda o tema da alfabetização de jovens e adultos, o acesso à escola, aprendendo a constituir-se sujeito, a comunicar-se com o mundo e estar no mundo, considerando a bagagem das memórias inscritas nos sujeitos em seu cotidiano. Branco (2015) aborda que a educação de qualidade para jovens e adultos trabalhadores do campo ainda é insuficiente. Di Pierro (2014) questiona as políticas públicas governamentais, a forma que se oferece a Educação de Jovens e Adultos, a diversidade de público, a prática pedagógica e a educação como direito de todos, em qualquer fase da vida. Arroyo (2017), (2013) aborda a realidade do campo e o currículo adotado da EJA. Caldart (2017) aborda a realidade do campo e como os sujeitos se mobilizam para buscar seus direitos. Além disso, esses autores defendem a necessidade de aprender e qualificar-se para estabilizar-se no campo. Para isso, tomam os movimentos populares como ferramenta de luta pelo acesso e direito à educação e reconhecimento da cidadania. Zitkoski (2010), apresenta sua colaboração com um pensamento freireano, ligando aos acontecimentos da sociedade marcada por situações de exclusão, diferenças sociais, culturais, tendo a educação como meio para libertar os sujeitos em um contexto de subjetividades.

O presente estudo apresenta sete capítulos, sendo o primeiro a introdução. O segundo capítulo, intitulado “Tecendo um diálogo entre Educação de Jovens e Adultos e o sujeito do campo”, aborda os seguintes aspectos: Educação de Jovens e Adultos: uma história para contar; Legislação: um desafio hoje, uma conquista amanhã; Currículo...Praticável ou imaginável; Educador...Aquele que dá aula.

No terceiro capítulo, discorro sobre “Educação e Empoderamento”, procurando estabelecer relações entre esses conceitos e a possibilidade de formação do adulto para permanecer no campo.

O quarto capítulo refere-se ao “Indivíduo ontem, sujeito hoje: aprendendo a caminho de um sonho”, estabelecendo aproximações entre a realidade local do sujeito do campo e a educação. Ainda no quarto capítulo, a seção “Sou sujeito... sou do campo” discorre sobre o reconhecimento como consequência da educação e os movimentos de políticas agrícolas e educação voltadas ao campo.

No quinto capítulo, disserto sobre Educação de Jovens e Adultos na perspectiva de empoderamento: uma vinculação possível?

No sexto capítulo disserto sobre a metodologia desta pesquisa, desenvolvida por meio da abordagem qualitativa e da pesquisa bibliográfica embasada em vários autores. Ainda, uma pesquisa de campo para gerar dados, a partir de entrevistas com professores e estudantes do campo frequentadores da EJA, observação das aulas da EJA e análise do PPP e Plano de Ensino.

No sétimo capítulo reflito sobre a geração de dados realizada para esta pesquisa, denominada Educação de Jovens e Adultos: “Me deu Liberdade”. Abordando Conhecimento na Educação de Jovens e Adultos: e o empoderamento? Ainda, nesta seção “A arte de transformar é tornar realidade: será verdadeiro”?

2 TECENDO UM DIÁLOGO ENTRE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E O SUJEITO DO CAMPO

Quem sou eu sem educação
O que seria de mim sem o conhecimento
Ah! Um ser sem nome, sem destino, a vagar
Sem identidade, perdido no mundo,
A voz da educação então, só ela humaniza o sujeito.
(ZENI, 2018)

Para melhor compreensão sobre o tema desta pesquisa faz-se necessário conhecer um pouco os capítulos que integram este trabalho. No primeiro capítulo teórico, será abordada a trajetória da Educação de Jovens e Adultos, traçando uma retrospectiva histórica sobre a modalidade educativa. Em seguida, procuro comentar sobre as políticas públicas para a EJA, sobre o currículo adotado para a prática e a valorização das experiências de vida do aluno entrelaçando-as com a educação. Por fim, busco analisar como os educadores desempenham sua função para orientar o aluno através do conhecimento, direcionando-o para o empoderamento.

2.1 Educação de Jovens e Adultos: Uma história para contar

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino com práticas formais e não formais relacionadas à aquisição do conhecimento conforme nos apresentam alguns autores que serão apresentados a seguir. De acordo com Haddad e Di Pierro (2000), autores que sustentam a construção da trajetória histórica da EJA neste subcapítulo, esta modalidade educativa não é nova no Brasil. A primeira Constituição brasileira de 1824, com influência europeia, já garantia “instrução primária e gratuita para todos os cidadãos” (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 109) e também para os adultos. Este direito, de uma educação de qualidade, avançou a passos lentos, interpretada, em um primeiro momento como se fosse direcionado apenas para as crianças. Delegada às elites, com menos recursos para as classes carentes, pouco foi feito para educar jovens e adolescentes não escolarizados. Assim, ao final do Império, 82% da população acima de cinco anos era analfabeta.

Na Constituição de 1891, durante a primeira república brasileira, a União assumiu o papel educativo, mas, mais uma vez, para as elites e pouco para o povo carente, excluindo os adultos analfabetos da participação de votar, o que demonstrava que a maioria adulta era iletrada. Nesta época, fizeram-se reformas educacionais por notarem a precariedade da educação básica. Entretanto, a população continuava com altos índices de analfabetismo.

Com a Constituição de 1934, vem a proposta de um Plano Nacional de Educação, que seria coordenado e fiscalizado pelo governo federal, reafirmando a educação como um direito de todos e dever do Estado, cobrando do setor público o desenvolvimento e a manutenção da educação. Em 1940, a Educação de Jovens e Adultos veio firmar-se como um problema de política nacional, apontando a necessidade de incluir jovens e adultos nas normas de ensino gratuito. Pela primeira vez a Educação de Jovens e Adultos era reconhecida e recebia um tratamento especial.

Em 1942, foi implantado um Fundo Nacional de Ensino Primário. A partir daí, deveriam dispor recursos incluindo um Ensino Supletivo para adolescentes e adultos, o que foi regulamentado em 1945. Neste ano, após a 2ª guerra mundial, a Organização das Nações Unidas Para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), denunciava as desigualdades entre os países e alertava para o papel da educação, especialmente para jovens e adultos considerados como categoria “atrasada”.

Em 1947, foi instalado o Serviço de Educação de Adultos (SEA), com a finalidade de coordenar o Ensino Supletivo para jovens e adultos analfabetos. Este movimento de educação em favor dos jovens e adultos estendeu-se até os fins de 1950, com a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA). Em 1947, aconteceu o I Congresso Nacional de Educação de Adultos, com o slogan “ser brasileiro é ser alfabetizado”.

A Campanha de Educação de Adultos abre a discussão sobre o analfabetismo e a educação de adultos no Brasil. O analfabetismo é visto como causa e não com efeito do escasso desenvolvimento brasileiro, privando o País de participar do conjunto das "nações de cultura". Tal preconceito era estendido ao adulto analfabeto identificado como elemento incapaz e marginal psicológica e socialmente. Tanto quanto criança, o analfabeto padeceria de menoridade econômica, política e jurídica: produz pouco e mal e é frequentemente explorado em seu trabalho; não pode votar e ser votado não pode praticar muitos atos de direito. O analfabeto não possui, enfim, sequer elementos rudimentares da cultura de nosso tempo. Mas a campanha conseguiu bons resultados e essa visão preconceituosa foi sendo superada, passando-se a "reconhecer o adulto analfabeto como ser produtivo, capaz de raciocinar e resolver problemas. (CUNHA, 1999, p.11)

A CEAA passou a ter influência significativa criando infraestrutura para os estados e municípios assumirem a Educação de Jovens e Adultos. Duas campanhas foram organizadas pelo Ministério da Educação e Cultura. Em 1952, a Campanha Nacional de Educação Rural. E, em 1958, a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, ambas perduraram pouco tempo e pouco fizeram. A escolarização do povo brasileiro continuava reduzida se comparada a outros países.

Mas, neste mesmo ano, por realização do II Congresso Nacional de Educação de Adultos, no Rio de Janeiro, os educadores se preocuparam em definir um perfil para esta modalidade educativa, propondo um caráter próprio para a esta modalidade de ensino. O congresso reproduzia uma nova forma pedagógica de pensar voltadas aos adultos.

Evidenciam-se as ideias de Paulo Freire, com um pensamento novo para os educadores, confrontando velhas ideias e preconceitos e propondo uma nova pedagogia em que se valorizava a realidade na qual o educando estava inserido. A partir disso, propõe-se a criação de uma educação voltada para a população adulta com políticas acessíveis, dando espaço a esta população que, em sua maioria, era empobrecida e vivia afastada das instituições escolares, por diferentes motivos (HADDAD; DI PIERRO, 2000).

Com esta perspectiva, Freire (2016, p. 29) consagra a EJA como uma “[...] educação como prática de liberdade” e, juntamente com os participantes do II Congresso, apoiava os movimentos de democratização de oportunidade de escolarização para adultos e representava a luta política dos grupos que queriam legitimar suas ideias através da prática educacional. Assim, a Educação de Adultos passou a ser reconhecida e conduzida por tratamento específico nos planos pedagógicos. No início da década de 1960, a Educação para Jovens e Adultos conseguiu avanços no campo educacional, principalmente, com a ajuda de Paulo Freire que propunha mudanças no sistema educacional brasileiro. Este autor configurou um novo modelo pedagógico para a Educação de Jovens e Adultos que apontava para a criticidade desses indivíduos como sujeitos de aprendizagem e de transformação social (SOUZA; SILVA, 2011, p.95).

De 1961 a 1964 surgem movimentos como: movimento de Educação de Base, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (1961), Movimento da Cultura Popular do Recife (1961), Os centros Populares de Cultura, (CPC) Órgão Culturais da UNE, A Campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler (CPCTAL) da Secretaria Municipal de Educação de Natal, O Programa Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação e Cultura. A educação de Jovens e Adultos passa a ser reconhecida como um instrumento de ação política, valorizando o saber e a cultura popular.

Porém, em 1964, com o golpe militar, que fez o país passar por modificações significativas na política, os movimentos de cultura popular acima mencionados foram reprimidos. Os líderes também foram perseguidos e seus ideais censurados, assim, os movimentos de educação de adultos foram interrompidos e os professores proibidos de atuar, pois, para os governantes, a educação dos adultos contrariava os ideais dos políticos.

Durante este período, alguns programas de caráter conservador foram consentidos, como A Cruzada de Educação Básica Cristã (ABC), que foi extinguido-se. Em 1967, surge o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), criado pela lei 5.379 de 15 de dezembro de 1967 por um grupo administrativo apoiado pelo Estado, que buscava alternativas para suprir programas que não tiveram êxito.

Este movimento apresentou-se como muitas outras ações e constituiu-se no governo militar. Porém, manifestou-se com uma proposta bem diferente do que Paulo Freire pensou para a Educação de Jovens e Adultos.

. Produziu-se um material de caráter nacional para todas as regiões. Passaram para os municípios o compromisso de engajar todos os analfabetos no programa providenciando professores e espaços para ministrar as aulas.

Além de firmar acordos com municípios e Secretarias de Educação, o MOBRAL conveniou-se com instituições confessionais e não governamentais, como o Movimento de Educação de Base da CNBB, Serviço de base de Educação Comercial (SENAC), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério de Educação e Cultura, através do Projeto Minerva, com o Centro Brasileiro da TV Educativa (FCBTVE), com Fundação Anchieta e outros.

Em 1970, chega-se ao extremo do controle autoritário pelo Estado. O MOBRAL, que vinha para acabar com o analfabetismo em dez anos, foi considerado uma “vergonha nacional”, na expressão do presidente militar Médici (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p.115), e criticado pelo pouco tempo reservado à alfabetização e pelos métodos adotados para a comprovação da alfabetização.

Em 1971, foi implantado o Ensino Supletivo, que visava uma nova concepção de escola, com o objetivo de suprir a escolarização regular para jovens e adultos que não a tinham concluído na idade própria. Conforme a LDB 5.692/71, em seu artigo 24, “O ensino supletivo terá por finalidade: Suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não a tenham seguido ou concluído na idade própria; proporcionar mediante repetida volta à escola, estudos e aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte.”

Declarado no Parecer 699 como “o maior desafio proposto aos educadores brasileiros na Lei 5,692, o ensino supletivo objetivava criar uma nova concepção de escola” (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p.116).

Neste período, direcionaram ao Presidente da República um Projeto de Lei atribuindo ao Ensino Supletivo relevância por “suprir a escolarização regular e promover crescente oferta de educação continuada” (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p.116). Isso porque este projeto tinha o intuito de resgatar o retardo das pessoas que não haviam efetuado a escolarização na idade adequada.

O Ensino Supletivo foi apresentado à população como um processo educacional adaptável à modernização socioeconômica observada no país nos anos 70. Não seria uma escola voltada para determinada classe, conforme o movimento cultural popular, porém uma escola que atendesse a todos em uma prática de permanente atualização. Preocupavam-se com a ordem econômica e política vigente.

Em 1972, ocorre a III Conferência Internacional de Educação de Adultos, convocada pela UNESCO, em Tóquio. A Secretaria do Ministério de Educação e Cultura emitiu um documento que traduzia a “preocupação com a educação como elemento prioritário dos projetos de desenvolvimento” e que havia também “uma atitude nova no sentido de encará-la como rendoso investimento”. (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p.118). O Estado, preocupado por não resolver os problemas do analfabetismo e desejoso de recursos humanos que suprissem as necessidades econômicas e políticas do poder militar, pensava em instalar uma educação permanente, na qual a Educação de Jovens e Adultos poderia ser uma “poderosa arma para acelerar o desenvolvimento e o progresso social”. (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p.118). Por alguns anos, pouco se fez para escolarizar o povo, que ficou sem ter o direito de pensar por si, pois o poder militar reprimia e manipulava conforme seus interesses.

Em 1985, com a Nova República, o MOBREAL foi substituído pela Fundação Nacional de Educação para Jovens e Adultos – Educar. Em 1988, a Constituição Federal, em seu artigo 208, garante à Educação de Jovens e Adultos “o direito universal ao ensino fundamental público e gratuito em qualquer idade”.

Em 1990, acontece em Jomtien, na Tailândia, a Conferência Mundial de Educação para todos, lembrando que a educação é um direito fundamental de

todos, mulheres e homens, de todas as idades, no mundo inteiro; [...] e admitindo que, em termos gerais, a educação que hoje é ministrada apresenta graves deficiências, o que faz necessário torná-la mais relevante e melhorar sua qualidade, pois ela deve estar universalmente disponível [...] (BRASIL, 1993, p.70-71).

Em 1993, encaminham ao Congresso o Plano Decenal de Educação para Todos, com objetivo de melhorar a qualidade educacional brasileira proposta na Conferência e ofertando o ensino a todos, desde crianças até adultos, sendo o plano regulamentado na LDB de 1996.

A nova LDB, 9.934/96, dedica a Educação básica para Jovens e Adultos reafirmando seu direito com base no Art. 37: A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. 1º- Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

Com as diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos, de acordo com o professor Carlos Roberto Jamil Cury aponta: a EJA, conforme a Lei nº 9.394/96, passa a ser uma modalidade da educação básica nas etapas do ensino fundamental e médio, que usufrui de uma especificidade própria, por isso, como tal, deveria receber um tratamento consequente (Brasil, 2000, p.217).

No ano de 1997, o MEC cria o Programa de Alfabetização Solidária (PAS), que tinha o objetivo de sensibilizar e criar um movimento solidário para erradicar o analfabetismo. No ano de 2000, as Diretrizes Curriculares Nacionais definiram os objetivos da EJA: restaurar o direito à educação negado aos Jovens e Adultos, oferecer a eles igualdade de oportunidades para a entrada e permanência no mercado de trabalho e qualificação para uma educação duradoura (SOUZA; SILVA, 2011, p.96).

Assim, a educação popular ganha seu espaço, após muitos anos de lutas com poucos resultados. A necessidade de educar sujeitos adultos, respeitando e valorizando suas especificidades, possibilita a eles ações concretas que superam dificuldades no seu cotidiano, o que lhes permite reorganizar sua vida como um sujeito

de direitos e atendendo a demanda da população. O professor Carlos Roberto Jamil Cury, em seu parecer para o Conselho Nacional da Educação(CNE), referente às Diretrizes Nacionais para EJA, ressalta:

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso a e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela, e tenham sido a força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas. Ser privado deste acesso é, de fato, a perda de um instrumento imprescindível para uma presença significativa na convivência social (Brasil, 2000, p.221)

O cenário social e econômico muda constantemente e exige sujeitos eficazes para desenvolver condutas próprias de uma sociedade contemporânea, fazendo com que os adultos detenham conhecimento. A EJA pode dar suporte a uma população que sente a necessidade de relacionar-se com o outro com condições de igualdade. Se falamos de pessoas adultas com um certo letramento, sabe-se que carecem de uma lucidez maior, então inserem-se no processo de alfabetização para adultos.

De acordo com Moll,

Neste sentido, quando falamos “em adultos em processo de alfabetização”, no contexto social brasileiro, nos referimos a homens e mulheres marcados por experiências de infância na qual não puderam permanecer na escola pela necessidade de trabalhar, por concepções que os afastaram da escola como de que “mulher não precisa aprender” ou “saber os rudimentos da escrita já é suficiente”, ou ainda, pela seletividade construída internamente na rede escolar que produz, ainda hoje, itinerários descontínuos de aprendizagens formais. (MOLL, 2004, p.11).

Diante da trajetória educacional de Jovens e Adultos, percebemos que, durante muito tempo, houve pessoas que lideravam a ideia de uma educação popular, por vezes reprimida e calada por não ser o desejo dos governantes. Tratamos de sujeitos de direito que tentam reabilitar-se através do conhecimento que os reencontre no mundo alfabetizado.

Para Moll ,

Também falamos de adultos que tentaram muitas vezes voltar à escola, mas a assistemática dos programas de alfabetização e de educação para adultos no Brasil tornou-os reféns de uma lógica que, durante décadas, fez desta temática um discurso político rentável e desconectado de compromissos reais. (MOLL, 2015.p.11)

Um indivíduo poderá se desenvolver se tiver acesso à educação com políticas públicas adequadas e tornar-se um sujeito social, construindo sua participação no mundo. A EJA poderá proporcionar o conhecimento necessário para ele fazer parte da sociedade como um cidadão responsável e consciente de suas ações.

2.2 Legislação: Um desafio hoje, uma conquista amanhã.

A educação é um direito do ser humano. Pela legislação vigente, é dever do Estado garantir este direito, sendo considerado um compromisso de sua parte, pois a educação é essencial para se conviver em sociedade, participar do mundo político, econômico e buscar qualificação profissional para o trabalho. Estudamos e questionamos na graduação, em várias disciplinas, que o homem é um sujeito histórico, social e cultural, porém, carece da educação para tornar-se um ser no mundo, um homem livre.

Strehl e Réquia ressaltam que

O homem, por sua essência constitutiva, é um ser dotado de liberdade. Como um ser livre, possui a capacidade de tornar-se sujeito e agente da sua própria história. Através da razão e por meio dos conhecimentos que adquire, organiza uma escala de valores para nortear sua vida. Acontece, porém, que o homem possui também a capacidade de optar pelo bem ou pelo mal, de escolher valores verdadeiros ou falsos. A educação visa auxiliar o homem a hierarquizar seus valores e fazer correto o uso de sua liberdade (STREHL; RÉQUIA, 2000, p.10).

Conforme a Constituição Federal Brasileira de 1988, no artigo 6º, o primeiro direito social é o direito à educação, e no artigo 205, a educação é classificada como um direito de todos e dever do Estado e da família, “[...] promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. No artigo 4º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, retoma-se o acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio, para todos os que não os concluíram na idade própria, e destaca-se a oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e

disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola.

Conforme Di Pierro,

[...] o paradigma da educação popular inspirou muitas práticas educativas dos movimentos sociais que impulsionaram a transição à democracia e inscreveram na Constituição de 1988 o direito à educação em qualquer idade. As leis aprovadas no período de democratização reconheceram a educação fundamental com direito público subjetivo dos jovens e adultos e responsabilizaram as três esferas de governo, em regime de colaboração, pela provisão de cursos e exames para aqueles que fossem analfabetos ou tivessem baixa escolaridade (DI PIERRO, 2014, p.40)

A Educação de Jovens e Adultos, hoje, atende tanto a um público de trabalhadores quanto de jovens que, por algum motivo, evadiram da escola regular. São pessoas que se sentem excluídas da sociedade e buscam igualdade de direitos, oriundas do campo ou da região urbana. Mas, pelas políticas públicas percebe-se um descaso por parte dos órgãos governamentais em relação a esses cidadãos, especialmente quando se trata de educação para adultos. Esse assunto fica a cargo da sociedade civil, já que esta modalidade educativa não seria muito interessante considerando a idade dos envolvidos.

Então, Di Pierro ressalta:

[...] em um sistema de ensino crescentemente descentralizado, no qual parte das responsabilidades públicas relativas à EJA foi transferida para organizações civis. Neste contexto, os municípios alçados pela Constituição de entes federados autônomos, foram impelidos a assumir crescentes responsabilidades educativas, dentre as quais o Ensino fundamental aos jovens e adultos (DI PIERRO, 2014, p. 40)

Nota-se que a modalidade de Educação para Jovens e Adultos ainda é um desafio e um sonho para muitos. Há instituições de ensino que a oferecem de forma particular, com custos, o que nem todos conseguem acessar, obviamente. Conforme a legislação propõe, essa oferta deve ser gratuita, pois a educação é uma necessidade para que o sujeito torne-se um cidadão de direitos, participando da sociedade com dignidade e compreensão do mundo.

Por isso, Di Pierro afirma:

Esta situação configura uma violação dos direitos educativos construídos socialmente e consagrados na legislação, e um desafio nas políticas públicas

educacionais, que tardiamente foram incorporando as necessidades formativas dos jovens e adultos à agenda nacional de gestão e financiamento do ensino básico, após uma década marcada pelas tendências de descentralização e desfinanciamento dos serviços e transferência de responsabilidades públicas a organizações da sociedade civil (DI PIERRO, 2014, p.41).

Se a educação é um direito para todos, não implicando a idade do sujeito, não podemos direcionar a educação apenas para as crianças, consideradas na idade certa. A Educação de Jovens e Adultos merece atenção adequada, pois lida com pessoas que, por estarem fora da escola há muito tempo e por diferentes motivos, têm o direito de frequentar esta modalidade educativa e buscar o conhecimento. Se acreditamos que, através da educação, podemos transformar a realidade em que vivemos e melhorar a qualidade de vida, é necessário oportunizar a educação a quem almeja, com políticas públicas favoráveis.

Conforme Branco destaca

[...] podemos dizer que a Educação de Jovens e Adultos(EJA), na história da educação brasileira, tem espelhado parte do quadro preocupante da educação pública no país, seja por compreender um contingente de milhões de brasileiros, seja pelas condições de cobertura e da proposta educativa promovida pelas políticas públicas. Por outro lado, admite-se que a leitura crítica acerca do alcance e dos reflexos dessas experiências e ampliação de estudos no campo da educação de jovens e adultos, no Brasil, tem contribuído para fazer avançar o debate sobre políticas públicas pertinentes (BRANCO, 2015, p.20-21).

A legislação vem para dar suporte à sociedade como ferramenta que, ao ser aplicada, orienta o sujeito como ser social e de direitos. No caso da Educação, particularmente de Jovens e Adultos, necessitamos de políticas que visam preparar educadores para atuar e dispor vagas nas instituições de ensino com recursos públicos para auxiliar custos sem comprometer o orçamento familiar. As políticas públicas demandam clareza, tendo em vista o cumprimento da legislação, mas na prática, às vezes, há divergências. Cabe reconhecer a EJA como um direito dos sujeitos para voltar a frequentar à escola. Já em relação às instituições de ensino, pensar e desenvolver práticas pedagógicas voltadas ao público adulto, sem esquecer o seu contexto social.

Conforme Di Pierro destaca,

Os diagnósticos sobre a situação educacional atual dos brasileiros jovens e adultos são unânimes em apontar a reduzida escolaridade média da população, a persistência de elevados índices de analfabetismo nos grupos

de idade mais avançada, e profundas desigualdades educacionais entre as gerações, regiões, zonas urbanas e rurais, grupos étnicos e classes de rendimento. Para suprir demanda social tão extensa, a oferta de oportunidades de formação para a população jovem e adulta é reduzida, marcadamente urbana e escolarizada e moldada pelo paradigma pedagógico compensatório, cuja adequação à cultura e às condições de aprendizagem dos destinatários resulta em elevados índices de abandono escolar (DI PIERRO, 2014, p.41).

Ao observar os artigos da Constituição Federal, nota-se que existe a legislação para modalidade educativa em qualquer idade, para que os sujeitos possam sair da zona de exclusão, desde que haja este interesse por parte deles. No entanto, parece-me que as esferas governamentais preferem investir mais os recursos na educação das crianças. É necessário conscientizar a população para forçar os órgãos públicos a colocarem em prática o direito à educação, principalmente suprir a demanda da EJA, que passa a ser um benefício para a população e para a sociedade, formando cidadãos de direitos, com domínio de novos conhecimentos que geram igualdade.

Para Di Pierro,

Embora a análise de realidade seja limitada pela escassez de informações fidedignas sobre os custos e o gasto público com a alfabetização e o ensino de jovens e adultos, os dados disponíveis nos levam a concluir que o padrão de gasto atual é insuficiente para uma provisão de qualidade e que, nos moldes vigentes, a política de fundos que rege a colaboração intergovernamental é insuficiente para induzir os governos subnacionais a ampliar o atendimento (DI PIERRO, 2014, p.70).

Por se tratar de meios públicos, considerando a educação um direito, o poder público tem a responsabilidade de dispor recursos e ofertar vagas para as instituições de ensino na modalidade de Educação para Jovens e Adultos. Sabemos que o encargo social da educação escolar pode ser a ferramenta para diminuir a discriminação, as desigualdades sociais e a construção da autonomia dando ao sujeito a liberdade de expressar-se na luta dos seus direitos de cidadão.

Segundo Branco (2015),

O fato é que o discurso de que o processo de escolarização é a única saída para os setores populares oculta as impossibilidades de inserção destes setores no mercado de trabalho, o que não decorre da incapacidade dos indivíduos, mas de um modelo econômico que produz altas taxas de exclusão social (BRANCO, 2015, p.48)

A EJA poderá ser conquistada pelos sujeitos interessados na busca do conhecimento, no momento em que, de forma coletiva, conquistam seus direitos superando a situação de exclusão. Como sociedade, é importante manifestar-se politicamente para esta demanda, trazendo para o campo educacional uma proposta de reflexão que aponte novos rumos para Educação de Jovens e Adultos.

Branco (2015) ressalta:

[..] vale assinalar que mobilizações para conquista do direito à EJA, assim como para sua implementação, estiveram associadas ao processo de redemocratização do país nas décadas de 1980 a 1990, como “produto de um longo processo de organização e luta da sociedade civil comprometida com os interesses das classes populares” (BRANCO,2015, p.198)

No processo educacional para jovens e adultos, é necessário pensar em ações que desenvolvam uma prática pedagógica voltada ao público atendido. Ressalta-se a importância da participação dos profissionais que ministrarão as práticas, orientados por um gestor responsável, garantindo uma educação de qualidade voltada ao homem do campo e ao urbano, conforme o contexto social. Essa prática pedagógica deve visar a preparação de um cidadão eficiente e produtivo. Para tanto, deve ser planejada, avaliada e conduzida com responsabilidade. Haveremos de pensar no desenvolvimento destes sujeitos e, assim, também na sociedade em que vivem, principalmente ao se tratar de adultos que estão no campo, local em que se fazem necessárias políticas públicas para o desenvolvimento da educação desses sujeitos.

Fernandes; Cerioli e Caldart (2017) ressaltam:

Um dos problemas do campo no Brasil é a ausência de políticas públicas que garantam seu desenvolvimento em formatos adequados à melhoria da qualidade de vida das pessoas que ali vivem e trabalham. No contexto atual do nosso país, defender políticas públicas específicas para o campo não significa discriminá-lo ou pretender insistir numa postura dicotômica entre rural e urbano. Ao contrário, no nosso caso, precisamos de políticas específicas para romper com o processo de discriminação, para fortalecer a identidade cultural negada aos diversos grupos que vivem no campo, e para garantir atendimento diferenciado ao que é diferente, mas que não deve ser desigual (FERNANDES; CERIOLI E CALDART, 2017, p.49)

O fato de ser sujeito do campo, para determinados órgãos governamentais, causa desinteresse em pensar políticas públicas para esta categoria, mesmo sabendo que existe o direito constitucional. Parece-me que as políticas públicas no Brasil continuam indefinidas em relação ao campo, de modo a pensar que os camponeses

são uma classe de desocupados, que pode ser deixada de fora de um projeto educacional de transformação. As políticas públicas e sociais devem incluir o sujeito tornando-o cidadão, conforme sua realidade.

2.3 Currículo... praticável ou imaginável

Ao refletir sobre o tema currículo para a modalidade educativa EJA, sabendo que se trata de pessoas adultas com uma variedade de experiências, importa pensar como construir. Esses sujeitos que procuram o conhecimento por meio da EJA já estão inseridos em um contexto, uma realidade, portanto, cabe analisar o método e a teoria apropriada para eles. Considero que um currículo precisa modificar as pessoas. Ao pensar em um currículo para sujeitos do campo, necessitamos meditar sobre que tipo de ser humano pretendemos formar. Cada estudante implicará uma determinada teoria.

De acordo com Silva

Parece evidente que Paulo Freire não desenvolveu uma teorização específica sobre currículo. Em sua obra, entretanto, como ocorre com outras teorias pedagógicas, ele discute questões que estão relacionadas com aquelas que comumente estão associadas com teorias mais propriamente curriculares. Pode-se dizer que seu esforço de teorização consiste, ao menos em parte, em responder à questão curricular fundamental: “o que ensinar?” [...] (SILVA, 2015, p.57).

O currículo para a Educação de Jovens e Adultos, pensando em sujeitos do campo que buscam emancipação e empoderamento, deve ter um propósito, ou seja, não pode ser neutro. Há de ser social e cultural, que reflete uma concepção de mundo na qual a educação poderá prepará-lo para participar ativamente da sociedade. O currículo deverá expressar quem é este sujeito, o que ele quer e o que entende da realidade. Por isso, é preciso desenvolver propostas, considerando a cultura do sujeito em questão, sem esquecer que ele é um ser social. Tudo conduzirá para o conhecimento, que poderá modificá-lo como ser humano e proporcionará o empoderamento para gerir suas ações na vida.

De acordo com Silva,

Numa tendência que irá ganhar um novo impulso posteriormente, Giroux vê a pedagogia e o currículo através da noção de “política cultural”. O currículo envolve a construção de significados e valores culturais. O currículo não está simplesmente envolvido com a transmissão de “fatos” e conhecimentos “objetivos”. O currículo é um local onde, ativamente, se produzem e se criam significados sociais. Esses significados, entretanto, não são simplesmente significados que se situam no nível da consciência pessoal ou individual. Eles estão estreitamente ligados a relações sociais de poder e de desigualdade (SILVA, 2015, p.55).

Ao retornar para a escola com o intuito de emancipar-se conduzido pela educação, o sujeito tem sua cultura conforme o espaço em que atua, o campo. Vê na educação, uma possibilidade para o exercício da democracia, que lhe dê voz para buscar seus direitos de cidadão. Sabe que, para ficar no campo, perante um sistema econômico globalizado, necessita do conhecimento para resolver situações do cotidiano. Então, o currículo poderá abordar um estudo para o mundo globalizado, que exige produzir em quantidade e qualidade. Que se volte para a construção de um sujeito crítico, valorizando a diversidade cultural e capaz de inserir-se no mundo global, como um profissional no campo.

Conforme Silva

A escola e o currículo devem ser locais onde os estudantes tenham a oportunidade de exercer as habilidades democráticas da discussão e da participação, de questionamento de pressupostos do senso comum da vida social. Por outro lado, os professores e professoras não podem ser vistos como técnicos ou burocratas, mas como pessoas ativamente envolvidas nas atividades da crítica e do questionamento, a serviço do processo de emancipação e libertação (SILVA, 2015, p.54).

Um currículo produz e cria significados culturais. Por isso, necessitamos trabalhar as culturas já existentes dos estudantes, para, assim se produzirem outras culturas, incluindo o conhecimento que o sujeito possui e apresentando novos saberes que se tornarão conhecimento. Na Educação de Jovens e Adultos, não seria interessante apenas trabalhar conteúdos, porém, elaborar um currículo focado nas experiências, nas vivências e na realidade. É preciso reconhecer a classe social que o sujeito ocupa na sociedade, saber que ele tem seu espaço de direito, suas experiências de vida e de trabalho e que ele pode desenvolver capacidades e habilidades capazes de empoderá-lo.

Segundo Arroyo,

Quando as experiências sociais são ignoradas se ignora o trabalho humano, a experiência mais determinante do conhecimento. Enquanto as experiências sociais, humanas, de vida e trabalho não forem reconhecidas como conformantes do conhecimento, das ciências e dos saberes e dos processos de ensino-aprendizagem não serão reconhecidas e valorizadas as experiências sociais, humanas, de luta, de trabalho e de vida dos profissionais do conhecimento e dos seus aprendizes (ARROYO, 2013, p.117).

Considero importante destacar que estruturar um currículo para adultos, especialmente pensando no sujeito do campo, é um desafio, pois ele chega à escola com diferentes perspectivas e, através da educação, desejam conquistar sua autonomia. Cada sujeito espera que a educação seja um norte para conduzir sua vida pessoal e profissional. Por isso, professores e escola devem pensar muito bem como poderão ofertar o conteúdo, os meios de aprender e os recursos para a construção do conhecimento. É preciso não só articular o interesse do estudante à sua profissão, mas também pensar em sua inserção na sociedade. Apresentar um currículo que não seja do seu interesse, como estudante da EJA, adulto e do campo, poderá afastá-lo da modalidade educativa. Arroyo (2015, p.120) menciona os currículos dizendo que sem experiências sociais tornam-se “pobres”, por isso é necessário reconhecer as experiências dos sujeitos no cotidiano.

De acordo com Arroyo,

A preocupação dos(das) professores (as) é com o desinteresse dos(das) alunos(as) pelos conhecimentos, o que suscita a questão: Essa pobreza não levará ao desinteresse por sua aprendizagem e até por seu ensino? Não podemos ver aí uma das causas mais sérias do mal-estar docente e discente? Inclusive uma das causas dos baixos desempenhos nas avaliações escolares e nacionais. Que interesse podem ter crianças e adolescentes, jovens e adultos de ouvir e aprender noções, conceitos, leis pobres em significados porque são pobres em experiências sociais, culturais, humanas que os tocam tão de perto? (ARROYO, 2015, p.120).

O estudante necessita ser envolvido na prática que a EJA deverá oferecer, para que realmente aconteça o processo de ensino e aprendizagem, despertando o interesse do estudante para que continue frequentando a escola, assim, a educação poderá ser relevante em sua vida. O sujeito do campo precisa ser incentivado na suas

ações cotidianas, para que seja encorajado a prosseguir na suas lutas por direitos, dignidade, comportamentos e postura profissional. A educação e a vida dos sujeitos devem entrelaçar-se, ou seja, é preciso questionar o que perturba na convivência social, comparar as diferentes culturas e os acontecimentos que o cercam. Portanto, o currículo necessita dar significados para que os sujeitos possam aprender e este viver de maneira igual, justa e digna.

Para Arroyo,

Começamos indagando-nos se os tempos são propícios às tentativas das escolas e dos docentes-educadores a reconhecer as experiências e explorar seus significados. Vivemos um impasse que chega à docência, às escolas e aos currículos. De um lado, na medida que aumenta a diversidade social e cultural dos coletivos que lutam pela emancipação social somos obrigados ao reconhecimento da diversidade de sujeitos autores de experiências diversas. Tentar sintonizar os saberes escolares com esse movimento será uma forma de enriquecer os currículos e à docência (ARROYO, 2015, p.124).

Ao tratar de Educação de Jovens e Adultos, é importante estar consciente de que estes sujeitos têm uma opinião formada, isto é, tem um jeito de pensar e analisar os fatos, com especificidades diferenciadas. Eles têm sua própria cultura, porém, muitas vezes sentem-se inferiores em relação a outros que possuem uma formação superior à sua. Como camponês, participa de um grupo social campesino, mas sente-se excluído pela falta de conhecimento. O conhecimento para o sujeito do campo é uma forma de conquistar sua liberdade, poder falar o que pensa, o que sente e ser ouvido. O currículo deve ser pensado dentro da necessidade do sujeito, a partir do seu conhecimento de vida, da sua realidade. Além disso, é preciso também interrogá-lo a respeito do que espera da educação.

Conforme Arroyo,

[...] Os currículos e seus conhecimentos para serem interessantes e instigantes têm de ser traduzíveis em experiências. Capazes de captar e ressignificar as ricas e cruéis indagações que as crianças e adolescentes, jovens ou adultos populares carregam para as escolas. Se esse processo for bloqueado a mobilização para o ensino-aprendizagem dificilmente será conseguida pelos docentes. Culpá-los seria injusto (ARROYO, 2015, p.128).

Cabe ressaltar que estou discorrendo sobre jovens e adultos vindos do campo. Se um currículo produz e cria significados, principalmente culturais, então um currículo produz culturas. O sujeito do campo espera que a educação possa

empoderá-lo, ocasionando efeitos de transformação pessoal que se traduzem em um sujeito modificado, com comportamentos pertinentes e apropriados para viver em sociedade sem desigualdades.

O currículo para a modalidade educativa de jovens e adultos não pode ser algo pronto, mas construído conforme o desejo do professor e do estudante, ou seja, de partir de uma educação que estimule e responda os anseios do sujeito para compreender o mundo que o cerca. Conforme Freire e Macedo, [...] a leitura de mundo precede mesmo a leitura da palavra. Os alfabetizandos precisam compreender o mundo, o que implica falar a respeito do mundo (FREIRE; MACEDO, 2011, p.83-84).

Consequentemente, o contato que os sujeitos têm com o mundo é um facilitador para o processo de construção do conhecimento. O espaço habitado por esse sujeito é o local em que ele quer estabilizar-se e transformar. Então, currículo e educação deverão estar envolvidos com temas que abordam política, economia, cultura e sociedade, pois o sujeito do campo quer aprender a conduzir suas ações com poder para modificar a realidade em que vive. Cabe, então, desenvolver um trabalho próprio para adultos do campo, conforme suas expectativas, para emancipá-los.

Segundo Freire,

Se às grandes maiorias populares lhes falta uma compreensão mais crítica em torno de como a sociedade funciona, não porque sejam, digo eu, naturalmente incapazes, mas por causa das condições precárias em que vivem e sobrevivem, por que vem sendo proibidas de saber [...] no horizonte da alfabetização de adultos [...] insistindo no que venho chamando de “leitura do mundo e leitura da palavra”. Nem a leitura apenas da palavra, nem a leitura somente do mundo, mas as duas dialeticamente solidárias (FREIRE, 1992, p.106).

Para pensar a Educação de Jovens e Adultos, é necessário pensar que são sujeitos com diferentes maneiras de pensar, de agir e até de sentir o mundo ao seu entorno. Talvez, por estar fora da escola há muito tempo, esse indivíduo requeira maior atenção em relação ao aprender, ao construir conhecimento. Assim como as crianças têm seu ritmo para aprender, não será diferente com o adulto. Mais do que respeitar as diferenças, é preciso refletir sobre, e encontrar um método que oriente o sujeito e conduza ao conhecimento sem distinção. Um currículo que trabalhe as

relações humanas, a construção do ser humano, pensando que todos são iguais independente ser forem do campo ou da cidade.

Para Viero; Penteado,

Os jovens e adultos exigem uma organização específica dos tempos e espaços para sua escolarização, garantindo condições de ampliação do acesso, da permanência e da aprendizagem das diferentes gerações que nunca tiveram acesso à escolarização ou que dela foram excluídas (VIERO; PENTEADO, 2004, p.90)

O sujeito do campo busca igualdade e quer ser respeitado nas suas diferenças. Ele poderá compreender o processo educativo e seus efeitos mais tarde, mas está consciente da necessidade de estabilizar-se no campo em busca da educação, do conhecimento social e do trabalho. Assim, o sujeito aprende a se conhecer e se torna mais crítico, saberá gerir sua vida com capacidade e passará a valorizar-se como ser humano. As técnicas usadas no passado para a agricultura mudaram. Então, esse sujeito do campo precisa aprender a usar as tecnologias para produzir em quantidade e com qualidade, conforme o mercado capitalista exige. Por isso, os educadores têm o desafio de pensar um currículo adequado a esse sujeito do campo, dentro de suas expectativas e necessidades, articulando a educação com o social, a terra e o trabalho.

2.4 Educador.... “Aquele que dá aula!”

Muitos estudantes que procuram a Educação de Jovens e Adultos acreditam que o professor é o detentor do saber. Isso acontece porque naturalizou-se no sujeito a ideia de uma epistemologia empírica centrada no passado. E sabemos que não é a isso que se propõe a educação. Conforme Freire, é preciso “Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (FREIRE,2016, p.47). Para desenvolver sua prática é importante que o educador conheça os sujeitos, sua vida, sua realidade e aquilo que eles

¹ Frase utilizada na linguagem do sujeito do campo referindo-se ao professor.

desejam. Poderá articular sua prática em um trabalho apropriado para aquele determinado grupo, considerando as faixas etárias diversificadas, as experiências e os interesses do grupo. Todos os envolvidos na EJA esperam respostas para suas indagações.

Para Capucho,

Alguns(mas) autores(as) apontam que a EJA deve potencializar habilidades e competências para que os(as) jovens e adultos(as) se tornem mais capacitados(as) para a vida e para o contexto no qual estão inseridos(as). Tal vertente defende que os(as) professores(as) atuantes nesta modalidade devam ter conhecimento da realidade de seus(suas) estudantes; compreendendo que isso se restringe a conhecer suas expectativas, sua cultura e suas necessidades de aprendizagem e de vida. (CAPUCHO, 2012, p.116)

Para trabalhar com adultos, os educadores necessitam pensar em uma proposta pedagógica que envolva o sujeito no processo de construção do conhecimento. Por isso, é importante conhecer a realidade que pretende transformar para construir uma nova sociedade em que haja respeito e dignidade. A Educação de Jovens e Adultos requer uma educação consciente, ou seja, requer que o sujeito, através da leitura e da escrita, torne-se um ser liberto. No entanto, a libertação acontecerá se o conhecimento estiver alicerçado no diálogo entre educador e educando, conforme Freire ressalta:

Para ser um ato de conhecimento o processo de alfabetização de adultos demanda, entre educadores e educandos, uma relação de autêntico diálogo. Aquela em que os sujeitos do ato de conhecer (educador-educando; educando-educador) se encontram mediatizados pelo objeto a ser conhecido. Nesta perspectiva, portanto, os alfabetizandos assumem, desde o começo da ação o papel de sujeitos criadores. Aprender a ler e escrever já não é, pois, memorizar sílabas, palavras ou frases, mas refletir criticamente sobre o próprio processo de ler e escrever e sobre o profundo significado da linguagem. (FREIRE, 1982, p.49).

Uma educação que prioriza o diálogo entre professores e estudantes tem maior possibilidade de êxito. Se houver diálogo, haverá confiança e, assim, os estudantes podem expor os assuntos que lhes interessam para obter o conhecimento. O sujeito do campo, adulto, mencionado neste trabalho, procura a EJA para aprender, pois percebe as transformações sociais que ocorrem ao seu entorno, necessitando do conhecimento para participar das mudanças. O educador deverá estar preparado

para orientar o sujeito a ser reflexivo em sua prática, isto é, deve estar consciente do trabalho que pretende realizar, pois dependerá dele o sucesso ou o fracasso da modalidade educativa, até porque o sujeito espera muito da educação e do professor.

De acordo com Freire,

Aprender a ler e a escrever se faz assim uma oportunidade para que homens e mulheres percebam o que realmente significa *dizer a palavra*: um comportamento humano que envolve ação e reflexão. Dizer a palavra, em um sentido verdadeiro, é o direito de expressar-se e expressar o mundo, de criar e recriar, de decidir, de optar (FREIRE, 1982, p.49).

Quando o educador estabelece uma relação de diálogo com seus educandos, o processo de conhecimento torna-se facilitado. Nesta conversação entre ambos haverá a comunicação e a troca de ideias. O sujeito que busca a educação, por vezes traz para a escola experiências de vida e vivências às vezes frustradas. Estes jovens e adultos querem superar esta condição de vida, e o educador não pode menosprezar estas experiências. Este sujeito acredita tornar-se um ser livre apropriando-se do conhecimento. A partir do diálogo estabelecido entre educadores e educandos será possível construir uma proposta que estimule o desenvolvimento das habilidades e capacidades do educando. É através do diálogo e da interação que as pessoas se aproximam umas das outras. Segundo Vasconcelos e Brito,

[...] Ninguém pode, querendo dialogar, estabelecer uma relação em que um dite as normas e o outro simplesmente observe. No diálogo, as pessoas são livres para desejar, cultivar e estabelecer encontros. Transitando na sua visão de mundo, na situação dialógica, os indivíduos não são seres coisificados, mas sujeitos que se humanizam totalmente. [...] com a possibilidade de compreensão do pensamento do outro (VASCONCELOS; BRITO, 2014, p.73).

Ao desenvolver habilidades e capacidades, o sujeito busca transformar a sociedade, especialmente o local que habita. Acredita que o educador poderá orientá-lo, construindo o conhecimento necessário para realizar seu desejo. Por essa credibilidade que o sujeito coloca no educador, cabe a ele constituir práticas e reflexões para o processo de formação que atenda às suas necessidades. O educador não pode apenas propor atividades com conteúdos didáticos. Sabemos que são importantes, não se trata de ignorar, porém o adulto espera mais da educação. Quer ser competente no que faz, quer opinar nos assuntos cotidianos, buscar soluções diante das dificuldades, quer emancipar-se. É importante apresentar

argumentos de que é possível mudar, realizando uma ação pedagógica envolvente para não prejudicar a aprendizagem do jovem ou adulto.

Para Freire,

Ao pensar sobre o dever que tenho, como professor, de respeitar a dignidade do educando, sua autonomia, sua identidade em processo, [...] como ter uma prática educativa em que aquele respeito, que sei dever ter ao educando, se realize em lugar de ser negado. Isso exige de mim uma reflexão crítica permanente sobre minha prática através da qual vou fazendo avaliação do meu fazer com os educandos (FREIRE, 2016, p.63).

Para atuar como educador na modalidade educativa EJA, é necessário estar preparado para responder aos anseios dos educandos. Estar atento às necessidades de cada sujeito, considerar suas experiências e saber escutar. Neste escutar o outro, é possível que se manifestem informações interessantes por parte do educando que possibilitam ser exploradas. É importante trabalhar conteúdos e estratégias adequadas à idade do educando, sem esquecer suas vivências, satisfazendo suas necessidades e assim contribuindo para a busca do conhecimento e do crescimento pessoal. Ao educador, este saber escutar o educando, interpretar e assimilar o que quer dizer pode ser um processo de entender uma informação e transformá-la em conhecimento.

Segundo Freire

[...] importante e necessário é *saber escutar*. Se, na verdade, o sonho que nos anima é democrático e solidário, não é falando aos outros, de cima para baixo, sobretudo, como se fôssemos os portadores da verdade a ser transmitida aos demais, que aprendemos *a escutar*, mas é *escutando* que aprendemos *a falar com eles*. [...] O educador que escuta aprende a difícil lição de transformar o seu discurso, às vezes necessário, ao aluno, em uma *fala com ele* (FREIRE, 2014, p.111)

O sujeito do campo acredita conseguir na EJA o conhecimento necessário para empoderar-se. Seu objetivo é que este conhecimento lhe dê a sabedoria considerável para agir e intervir no contexto social, pessoal e profissional. Na escuta do educador, poderá perceber o que este sujeito quer aprender ou conhecer. Importa valorizar os conhecimentos prévios, pois estes estão relacionados à sua vida. Esses sujeitos procuram a EJA, porque entendem que estão em desvantagem diante de outros. Procuram a educação com a perspectiva de melhorar sua vida, elevar sua autoestima

e emancipar-se, o que corresponde ao seu desejo de um ser social e de direitos. Nesse sentido, educador e educandos poderão aprender juntos. Para Freire “Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (FREIRE, 2016, p.25).

Porém, o sujeito aprende dentro de suas possibilidades e o educador deverá respeitar essa forma de aprender e observar seus saberes já constituídos. Mesmo que estiveram longe da escola por ter que assumir responsabilidades familiares muito cedo ou falta de condições financeiras, houve experiências de vida. Neste tempo dedicado a afazeres para seu sustento, dispôs de experiências que devem ter marcado sua vida, o que pode contribuir para o processo de conhecimento.

Por ser um sujeito do campo, ao retornar à escola, diante de uma situação nova em sua vida, poderá sentir-se apreensivo e inquieto. Então, o educador tem um papel importante e necessita compreender essa situação, demonstrando uma relação de confiança. O educando precisa acreditar que está sendo reconhecido em sua realidade.

De acordo com Freire,

Mulheres e homens, somos os únicos seres que, social e historicamente, nos tornamos capazes de *aprender*. Por isso, somos os únicos em quem *aprender* é uma aventura criadora, algo, por isso mesmo, muito mais rico do que meramente repetir a *lição dada*. Aprender para nós é *construir, reconstruir, constatar para mudar*, o que não se fez sem abertura ao risco e a aventura do espírito (FREIRE, 2016, p.68).

Os educadores de jovens e adultos necessitam uma formação específica para que possam atuar. Já para ser professor de crianças e de adultos é diferente, isto é, o adulto requer um planejamento considerando suas necessidades, experiências e o meio social em que está inserido, pois, se não for próprio para a faixa etária adulta, poderá ter resultados negativos. Durante a realização da prática pedagógica é importante observar se os objetivos estão sendo alcançados. Este aprender do sujeito deve ter significados em sua vida, para ele compreender o mundo ao seu redor, construir relações sociais com segurança e ter autonomia. O educando necessita saber que é um ser social e um agente de transformação social. Nessas relações precisa de postura adequada e palavras para comunicar-se. O “pensar certo”.

Conforme Freire,

O professor que pensa certo deixa transparecer aos educandos que uma das bonitezas de nossa maneira de estar no mundo e com o mundo, como seres históricos, é a capacidade de, intervindo no mundo, conhecer o mundo. Mas, histórico como nós, o nosso conhecimento do mundo tem historicidade. Ao ser reproduzido, o conhecimento novo supera outro que antes foi novo e se faz velho e se “dispõe” a ser ultrapassado amanhã. Daí que seja tão fundamental conhecer o conhecimento existente quanto a saber que estamos abertos e aptos à produção do conhecimento ainda não existente (FREIRE, 2016, p.30).

É importante que o educador reflita sobre a prática e os métodos oferecidos para a construção do conhecimento de jovens e adultos. Em sua prática pedagógica, precisa estar atento às necessidades dos educandos e ser responsável pelo que fala e faz. Por isso, deve relacionar a teoria com sua vida cotidiana. Não podemos orientar o sujeito apenas para o mundo da leitura e da escrita, mas fazê-lo entender que essas duas habilidades têm sua função social. É preciso compreender a leitura e a escrita como ferramentas sociais que tornam o educando um cidadão participativo e atuante no mundo, com autonomia para transformar a realidade conforme suas necessidades. Para isto, o educador precisa ser alguém comprometido com sua prática e consciente que o educando espera ser conduzido por ele.

Freire ressalta:

Saber que não posso passar despercebido pelos alunos, e que a maneira como me percebam me ajuda ou desajuda no cumprimento de minha tarefa de professor, aumenta em mim os cuidados com meu desempenho. [...] Não posso discriminar o aluno em nome de nenhum motivo. A percepção que o aluno tem de mim não resulta exclusivamente de como atuo, mas também de como o aluno entende como atuo (FREIRE, 2016, p.95).

Parece-me um desafio ser professor pensando em Educação de Jovens e Adultos. É necessário considerar suas vivências e o conhecimento adquirido de maneira informal e até a partir do senso comum. Cabe ressaltar que nós, educadores, podemos mudar a vida das pessoas adultas, que buscam algo novo e diferente para dar sentido a sua luta por igualdade. O sujeito do campo que habita seu mundo, distante do conhecimento que o tornaria participativo e atuante, acredita que a terra é o seu lugar e ali quer ficar.

Portanto, ao mesmo tempo, reconhece que é importante “saber mais”, ou seja, saber que socialmente pode construir relações para melhorar sua vida. Como educador é preciso pensar no planejamento em sala de aula que reforce o pensamento “o que eu posso fazer por eles?” Na Educação, o professor tem papel fundamental, na EJA não será diferente. Talvez, um compromisso ainda maior, por serem adultos, com experiências de vida e com grandes expectativas de encontrar as respostas que procuram. Por isso, o educador deve estimular a curiosidade do sujeito, questionar sua realidade, transformar as dificuldades encontradas em problematização, para pensar e, assim, associar as reflexões ao processo educativo para ser discutido e entendido.

É importante pensar nas condições que envolvem o processo educativo, no qual os jovens e adultos do campo consigam identificar-se e reconhecer-se como sujeitos empoderados pela educação. Conforme Freire (2016), “A autonomia, enquanto amadurecimento do *ser para si*, é processo, é vir a ser” (FREIRE,2016, p.105). O sujeito do campo, jovem ou adulto, necessita que seja um ser pensante, crítico e criador de seu conhecimento.

3 EDUCAÇÃO E EMPODERAMENTO

Empoderar para transformar,
Pois quero no campo ficar
Renascer e elevar autoestima.
Recriar uma esperança e um novo clima.
A educação pode ser a verdade que ensina.
(ZENI, 2018)

Neste capítulo disserto sobre educação e empoderamento, abordando conceitos sobre a temática. Questiona-se a possibilidade do sujeito emancipar-se como ser humano, apropriando-se da educação como forma de buscar conhecimento. Vale ressaltar que, neste trabalho, o foco está no sujeito do campo, adulto, que busca na Educação de Jovens e Adultos a sabedoria necessária para compreender o mundo, transformar o contexto em que está inserido e, assim, gerir sua vida.

3.1 Dialogando com conceitos de educação e empoderamento com a possibilidade de formação do adulto para permanecer no campo

Entender como ocorre o processo de alfabetização de adultos, com o intuito de empoderá-los, leva-me a pensar na *Pedagogia da Libertação* de Freire (2014). Como sujeitos do campo, esses indivíduos almejam emancipar-se e, assim, conduzir suas vidas com sabedoria e poder de decisão partindo da necessidade de buscar um modelo educativo que lhes oriente. Para isso acontecer, necessitam de vontade própria e superação de barreiras pelo fato de serem adultos não escolarizados e do campo. Para Freire,

Se os seres humanos não tivessem sido capazes, entre outras coisas de inventar a linguagem conceitual, de optar, de decidir, de romper, de projetar, de refazer-se ao refazerem o mundo, de sonhar; se não tivesse tornado capazes de valorar, de dedicar-se até o sacrifício pelo sonho pelo qual lutam, de cantar e temperar o mundo, de admirar a beleza, não teria porque falarmos da impossibilidade da neutralidade da educação, não haveria tampouco porque falarmos de educação (FREIRE, 1996, p.55).

Quando me reporto ao conceito de educação, logo me remeto às teorias e métodos que conduzam o sujeito ao aprender. Sabe-se que os métodos são a maneira de orientar o educando para a compreensão de conteúdo, e principalmente aprender a ler o mundo. Ao tratar de adultos, necessitam interpretar este mundo que os rodeia. Um meio para tal é através da palavra, que vai além de aprender a ler e escrever. A educação com seus métodos poderá ser o alicerce para o conhecimento já que o interesse do sujeito é aprender para transformar e conquistar uma condição de vida que o satisfaça.

Segundo Giroux

Seria fundamental, também, desenvolver um discurso programático para alfabetização como parte de um projeto político e de uma prática pedagógica que ofereça uma linguagem de esperança e de transformação dos que lutam no presente por um futuro melhor (GI ROUX, 2011, p.41).

Homens e mulheres do campo retomam os estudos, pois entendem a necessidade de aprender e conhecer de maneira mais aprofundada para transformar

a realidade e conquistar um futuro melhor. Então, a educação tem um papel importante para desenvolver o potencial deste sujeito, tornando-o capaz de gerir suas escolhas com discernimento e sabedoria. Estudando autores, nota-se que não se restringem apenas a uma educação. Romão (2017, p. 133) destaca o pensamento de Paulo Freire, quando diz que “não existe a educação”, mas “educações”, formas diferentes de os seres humanos partirem do que são para o que querem ser. Quando o sujeito atenta-se para a escassez de conhecimento procura a educação para desenvolver-se, reconhecendo-se como incompleto.

Conforme Freire,

[...] diferentemente dos outros animais, que são apenas inacabados, mas não são históricos, os homens se sabem inacabados. Tem consciência de sua inconclusão. Aí se encontram as raízes da educação mesma, como manifestação exclusivamente humana. Isto é, na inconclusão dos homens e na consciência que dela tem. Daí que seja a educação um quefazer permanente. Permanentemente, na razão da inconclusão dos homens e do devenir da realidade (FREIRE, 2014, p.102).

De acordo com a teoria freireana, é próprio da natureza humana esta inconclusão. Por isso, há a necessidade de aprender sempre mais e em qualquer idade. É importante destacar as possibilidades e o acesso à educação para o sujeito do campo, adulto que busca manter-se no seu espaço rural e relacionar-se socialmente, para ser reconhecido e respeitado nas suas particularidades. Ao compreender aquilo que lê e sabendo fazer uso da palavra, está se alfabetizando e conseqüentemente empoderando-se. Assim, poderá transformar e remodelar o ambiente em que vive e participar ativamente da sociedade.

Giroux ressalta:

A alfabetização devia ser encarada como uma construção social que está sempre implícita na organização da visão de história do indivíduo, o presente e o futuro; além disso, a noção de alfabetização precisava alicerçar-se num projeto ético e político que dignificasse e ampliasse as possibilidades de vida e de liberdade humanas. [...] a alfabetização, como construto radical, devia radicar-se em um espírito de crítica e num projeto de possibilidade que permitisse às pessoas participarem da compreensão e da transformação da suas sociedades (GIROUX, 2011, p.34).

Partindo do pensamento freireano sobre educação, sabendo que há “educações”, não podemos deixar de mencionar algumas: a educação bancária narra que “o educador é o sujeito, conduz os educandos à memorização mecânica do

conteúdo narrado” (FREIRE,2014, p.80). Nessa concepção, pensa-se que o professor sabe tudo e não acontece a interação com aluno. Porém, este modelo educativo continua presente na memória de muitos adultos que voltam para a escola e acreditam ser o professor o detentor de todo o saber. Se o objetivo é empoderar o sujeito adulto, do campo, necessitamos fazê-lo compreender que ele tem potencial a ser desenvolvido. Que pode construir saberes, além daqueles já prescritos

De acordo com Freire,

Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou a sua construção. [...] É preciso insistir: este saber necessário ao professor, de que ensinar não é transferir conhecimento, não apenas precisa ser aprendido por ele e seus educandos na suas razões de ser [...] mas também precisa ser constantemente testemunhado, vivido (FREIRE, 2016, p.47).

A linguagem da conquista da libertação que é defendida por Freire problematiza a educação. Para emancipar o sujeito, é importante apresentar-lhe propostas que incidem no seu cotidiano. Fazer saber que é um ser no mundo, que está no mundo e precisa aprender a acreditar em si mesmo para transformar. Esta mudança deve iniciar partindo do empoderamento individual, pois o conhecimento não é algo pronto, padronizado, e, sim, renasce de experiências. Cabe ao sujeito buscar autonomia para desprender-se de alguns preceitos infundados para apropriar-se de opiniões próprias.

Freire destaca:

A educação como prática de liberdade, ao contrário daquela que é prática de dominação, implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim, como também a negação do mundo como uma realidade ausente dos homens. A reflexão que propõe, por ser autêntica, não é sobre este homem, nem sobre este mundo sem homens, mas sobre os homens em suas relações com o mundo (FREIRE, 2014, p.98).

O sujeito como ser histórico relaciona-se com o meio que está inserido. Assim, acontece com o sujeito do campo, vai adquirindo características do meio que vive e aprende com suas vivências. Porém, inserido na sociedade contemporânea, dá-se conta que necessita de um conhecimento maior que o conduza como ser social, apto para gerir suas escolhas. Freire (2014) diz que “o ponto de partida deste movimento está nos homens mesmos” (p.103). A iniciativa deve ser do sujeito para que tenha consciência da necessidade de aprimorar-se. Partindo de um novo olhar, o sujeito

percebe que carece pensar criticamente e consciente daquilo que busca. Então, Freire (2014) propõe a educação problematizadora, que desafia o afloramento de uma consciência crítica:

A educação problematizadora se faz, assim, um esforço permanente através do qual os homens vão percebendo, criticamente, como *estão sendo* no mundo *com que e em que* se acham. Se de fato, não é possível colocá-los fora de suas relações dialéticas com o mundo, se estas existem independentemente de como as percebem, é verdade também, que em sua forma de atuar, sendo esta ou aquela, é função, em grande parte, de como se percebem no mundo (FREIRE, 2014, p.100).

Diante dos desafios que a sociedade apresenta, o sujeito do campo, como ser social, também conscientiza-se de que é necessário buscar informações. Nota-se que constituindo-se como sujeito crítico, reflexivo apropriando-se do conhecimento terá mais facilidade em ficar no campo e administrar sua propriedade como agricultura familiar. Para isto realizar-se, busca empoderar-se no sentido de obter domínio sobre suas ações, desenvolvendo suas capacidades e habilidades, para não sentir-se inferiorizado. Empoderamento que buscará na educação para satisfazer suas necessidades enquanto sujeito em processo de transformação. Para muitos, uma curiosidade que converte em realidade transformadora, podendo elaborar suas concepções de mundo.

Para Baquero,

[...] empoderamento refere-se a habilidade das pessoas de ganharem conhecimento e controle sobre forças pessoais, para agir na direção de melhoria de sua situação de vida. Diz respeito ao aumento de sua capacidade de os indivíduos se sentirem influentes nos processos que determinam suas vidas (BAQUERO, 2012, p.176).

Considero importante ressaltar que o empoderamento não acontece por acaso, ou seja, depende do interesse do sujeito, e essa necessidade pode manifestar-se no contexto em que ele está inserido. O empoderamento poderá acontecer quando o sujeito começa a refletir sobre suas vivências e conscientiza-se de que pode ser protagonista de sua história. Passa a entender que a educação pode possibilitar que

se desenvolva nas suas capacidades durante sua vida e aprende a reconhecer-se como sujeito social e de direitos, podendo conviver em sociedade.

Segundo Giroux,

[...] A alfabetização não é tratada meramente como uma habilidade técnica a ser adquirida, mas como fundamento necessário à ação cultural para a liberdade, aspecto essencial daquilo que significa ser um agente individual e socialmente construído. [...] a alfabetização é fundamental para erguer agressivamente a voz de cada um como parte de um projeto mais amplo de possibilidade e de empowerment (GIROUX, 2011, p.44).

O sujeito do campo, como adulto, passa a entender que a educação é necessária. Estando fora da escola há muito tempo, expressa o desejo de voltar aos estudos para emancipar-se com o auxílio do conhecimento. Portanto, o sujeito do campo recorre à Educação de Jovens e Adultos acreditando que pode transformar as condições de vida individual e familiar. Com a posse do conhecimento, sente-se capaz de lutar pela transformação social, sabendo posicionar-se e interpretar o mundo.

Freire e Macedo destacam:

Ler a palavra e aprender como escrever a palavra, de modo que alguém possa lê-la depois, são precedidos do aprender como “escrever” o mundo, isto é, ter a experiência de mudar o mundo e de estar em contato com o mundo (FREIRE, 2011, p.83).

A temática sobre Educação de Jovens e Adultos voltada para o sujeito do campo gera discursos e direciona para a demanda da modalidade educativa. Percebe-se que, na procura do conhecimento, há sujeitos considerando uma perspectiva positiva de emancipação e empoderamento e outros despertam apenas curiosidade para ver se realmente acontece essa independência. Sabe-se da necessidade de apropriar-se do conhecimento para firmar-se no campo e dar continuidade à profissão. Porém, pode ocorrer o empoderamento de alguns e de outros não. Dependerá do esforço de cada sujeito e do interesse em conhecer e aprender a interpretar o mundo. Poderá ser um processo extenso até que o sujeito perceba que a mudança está nele próprio, sendo a educação o dispositivo que o orientará.

Zitkoski diz que,

A partir da realidade concreta de cada grupo social ou comunidade, surge o desafio, para as ações práticas da Educação Popular, de diagnosticar os níveis de enraizamento dessas estruturas míticas na consciência de homens e mulheres para, então buscar trabalhar essas “situações – limites” gerando uma nova cultura como base na emancipação social, política e humana (ZITKOSKI, 2010, p.34).

O empoderamento poderá possibilitar a conquista da autonomia, uma verdadeira alforria, uma vez que o sujeito passa a ser independente, gerindo suas ações e atitudes e responsabilizando-se por elas. As mudanças que ocorrem no sujeito com o auxílio da educação no campo individual passarão para o coletivo. Assim, engajados na mesma luta e desejo se fortalecem para construir uma sociedade emancipada.

Conforme Freire e Macedo,

É necessário compreender que, ao tomar o poder, é preciso transformá-lo. Essa recriação e reinvenção do poder passa necessariamente pela reinvenção do ato produtivo. E a reinvenção do ato produtivo tem lugar na medida em que o discurso do povo se legitima em termos de desejos, decisões e sonhos das pessoas, e não meramente de palavras vazias (FREIRE, 2011, p.90).

A educação para o sujeito do campo na busca de empoderamento com conhecimento poderá impulsioná-lo para a transformação social, econômica e política. Assim, torna-se consciente de que, para continuar no seu espaço, fixando-se na terra para tirar seu sustento, necessita aprender a ler o mundo, apropriando-se da palavra para reclamar seus direitos. Para este processo de transformação, haverá de desenvolver-se criticamente, refletir sobre suas ações e conhecer a realidade para colocá-las em prática. A consciência crítica do sujeito poderá ser a “prática de liberdade” que Freire (2014) comenta. Um sujeito informado e conhecedor não poderá ser explorado e defenderá seus direitos e da classe.

De acordo com Zitkoski,

O ser humano não só está no mundo, pois não é um ser passivo totalmente adequado a ele, mas um ser que faz escolhas, que toma decisões e que, por isso mesmo, se tornou uma presença no mundo que tem um modo especial de ser. Ou seja, a autenticidade da existência humana está diretamente relacionada ao fato de que o ser humano não só está no mundo, mas intervém nele, transforma-o, toma decisões, rompe com o que já está feito, avalia, constata e também sonha com um mundo diferente (ZITKOSKI, 2010, p.46).

É importante salientar que a Educação de Jovens e Adultos tem influência considerável quando falamos de educação para a busca de conhecimento. Para os sujeitos do campo, adultos com o anseio de qualificar-se para dar continuidade a sua propriedade rural com eficiência, esta modalidade educacional representa uma oportunidade necessária para aprender a construir saberes no dia a dia que farão a diferença no meio em que habitam implementando suas intervenções.

De acordo com Vasconcelos e Brito,

Aprender é a procura constante do crescimento pelo indivíduo, que busca sua satisfação pessoal; é construção diária e decodificação do mundo. Aprender define-se, sobretudo, como uma aventura criadora, uma capacidade exclusivamente humana de observar, agir, decidir e criar, visando à construção do saber para compreender a realidade e transformá-la por meio da sua intervenção (VASCONCELOS; BRITO, 2014, p.45).

O sujeito do campo, frequentando a Educação de Jovens e Adultos e apropriando-se do conhecimento, desperta para o uso da palavra. Manifesta seu pensamento implicado na leitura crítica de mundo. Busca melhorar a qualidade de vida e passa a atuar com confiança na reivindicação de políticas agrícolas que o conservem no meio rural. Isso, porém, não poderá fazê-lo sozinho, podendo organizar-se com os demais interessados e estando consciente de que o diálogo é parte importante para analisar e atuar frente aos obstáculos do seu cotidiano. Freire (2014, p.109) salienta que “O diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para *pronunciá-lo*, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu”. O diálogo e o conhecimento orientarão no desenvolvimento de suas ações podendo ser o percurso para o empoderamento.

Segundo Zitkoski,

[...]através do diálogo podemos olhar o mundo e nossa existência em sociedade como processo, algo em construção, como realidade inacabada e em constante transformação. [...] é força que impulsiona o pensar crítico-problematizador em relação a condição humana no mundo. [...] podemos dizer o mundo segundo nosso modo de ver (ZITKOSKI, 2017, p.117).

O empoderamento através da educação pode ser um prosseguimento para alcançar a emancipação, que conduzirá o sujeito a mudar aquilo que não aceita. A sociedade capitalista submete o sujeito do campo a educar-se para continuar no

campo. O sujeito, ao educar-se, de posse do conhecimento, percebe que o anseio da sonhada sociedade justa e igualitária pode tornar-se realidade.

Para Vasconcelos e Brito,

Educar-se é ação decorrente de reconhecimento das igualdades das condições de aprendizagem, da importância da troca “humilde” intercultural nas relações de comunicação. É a busca continuada e incansável do conhecimento, com a consciência socrática de que não se sabe tudo e de que sempre há o que aprender (VASCONCELOS; BRITO, 2014, p.96).

O sujeito de posse do conhecimento sente-se confiante e acredita ser capaz de participar dos grupos e movimentos sociais, lutando por seus direitos. O sujeito do campo também tem seus projetos de vida e deseja ser protagonista de sua história. Para isso acontecer, necessita relacionar-se socialmente e, dessa forma, os agricultores, juntos, com o mesmo objetivo, poderão buscar métodos para concretizar a ideia de modificar o meio em que se inserem. Se esse sujeito conseguir mudar a realidade ao seu redor, orientado pelos conhecimentos adquiridos e construídos, agregando as experiências de vida, poderá alcançar a liberdade e ser um agente transformador no campo.

Para Zitkoski

O maior poder das classes populares não pode ser materializado em bens econômicos, tecnologia militar, ou estratégias de manipulação de espaços sociopolíticos. Sua força reside na sua união dos diferentes setores populares da sociedade para lutar por uma utopia concebida através do sonho e da esperança de que é possível construir um mundo mais belo e feliz, onde todos possam viver dignamente, em condições de satisfazer suas necessidades básicas e sem precisar coisificar-se para sobreviver (ZITKOSKI, 2010, p.28).

Na possibilidade de empoderamento, o sujeito precisa compreender que a busca do conhecimento deve ser infundável, ou seja, ele não vai apenas conhecer conteúdos didáticos, mas vai aprender a interpretar os fatos à sua volta podendo apropriar-se de outras fontes de pesquisa. A Educação de Jovens e Adultos para o sujeito do campo poderá conduzi-lo para construir-se criticamente e dar-lhe autonomia para viver socialmente, abrindo caminhos para o conhecimento. Este conhecimento poderá norteá-lo para estabilizar-se no campo, firmando sua identidade de camponês. A educação poderá proporcionar a mudança aos camponeses se realmente for a sua escolha, sendo uma necessidade em sua vida.

Segundo Freire,

O aprendizado da leitura e da escrita não pode ser feito como algo paralelo ou quase paralelo à realidade concreta dos alfabetizados. Aquele aprendizado demanda a compreensão da significação profunda da palavra [...] Mais do que ler e escrever que a “asa é da ave” os alfabetizados necessitam perceber a necessidade de outro aprendizado :o de “escrever” a sua vida, o de “ler” a sua realidade, o que não será possível se não tomam a história nas mãos para, fazendo-a, por ela serem feitos e refeitos (FREIRE,1982, p.16).

Na perspectiva do empoderamento, o sujeito vai se constituindo, aprendendo a lidar com as situações cotidianas e a tomar suas decisões. Conduzido pela educação, apropria-se da palavra e faz dela seu instrumento de luta para conquistar seu espaço no mundo. Mesmo em uma sociedade desigual, encontrará fórmulas para alcançar seu objetivos, criando condições sociais alternativas para si e para os outros. Pensará criticamente e refletirá sobre suas ações antes de colocá-las em prática. Terá capacidade de organização dentro dos movimentos sociais, tomando iniciativas conforme sua realidade. Com o empoderamento e o conhecimento, poderá criar espaços de atuação que levarão à valorização da identidade campesina abrindo possibilidades para a construção de um novo jeito de viver na sociedade, com mudança de relações dentro dos grupo e com uma maneira diferente de pensar. Conforme Freire,

Na medida em que os alfabetizados vão organizando uma forma cada vez mais justa de pensar, através da problematização de seu mundo, da análise crítica de sua prática, irão podendo atuar cada vez mais seguramente no mundo. A alfabetização se faz, então, um quefazer global, que envolve os alfabetizados em suas relações com o mundo e com os outros [...] (FREIRE,1982, p.20).

Para mudar a realidade, é necessário estar consciente de que, além dos conteúdos didáticos, é preciso aprender a ler o mundo, isto se fará com a palavra entendida e interpretada. Para a população adulta, afastada da escola por muito tempo, a Educação de Jovens e Adultos pode ser a alternativa para despertar o processo de empoderamento. O sujeito do campo aspira a possibilidade de ter poder para atuar nos espaços que habita, melhorando seu modo de viver. Com o conhecimento, buscará alternativas que contribuirão para dar um novo significado ao meio rural.

Assim, tornando-se um ser sociável, poderá construir um projeto de vida com novas práticas produtivas e com possibilidade de lutar pelos seus direitos de camponês. Empoderado pela educação, o sujeito resgatará a dignidade, a valorização, o fortalecimento social e profissional e o poder de decisão. Conforme Freire,

Transformar o mundo através de seu trabalho, “dizer” o mundo, expressá-lo e expressar-se são o próprio dos seres humanos. A educação, qualquer que seja o nível que se dê, se fará tão mais verdadeira quanto mais se estimule o desenvolvimento dessa necessidade radical dos seres humanos, a de sua expressividade (FREIRE,1982, p.24).

A Educação de Jovens e Adultos poderá trazer uma nova configuração para o sujeito do campo, tornando-o protagonista de uma nova história e com a identidade idealizada.

4 INDIVÍDUO ONTEM, SUJEITO HOJE: APRENDENDO A CAMINHO DE UM SONHO

Como camponês fui enviado
A proteger esta terra com cuidado
Para preservar e recriar este chão habitado
Busco o conhecimento que me dê significado
Acredito que na educação poderá ser encontrado.
(ZENI,2018)

Neste capítulo, discorro sobre o sujeito do campo. Procuo dissertar sobre quem é este sujeito e a necessidade de buscar conhecimento para sentir-se igual às pessoas urbanas, sem medo da inferioridade que se insere em sua vida. Além disso, apresento as formas de lutar pelos seus direitos de camponês e a importância que dá ao espaço rural que habita, sendo este o local que acredita transformar com o auxílio da educação.

4.1 Aproximações da realidade local do sujeito do campo à educação

Os sujeitos que vivem no campo particularmente são vistos com desigualdade diante dos sujeitos urbanos. Ao dialogar com pessoas idosas, deixaram clara essa diferença, o que, percebe-se, gera mágoas pela discriminação. Toda história dos pequenos camponeses vem sendo marcada por esta disparidade. Por isso, há a necessidade de buscar na educação o caminho para transformar essa realidade, com a expectativa que faz parte de sua existência e o desejo de encontrar no processo educativo um meio de trazer dignidade para o ser humano.

Segundo Fernandes; Cerioli e Caldart,

Há uma tendência dominante em nosso país, marcado por exclusões e desigualdades, de considerar a maioria da população do campo como parte atrasada e fora de lugar no almejado projeto de modernidade. No modelo de desenvolvimento, que vê o Brasil apenas como um mercado emergente, predominantemente urbano, camponeses e indígenas são vistos como espécies em extinção. Nesta lógica, não haveria necessidade de políticas públicas específicas para estas pessoas, a não ser do tipo compensatório à sua condição de inferioridade, e/ou diante de pressões sociais (FERNANDES; CERIOLI E CALDART, 2017, p.21).

Para os sujeitos do campo, a educação parece estar mais longe do que para os sujeitos urbanos. Os governantes demonstram a falta de interesse por essa classe considerada inferior pela sociedade, por isso pouco se faz por uma educação voltada para o campo, principalmente quando tratamos de pessoas adultas. Quando Fernandes; Cerioli e Caldart (2017) citam os camponeses como “parte atrasada e fora de lugar”, deixam claro o descaso por essa parte da sociedade. O preconceito, portanto, causa revolta, baixa autoestima e, ao mesmo tempo, a necessidade de conquistar o respeito, a liberdade e a valorização da dignidade, o que requer muita luta e desejo de mudar a realidade.

Entretanto, Freire diz:

Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua “convivência com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da

ação, o que nos parece fundamental é que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis (FREIRE, 2014, p.72).

A demanda pela educação envolvendo os sujeitos do campo, sendo jovens e adultos, principalmente aqueles que não tiveram oportunidade de estar na escola enquanto crianças, desperta nos dias de hoje a necessidade de buscar o conhecimento deixado para trás com uma intensidade muito grande. O anseio de qualificar-se, com saberes e conhecimentos vindos da educação escolar e juntando à experiência de vida que possuem, vem para transformar sua realidade e reconstruir uma história marcada por diferenças. Assim, a Educação para Jovens e Adultos abre novos horizontes para uma população que se via desmerecida de tal prática. Existindo o interesse por parte desses sujeitos, é necessário o empenho para modificar uma situação que domina, esforçando-se pela igualdade de direitos.

Quando o sujeito toma consciência que suas ações podem engajar-se no coletivo para somar forças frente aos seus direitos, elas podem transformar o ambiente em que vivem e a situação de discriminação. A educação torna-se uma nova proposta de vida, pois percebe que é um sujeito em construção, podendo construir sua sociedade, sem perder as raízes do campo. Enxerga-se, com sua experiência e conhecimento, como alguém que pode desenvolver seu potencial melhorando as condições de vida, seu relacionamento com o outro, com a dignidade almejada sem perder sua identidade e a cultura do campo.

Conforme Freire,

Não é no silêncio que os homens se fazem, mas nas palavras, no trabalho, na ação-reflexão. Mas, se dizer a palavra verdadeira, que é trabalho, que é práxis, é transformar o mundo, dizer a palavra não é privilégio de alguns homens, mas direito de todos os homens. Precisamente por isto, ninguém pode dizer a palavra verdadeira sozinho, ou dizê-la *para* os outros, num ato de prescrição, com o qual rouba a palavra aos demais (FREIRE, 2014, p.108-109).

Nesta perspectiva, o sujeito do campo começa a pensar que a educação não é utopia, mas pode tornar-se um mecanismo que conduzirá os camponeses para mobilizarem-se diante de determinadas situações e conquistarem seus direitos. Se a educação de forma geral distanciou-se do homem do campo, a Educação de Jovens

e Adultos possibilitará que ele conheça seus direitos e, dentro de suas possibilidades, buscará meios para modificar a realidade. Dessa forma, torna-se consciente da diferença de trabalhar no campo com conhecimento e com objetivo de ali fixar-se e prosperar.

Conforme Fernandes; Cerioli; Caldart

O campo não tende necessariamente a desaparecer e exige um espaço para ser sujeito. Um projeto de educação que contribua para com a realidade do campo é fundamental para modernização da agricultura brasileira [...]. A agricultura familiar, reconhecida pela sua produtividade (especialmente em alimentos), por suas iniciativas de reorganização do trabalho e da produção [...] (FERNANDES; CERIOLI CALDART, 2017, p.33).

Diante do descaso das esferas governamentais em ofertar a educação no campo, por iniciativa e necessidade os camponeses procuraram por conta própria o acesso ao conhecimento. O fato de estar no campo não obriga o sujeito a afastar-se do processo educativo, mas, sim, buscá-lo com interesse, tentando compreender os movimentos ao seu entorno e qualificar-se na mesma proporção dos sujeitos urbanos. Este novo olhar do campo frente à educação apresenta uma classe que percebe a necessidade de evolução.

Fernandes; Cerioli; Caldart dizem:

[...] Ou revê o caminho e começa elaborar um outro projeto de desenvolvimento, em outras bases, e que inclua o povo brasileiro, mas todo o povo, como sujeito de construção de novas alternativas que tenham como pilares a justiça social, a diminuição das desigualdades e a construção de uma nova cultura, que ajude a repensar o nosso jeito de ser país, de ser povo, de fazer história (FERNANDES; CERIOLI; CALDART, 2017, p.44).

Muitas são as reflexões que acontecem no campo quando o assunto é educação. A população camponesa busca alternativas para a possibilidade de conquistar seu espaço na área educacional e, assim, a Educação para Jovens e Adultos aponta para uma alternativa que pode dar ânimo a uma classe discriminada, considerada desigual. A perspectiva é pensar que juntos poderão alcançar seu

objetivo que é a busca do conhecimento com um olhar diferenciado de si próprio, como autor de sua história.

4. 2 Sou sujeito...Sou do campo...A educação trará o reconhecimento

Ser sujeito do campo sempre foi um desafio. Habitar este espaço, não ser qualificado perante a sociedade por não ter acesso à escolarização quando se trata de adultos e pela dificuldade de cumprir normas legislativas quanto à educação dos mesmos gera preocupação. Refletindo sobre o sujeito do campo, muitas vezes pensa-se que ele se origina de classes populares, sem cultura, sem identidade, sem vez e voz, por habitar um espaço que é visto por alguns como local de pessoas oprimidas e alienadas, ou seja, um sujeito que nada sabe, mas que busca meios para sair da situação que o deixa humilhado. É preciso olhar para este sujeito com um novo jeito, de alguém que quer construir sua história, ser compreendido e valorizado.

Para Oliveira,

Traçando um breve contexto histórico do processo de construção da Educação do campo, que se traduz numa luta antiga dos sujeitos que vivem nas comunidades rurais do Brasil, na busca pelo direito à terra e uma educação de qualidade voltadas para as especificidades do campo, lutas que percebemos desde as revoltas populares existentes na nossa história. Isso porque os setores hegemônicos nunca tiveram uma preocupação com os sujeitos que viviam no campo, que sempre foram vistos como ignorantes, atrasados e de fácil subordinação, e nessa visão, a educação também reproduz sobre o povo camponês (OLIVEIRA, 2013, p.45).

Na sociedade atual, questionamos a educação quando se trata do sujeito do campo, homem ou mulher, com aspirações e sonhos de construir-se como cidadãos autônomos, que por vezes são vistos como classe popular inferior e tratados com indiferença. Os camponeses têm sua história de vida, merecem ser ouvidos e compreendidos na sua trajetória como seres sociais. Como contribuinte na construção da sociedade pelo seu trabalho, seria correto ofertar-lhes o acesso à educação de qualidade, tanto para as crianças, como para jovens e adultos, atendendo assim, suas

necessidades. O homem do campo tem sua identidade e não quer perdê-la, para isso, busca o conhecimento para a transformação social, fazendo do campo um espaço de trabalho potencializado.

Segundo Caldart,

[...] as relações sociais específicas que compõem a vida no campo e do campo, em suas diferentes identidades e em sua identidade comum; estão pessoas de diferentes idades, estão famílias, comunidades, organizações, movimentos sociais... E a perspectiva de educação do campo é exatamente de educar este povo, estas pessoas que trabalham no campo, para que se articulem, se organizem e assumam a condição de sujeitos de direção de seu destino (CALDART, 2017, p.150).

Em tempos de mudanças na economia, na política e na sociedade em geral, é insuficiente o conhecimento dos sujeitos do campo para conviver e posicionar-se diante de um povo urbano que se diz mais educado e sociável. Como sujeito do campo, pensando no espaço por ele habitado, diante do desejo de ali fixar-se, é importante que tenha oportunidade, por meio da educação, de conhecer-se a si mesmo, seu potencial. Assim, com autonomia pessoal e confiança poderá emancipar-se como sujeito social em condições de responder pelas suas ações e ser reconhecido em sua identidade. Sem desigualdades e injustiças por ser do campo.

Para Caldart,

Os sujeitos da educação do campo são aquelas pessoas que sentem na própria pele os efeitos desta realidade perversa, mas que não se conformam com ela. São os sujeitos da resistência no campo e do campo: sujeitos que lutam para continuar sendo agricultores apesar de um modelo de agricultura cada vez mais excludente (CALDART, 2017, p.152).

O sujeito adulto que vive no campo percebe um distanciamento frente aos urbanos quando o assunto é conhecimento. No entanto, não se pode esquecer dos saberes e experiências do cotidiano que ele mesmo, às vezes, deixa à deriva, por sentir-se excluído socialmente. Na verdade, esse sujeito é um produtor de saberes dentro da sua realidade, apesar de não reconhecê-los quando se sente inferiorizado. Esses homens do campo têm saberes que passam por gerações familiares, às vezes insuficientes para ler o mundo como sujeito social. Assim, jovens e adultos tentam encontrar na educação um rumo que os oriente, qualificando-os para estar no mundo.

Conforme Laffin,

[...] os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos se constroem no querer e no desejo da conquista de novos conhecimentos, indo ao encontro, muitas vezes, a uma sociedade que subtrai e exclui estes estudantes da oportunidade da vivência estética, da igualdade, da liberdade, que se traduz na perspectiva do mundo do trabalho, da vida social, e da participação política. É com este intuito, que de uma forma ou de outra, os sujeitos jovens e adultos se aproximam da EJA em busca do seu direito fundamental, a escolarização (LAFFIN, 2011, p.166).

Para pensar uma educação para os sujeitos do campo, é essencial analisar quem é este sujeito, sua realidade e o que ele espera da escola e da educação. O modo de vida deste sujeito necessita ser observado: a forma de relacionamento com o outro, como ele se manifesta e manifesta sua cultura, sem esquecer o contexto em que está inserido. Viver no campo é um desafio pelas lutas na conquista de direitos e dificuldades encontradas na profissão. Portanto, buscam formação para não serem vistos como insignificantes, acreditando que a escola poderá colaborar para aprender a interpretar o mundo.

De acordo com Laffin,

[...] entendemos que, ao mesmo tempo que estes sujeitos ao interagirem, trazem suas experiências e trajetórias de vida, exigem destes espaços educativos, o reconhecimento de suas especificidades, na busca da autonomia e participação social. Posteriormente, preocupamo-nos com os espaços e tempos de aprendizagem em que interagem os sujeitos da EJA. O entendimento do espaço de escolarização como um espaço praticado contribui para pensar além do que é expresso nos documentos que orientam a escola para *isto* ou para *aquilo*; busca compreender, a partir dos sujeitos o que eles esperam *da* e o que buscam *na* escola; e ainda, o que eles constroem nas relações diárias naquele espaço dotado de sentido e significados (LAFFIN, 2011, p.234).

A educação pode dar condições ao sujeito do campo para manter-se neste espaço que é seu mundo. Como um cidadão comprometido com os problemas que dificultam estar no campo por falta de um sistema econômico adequado a sua profissão, ou seja, para trabalhar no campo, o sujeito necessita de condições e de organização, sendo eficiente no que faz para que possa produzir mais. Para isso acontecer, é indispensável o conhecimento. A EJA pode dar uma oportunidade de

reorganizar a vida dos sujeitos em uma construção coletiva, todos com o mesmo objetivo, buscando este conhecimento.

Segundo Zitkoski,

O que impulsiona o ser humano para o ser mais, ou para a busca de realização pessoal no impulso de superar sua incompletude, é a capacidade de tomar consciência de si mesmo e do mundo que o constitui. É por saber-se inconcluso e inacabado que o ser humano luta para superar sua atual condição. Esse movimento o impulsiona constantemente para o futuro, em busca de novos sentidos para sua existência e da autenticidade do seu próprio sentido vital (ZITKOSKI, 2010, p.60).

Como sujeito do campo com direito à educação, cabe pensar maneiras de desenvolver a capacidade dos mesmos, para que possam ser sujeitos críticos no ambiente em que vivem, sem menosprezar suas experiências. A educação tem a incumbência de orientar o sujeito para modificar-se a si e a realidade ao seu entorno. Para que isso possa acontecer, importa ter uma educação própria para a classe e assim desenvolver aprendizagem do sujeito do campo, com perspectivas de pensamento por ele traçadas.

Oliveira afirma:

[...] a educação assume nos contributos dos movimentos sociais para a concepção de educação do campo, é que a entendemos como uma nova forma de ver, sentir e aprender num contexto diversificado e multicultural que é o campo, através da luta pela cidadania, uma educação que seja dos sujeitos do campo e não uma educação para esses sujeitos, uma vez que seu conceito se constitui uma construção permanente (OLIVEIRA, 2013, p.48).

É necessário tomar consciência de que a educação do sujeito do campo poderá trazer vantagens para o setor produtivo do local, o que será conveniente para a vida pessoal, social e econômica dos camponeses.

4.3 Movimentos pelo reconhecimento de políticas agrícolas e educação voltadas para o campo

Os movimentos sociais são grandes ferramentas para as classes populares, e com o sujeito do campo não é diferente. Diante dos problemas enfrentados pelo direito à educação, está o direito da terra, das condições de trabalho digno, de preços justos pela sua produção, de crédito para investimentos e principalmente de uma política agrária decente. Assim, os camponeses, através dos movimentos com base na coletividade, tentam organizar-se para lutar pelos seus direitos frente às esferas governamentais. Esses sujeitos, na busca de seus direitos, às vezes são vistos como atrasados, vagabundos e insignificantes pelas classes elitizadas. Porém, são trabalhadores, seres humanos que buscam ser ouvidos reivindicando melhores condições de vida. Portanto, há a necessidade de uma educação voltada ao interesse desta classe.

Segundo Arroyo,

A educação faz parte da dinâmica social e cultural mais ampla. Os educadores estão entendendo que estamos em tempo propício, oportuno e histórico para repensar a educação, porque o campo no Brasil está passando por tensões, lutas, debates, organizações, movimentos extremamente dinâmicos (ARROYO, 2017, p.70).

Sabemos que, em nossos dias, os obstáculos encontrados pelo sujeito do campo, como pequenos agricultores, são muitos. Sendo ou não proprietário de terras, torna-se inviável produzir por haver um sistema econômico excludente. Tal situação faz esses sujeitos buscarem na educação uma alternativa para aprender, conhecer e organizar-se para serem compreendidos nas suas reivindicações.

Para Arroyo (2017),

O movimento social no campo representa uma nova consciência do direito à terra, ao trabalho, à justiça, à igualdade, ao conhecimento, à cultura à saúde, à educação. O conjunto de lutas e ações que os homens e mulheres do campo realizam, os riscos que assumem, mostram quanto se reconhecem sujeitos de direitos (ARROYO, 2017, p.73).

Os movimentos sociais fazem parte da vida do sujeito do campo, as lutas pela terra, aposentadoria, preços justos pelo produto e mais. É importante que o sujeito do

campo tenha conhecimento para tomar decisões e concretizar suas ações perante a sociedade. Estar consciente de que pode mudar a realidade, lutando contra o que “o oprime”, como diz Freire (2014). A realidade do campo pode se transformar no momento em que os sujeitos libertos, com o auxílio da educação, desenvolvem um trabalho coletivo que socializa, educa e possibilita a adesão com o outro.

De acordo, com Freire,

A realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso. Se os homens são os produtores desta realidade e se esta, na “inversão da práxis”, se volta sobre eles, e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens (FREIRE, 2014, p.51).

Ao olharmos para a população do campo e as políticas agrícolas, visualizamos sujeitos com direitos não reconhecidos. Isso deixa os camponeses sem perspectiva de vida e de continuar no campo. Dessa forma, muitas famílias deixam o campo para morar na cidade, acreditando que ali podem encontrar uma saída para resolver seus problemas sociais e financeiros. E, com a falta de conhecimento e qualificação, se deparam com situações desagradáveis por não conseguir trabalho, viver de maneira precária e com muitas incertezas. Os autores apresentam uma reflexão entre o campo e a cidade em meio a um sistema capitalista. Este prosseguimento traz dificuldades para aqueles que não estão aptos a participar de uma sociedade que exige conhecimento.

Conforme Fernandes, Cerioli e Caldart,

[...]. O rápido avanço do capitalismo no campo esteve baseado, no Brasil, em três elementos fundamentais: um desenvolvimento desigual, nos diferentes produtos agrícolas e na diferentes regiões; um processo excludente, que expulsou e continua expulsando camponeses para as cidades e para regiões diferentes de sua origem; e um modelo de agricultura que convive e reproduz simultaneamente relações sociais de produção atrasadas e modernas, desde que subordinados a lógica do capital. No campo, este processo tem gerado maior concentração da propriedade e da renda. Nas cidades, este processo tem implicado em maior concentração urbana, desemprego e intensificação da violência. [...] (FERNANDES, CÉRIOLI, CALDART, 2017, p.28).

O acesso à educação poderá ser o alicerce para obter o conhecimento. Homens e mulheres encontram possibilidades e alternativas para conquistar seu espaço social, não se sentindo excluídos, e assim, lutar para resgatar direitos de

igualdade e cidadania que lhes foram desconsiderados. O desafio do sujeito do campo é tentar ser compreendido e valorizado no seu ambiente rural, pois, apropriando-se do conhecimento, poderá participar de movimentos políticos e reclamar das políticas públicas destinadas ao campo.

O sujeito do campo tem um vínculo potente com a terra, por isso, é ali que ele quer firmar-se, por ser este espaço que desencadeou seus saberes herdados de familiares quanto ao cultivo da terra para o seu sustento. Para que isso aconteça, necessita de entidades de apoio para poder desenvolver uma modalidade educativa que lhe faça aprender a ler o mundo social, político e econômico, valorizando a vida do campo como produtores de cultura para que ela seja respeitada nas suas manifestações de vida e comportamentos. A agricultura familiar faz parte de um processo histórico para muitas comunidades rurais, porque ali está inserida sua vida como ser humano que construiu nesse espaço sua identidade de camponês. Assim, a luta pela terra e para ficar na terra faz dos movimentos populares sua ferramenta de luta.

Conforme Fernandes; Cerioli; Caldart,

Os pequenos agricultores lutam por uma política agrícola diferenciada para a agricultura familiar. A política governamental fala em agricultura familiar, mas a olha com um sentido diferente. Considera moderna a agricultura familiar vinculada com o mercado e direcionada para obtenção de renda; e atrasada quando vinculada a subsistência (FERNANDES; CERIOLI; CALDART, 2017, p.32).

Ao discorrer sobre sujeito do campo, não podemos deixar de mencionar o Movimento dos Sem-terra (MST), que muito se aproxima ao MPA. Tem uma trajetória nacional marcada por impedimentos e contrariedades quando a assunto é o direito à terra e à educação. Observamos, no entanto, grande concentração de terras por parte de alguns e outros. As esferas governamentais parecem estar apenas no discurso e não elaboram programas eficientes para uma classe injustiçada. Como cidadãos brasileiros, mesmo com muitos obstáculos no seu percurso, continuam lutando por uma política agrária humanizada, por educação para seu povo e, assim, por uma nova perspectiva de vida.

Segundo Arroyo,

O movimento do campo não é só dos homens. Ele é de todos: mulheres, homens, crianças, jovens integrados nesse movimento social., constituindo-se sujeitos de direitos. Acordando e lutando (ARROYO, 2017, p.75).

Se refletirmos sobre o que a mídia apresenta, ao assistirmos programas de televisão, notamos que tratam o assunto como desigualdade social. Mas, para alguns economistas, é o crescimento econômico que provoca as exclusões. Conforme o discurso, o motivo seria que o sujeito não tem capacidades e habilidades de manter-se no sistema econômico vigente. Para fazer parte de uma sociedade capitalista, o sujeito procura a educação para buscar conhecimento. Assim, o movimento dos pequenos agricultores tem uma história de vida com aproximação ao Movimento dos Sem Terra (MST). Ao abordarmos a questão do Movimento dos Sem Terra, percebemos que os sujeitos continuam sua luta pela terra e pela educação, porém, essas mobilizações estão pouco ascendentes pela falta de uma política pública que responda aos seus anseios.

Para Zitkoski,

O capitalismo atual transforma os imaginários sociais das classes populares através da indústria cultural e dos meios de comunicação de massa. Assim, estamos diante de uma nova forma de dominação social e política, arquitetada por meio da força da imagem, que regulamenta e controla a vida cotidiana das sociedades atuais, por intermédio do poder da mídia (ZITKOSKI, 2010, p.16).

Entendemos que todos os movimentos sociais e populares envolvendo o sujeito do campo necessitam possibilidades e ações que provoquem uma mudança da realidade. Em uma sociedade capitalista, voltada para o agronegócio em grande escala, o camponês encontra dificuldades para permanecer no campo, sobreviver e dar continuidade a esta atividade. Para prosseguir nessa luta de direitos, a educação pode ser o estímulo para aprender e conhecer mais. Porém, cabe aos governantes e profissionais da educação, propiciar uma prática educativa que lhes dê autonomia e transforme sua realidade.

Conforme Arroyo (2017),

Um projeto de educação básica no campo tem de incorporar uma visão mais rica do conhecimento e da cultura, uma visão mais digna do campo, o que será possível se situarmos a educação, o conhecimento, a ciência, a tecnologia, a cultura como direitos e as crianças e jovens, os homens e mulheres do campo como sujeitos desses direitos (ARROYO, 2017, p.82).

Na busca pelos direitos, os camponeses se organizam de várias maneiras, e tentam chamar a atenção das autoridades com suas ações nos movimentos para serem ouvidos no seu clamor por justiça. Nem sempre as ações dos sujeitos pela luta por seus direitos são divulgadas pela mídia. Os camponeses que lutam pela dignidade humana têm o direito de reorganizar sua vida, valorizar suas experiências e seu modo de viver e pensar.

Para Freire,

A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, e modificá-lo (FREIRE, 2014, p.108).

O sujeito do campo, consciente da necessidade de transformar, continuar na terra e dela tirar seu sustento, encaminha-se para a educação na busca do conhecimento. Acredita que isso lhes dê suporte para desenvolver-se como ser humano e social, abrindo caminhos para avançar economicamente diante de um sistema capitalista excludente. Então, busca conhecimento em qualquer idade, com a perspectiva de construir uma nova sociedade camponesa. Para isso, necessita de uma visão crítica de mundo que a educação poderá produzir. Esse processo educativo, no entanto, requer políticas públicas educativas que atendam jovens e adultos na busca do conhecimento reconhecendo-os como sujeitos do campo.

Fernandes; Cerioli; Caldart afirmam,

[...] No contexto atual do nosso país, defender políticas públicas específicas para o campo não significa discriminá-lo ou pretender insistir numa postura dicotômica entre rural e urbano. Ao contrário, no nosso caso, precisamos de políticas públicas específicas para romper o processo de discriminação, para

fortalecer a identidade cultural negada aos diversos grupos que vivem no campo, e para garantir atendimento diferenciado ao que é diferente, mas que não deve ser desigual (FERNANDES; CERIOLI; CALDART, 2017, p.49).

Como os camponeses têm seu jeito de viver e pensar, conscientes de que é importante mudar determinadas situações do cotidiano, buscam novas perspectivas de vida e trabalho. A educação pode ser uma iniciativa para romper com as diferenças que atingem jovens e adultos do campo e procurar novos caminhos para responder às suas necessidades. Busca-se, portanto, uma prática educativa que os conduza ao conhecimento, possibilitando o empoderamento do sujeito. Empoderados, os sujeitos, de posse da informação e tomando as próprias decisões, encaminham-se para a ampliação da cidadania. Assim, buscam, por meio da modalidade educativa EJA, o conhecimento possível para orientar e gerenciar suas vidas, tópico que será dissertado no capítulo seguinte.

5 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA PERSPECTIVA DE EMPODERAMENTO: UMA VINCULAÇÃO POSSÍVEL?

O conhecimento vou buscar
Para um sujeito liberto me tornar
Na educação haverá a resposta que eu quero encontrar
Procuro pistas, saídas e soluções neste andar
Na esperança do meu espaço conquistar
E assim no campo poderei ficar.

(ZENI, 2018)

A modalidade educativa EJA é uma oportunidade para as pessoas voltarem aos estudos, buscando o conhecimento necessário para gerir suas vidas. Uma possibilidade de aprender a ler e escrever, mas, principalmente, ver significações no mundo que os rodeia. A Educação de Jovens e Adultos na sociedade contemporânea tem papel fundamental de proporcionar ao sujeito um meio de buscar o conhecimento que necessita para estar no mundo.

Segundo Vasconcelos e Brito,

É condição natural do homem o “estar no mundo”. Pode estar imerso, adaptado a ele, sem ter consciência da sociedade em que vive, ou então, pode estar no mundo de forma ativa, crítica, consciente do seu papel na sociedade, sabendo-se participante e transformador do momento histórico em que vive (VASCONCELOS; BRITO, 2014, p.107).

A Educação de Jovens e Adultos vem para suprir a necessidade de aprender para lidar com as situações do dia a dia, sejam elas no âmbito social, econômico e

político. Nos dias de hoje, não podemos estar distantes da realidade que nos é apresentada como modo de vida. Saber posicionar-se frente às situações cotidianas é uma exigência como ser social. E, principalmente, sendo um sujeito do campo cabe buscar conhecimento para não ser descartado do mundo social. Assim, poderá organizar-se profissionalmente e reivindicar seus direitos como cidadão, dialogando com segurança e certeza daquilo que quer.

De acordo com Picawy e Wandscheer,

A Educação de Jovens e Adultos – EJA – é uma das políticas nacionais que vem para contribuir para inclusão social, para encurtar a distância entre incluídos e excluídos das novas formas de conhecimentos que são indispensáveis para o mundo do trabalho, para a organização dos trabalhadores, para os novos processos de produção, para cidadãos partícipes de uma sociedade em constante evolução e principalmente visando à qualidade de vida (PICAWEY; WANDSCHEER, 2006, p.64).

Ao pensar na educação de pessoas adultas, é necessário propor práticas pedagógicas adequadas a sua realidade. É importante refletir sobre os temas oferecidos, que não podem ser apenas conteúdos padronizados, restringindo-se apenas no ler e o escrever. O uso e o domínio da palavra necessitam ser aprendidos como forma de interpretação e expressão para que o sujeito tenha condições de posicionar-se quando solicitado. Este conhecimento deve atender seus interesses pessoais e profissionais.

Para Picawy e Wandscheer

A Educação de Jovens e Adultos nos níveis fundamental e médio deverá ter seu projeto pedagógico próprio construído e implementado atendendo aos interesses e as necessidades dessa população que se caracteriza pela suas profundas diversidades. Deve resgatar e valorizar conhecimentos, habilidades e competências já adquiridos; [...] construindo seus conhecimentos de forma participativa e criando condições para o exercício de uma cidadania crítica, participe da sociedade e do mundo em seus aspectos amplos de trabalho (PICAWEY; WANDSCHEER, 2006, p.68).

Durante a graduação, muitos professores alicerçados em autores discorrem que o sujeito é historicamente construído, passando pelas transformações no contexto político, econômico e social. Di Pierro (2004) reforça a ideia de elaborar uma prática pedagógica voltada para o público adulto, levando em conta as histórias de vida que os alunos trazem na bagagem. Se nos apropriamos dos acontecimentos vividos no seu cotidiano e até no Brasil nos últimos anos poderemos transformar em

conteúdo pedagógico com muitos significados. Isso, porque, certamente, cada aluno já presenciou partes importantes de nossa história, observando, assim, a forma como este sujeito analisa determinadas situações ocorridas.

[...] as memórias são matéria –prima fundamental para quem trabalha com educação de adultos. Ajudá-los a inscrever-se no universo letrado como leitores e escritores não pode significar apartá-los do que já viveram. A leitura e a escrita podem possibilitar-lhes novas miradas em relação às suas próprias memórias (DI PIERRO, 2004, p.15).

É importante encontrar alternativas que mostram cada vez mais o potencial da modalidade educativa garantindo uma educação de qualidade. Que a modalidade educativa EJA oriente o sujeito para que ele possa fazer uso do conhecimento construído sabendo, assim, tomar as decisões no momento de agir. Entendendo as informações concebidas na EJA, será capaz de reproduzir e propagar essas informações aprendidas.

Conforme Picawy e Wandscheer

A oferta da Educação de Jovens e Adultos deve construir sua identidade com características próprias da sua cultura, considerando seu perfil e situação real, deverá voltar às suas atividades para o atendimento dessa população incentivando suas potencialidades, promovendo sua autonomia, levando os seus alunos a serem sujeitos do aprender a aprender, apropriando-se, gradativamente, do mundo do fazer, do conhecer, do agir e do conviver (PICAWY; WANDSCHEER, 2006, p.69).

Sabe-se que os adultos voltam para a escola buscando o conhecimento com o propósito de aprender para se sentirem iguais às pessoas que têm uma formação educacional. Não querem apenas aprender a ler de maneira fluente ou escrever corretamente. Sentem necessidade de desenvolver-se socialmente, relacionar-se com o outro. Sendo sujeitos do campo, encontram dificuldades de relacionarem-se socialmente. Para Picawy e Wandscheer,

A educação de Jovens e Adultos vem contribuir para igualdade social numa sociedade onde o código escrito ocupa lugar privilegiado, onde a leitura e a escrita são bens relevantes e o não acesso a eles, a esse nível de conhecimento impede o atingimento da cidadania plena; em reparar o direito à escola de qualidade e o reconhecimento da igualdade do ser humano na sociedade [...] (PICAWY; WANDSCHEER, 2006, p.69).

Na busca desta igualdade social, ou seja, a igualdade de oportunidades, como educação, saúde e trabalho, o sujeito do campo quer permanecer na terra. Sentindo-se discriminado, busca o conhecimento para assumir uma posição na sociedade, desenvolvendo-se totalmente como sujeito conforme seu desejo e suas perspectivas. Acredita-se, assim, que a sabedoria construída com base na Educação de Jovens e Adultos poderá beneficiar os indivíduos do campo, dispondo autoconfiança e tratamento digno, pois, dessa forma, ele saberá para que quer lutar, mobilizando-se no plano legislativo a fim de assegurar seus direitos por ser conhecedor.

Segundo Capucho,

O papel da educação como espaço privilegiado para a construção de sujeitos de direitos, e também para a formação de uma cultura de direitos humanos, traz à tona a necessidade de pensar o(a) cidadão(ã) em suas relações com o direito à educação e à efetiva participação nas estruturas político-econômico-social e cultural da sociedade (CAPUCHO, 2012, p.21).

É de suma importância pensar o adulto na sua singularidade. Cada adulto tem uma história diferente, uma cultura diferente, um modo de vida diferente, e os profissionais que atuam com eles precisam tentar compreender essas peculiaridades que poderão influenciar no processo de conhecimento. Os adultos possuem muitas vivências que não deixam de ser saberes. Saberes que têm significados em sua vida, podendo ser questionados, mas nunca eliminados. Porém, é necessário que na educação do sujeito ocorra o diálogo e a comunicação com o mundo em que ele vive.

Conforme Arroyo,

Os jovens e adultos carregam as condições de pensar sua educação como um diálogo. [...] Partir dos saberes, conhecimentos, interrogações e significados que aprenderam em suas trajetórias de vida será um ponto de partida para uma pedagogia que pautado pelo diálogo entre os saberes escolares e os saberes sociais (ARROYO, 2007, p.35).

Ao pensar em educação para adultos, não podemos esquecer que este sujeito vem para a escola buscar conhecimento. Entendendo a importância da educação em sua vida, está na escola por acreditar que pode mudar sua realidade por necessidade. Porém, já conta com uma bagagem de conhecimento de mundo que adquiriu no transcorrer de sua vida. Ao regressar à escola, surgem muitos questionamentos que carecem de respostas. Este sujeito do campo não se considera um analfabeto,

apenas percebe-se como inferior, por isso, acredita que através da educação poderá superar esta insignificância. Cabe ressaltar que o educar-se, para um adulto, é um desafio.

Para Capucho,

A amplitude da Educação de Jovens e Adultos, em si já é um repto, e mesmo quando pensada em sua dimensão formal, como a modalidade da educação Básica, não podem ser desconsideradas suas especificidades e a pluralidade dos sujeitos que dela fazem parte, seus diferentes contextos, linguagens e conhecimentos prévios [...] (CAPUCHO, 2012, p.95).

Um sujeito, quando procura educação, não quer apenas aprender a ler e a escrever. Espera adquirir habilidade e capacidade que lhe dê autonomia, podendo conduzir sua vida, tomar decisões com determinação e competência e observar sua realidade com criticidade e com condições de modificá-la. Como sujeito do campo decidido a estabelecer-se na terra e possuidor do conhecimento, poderá perceber os acontecimentos ao seu entorno. Porém, não podemos esquecer que, ao chegar à escola, este sujeito traz experiências de vida às vezes desapontado com os fatos ocorridos. Discriminações que busca dissipar compreendendo que a educação lhe possibilitará a inserção na sociedade letrada.

Conforme Capucho,

Na Educação de Jovens e Adultos, a realidade vivencial dos sujeitos é conteúdo e *lócus* da prática pedagógica, sendo fundamental atentar para os fatores que diferenciam da escolarização regular, em como para o fato de que esses(as) estudantes chegam aos espaços educacionais com conhecimentos, crenças, valores, preconceitos e bloqueios culturais acumulados ao longo de sua história (CAPUCHO, 2012, p.116).

A modalidade educativa EJA poderá ser uma nova perspectiva de vida para sujeitos que estão fora da escola há muito tempo. Todo ser humano quer transformar a realidade quando a mesma não o satisfaz. A educação abre horizontes e dá ânimo para lutar pelos sonhos e direitos como cidadão conquistando seu espaço. Assim, quer ter domínio sobre suas ações, questionar, ouvir e ser ouvido. Ser responsável pelas suas atitudes, lendo e interpretando o mundo. De posse da informação e da palavra, poderá defender suas concepções que o encaminharão para a mudança.

6 A CAMINHADA METODOLÓGICA DA PESQUISA

Este caminho vou seguir
Para a pesquisa desenvolver
Vejo rotas, trajetos e movimentos
Seguindo meu pensamento
De encontrar o procedimento
Que responda meu questionamento.
(ZENI, 2018)

Para compreender como a educação desenvolvida através da modalidade de Educação de Jovens e Adultos pode contribuir para o empoderamento das pessoas do campo, esta pesquisa se desenvolveu em um município do Vale do Taquari/RS, a fim de conhecer e refletir sobre a realidade do assunto no referido município.

Para conseguir conceituar, seguem os objetivos específicos a que me propus neste estudo: 1) Conceituar o que se entende por empoderamento no percurso educacional e compreender a modalidade de Educação de Jovens e Adultos; 2) compreender se as práticas escolares da EJA promovem o empoderamento dos educandos que vêm do campo e 3) analisar se os jovens e adultos alfabetizados na EJA conseguem transformar a realidade do campo.

Cabe destacar a abordagem qualitativa da pesquisa, uma vez que a relevância não é quantificar, mas compreender como a Educação de Jovens de Adultos pode contribuir para o empoderamento das pessoas do campo. Sendo qualitativa, “trata da investigação de valores, atitudes, percepções e motivações do público pesquisado,

com o objetivo principal de compreendê-los em profundidade; não tem preocupação estatística” (GONÇALVES; MEIRELES, 2004 apud CHEMIN, 2012, p.56). Na verdade, meu objetivo não tem preocupação estatística, mas busca compreender como são trabalhados os conceitos de educação e empoderamento proporcionados pela EJA e, nesta análise, aprofundar meu estudo e meu entendimento.

Para dar conta de responder o primeiro objetivo específico, que é conceituar o que se entende por empoderamento no percurso educacional e compreender a modalidade de Educação de Jovens e Adultos, fiz uso de subsídios teóricos em sua composição para sustentar as discussões apresentadas. Com relação aos procedimentos, ou seja, ao tipo de pesquisa, desenvolvi uma pesquisa sendo um estudo bibliográfico. Segundo Chemim, “a pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias utiliza basicamente contribuições já publicadas sobre o tema estudado: teses, dissertações, monografias, artigos científicos, anais, artigos eletrônicos, publicações avulsas, livros, revistas, boletins, jornais etc.” (CHEMIN, 2012, p.65).

Considerando o segundo e o terceiro objetivos específicos, compreender se as práticas escolares da EJA promovem o empoderamento dos educandos que vem do campo e analisar se os jovens e adultos alfabetizados na EJA conseguem transformar a realidade do campo, desenvolvi uma pesquisa de campo. Este tipo de pesquisa, [...] “é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles” (LAKATOS; MARCONI, 2009, p.188). Esta pesquisa se fez em uma Escola Estadual de Ensino Fundamental de um município do Vale do Taquari/RS. Para investigar e observar as aulas nesta escola conversei com a diretora e lhe apresentei um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ver apêndice A), que foi assinado por ela autorizando a realização da investigação na escola.

Para desenvolver minha pesquisa e a partir daí gerar dados, utilizei-me de algumas técnicas que contribuíram para responder ao objetivo geral deste estudo, qual seja, compreender se as práticas escolares da EJA promovem o empoderamento dos educandos que vêm do campo. Uma dessas técnicas foi a **observação** de algumas aulas, por um período de dez horas que, conforme Lakatos e Marconi, “[...] é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na

obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também examinar fatos e fenômenos que se deseja estudar” (LAKATOS; MARCONI 2009, p.192). Realmente, meu interesse, não era apenas ver e ouvir, e sim, atentar para as percepções e compreensões dos estudantes, além da prática do professor, o que foi registrado em um diário de campo.

O **diário de campo** foi outro instrumento que me auxiliou nesta pesquisa, pois nele anotei as observações realizadas, como sentimentos, percepções, falas dos estudantes e professores, horário e data, assim como todos os detalhes possíveis para o melhor entendimento e compreensão de minha pesquisa. Para a organização de notas de campo, foi preciso registrar: “(1) data, hora e local da entrevista ou observação; (2) fatos específicos, números e detalhes do que acontece no local; (3) impressões sensoriais: vistas, sons, texturas, cheiros, gostos; (4) palavras específicas, frases, resumos de conversas e linguagens dos informantes; (5) numeração das páginas para ordenar os dados” (CHISERI-STRATER: SUSTEIN, 1977, apud, GIL, 2002, p.130).

Para compreender o terceiro objetivo específico com o intuito de analisar se os jovens e adultos alfabetizados na EJA conseguem transformar a realidade do campo, desenvolvi uma **entrevista**, que, conforme Lakatos e Marconi “[...] é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional” (LAKATOS; MARCONI, 2009, p.197). Esta entrevista foi organizada de forma semiestruturada com um roteiro previamente elaborado, em forma de conversação, composta por 7 perguntas (ver apêndice B), que foram adaptadas conforme a necessidade. A pesquisa através de entrevistas foi realizada com três estudantes da Educação de Jovens e Adultos mediante um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ver apêndice C), assinado por eles, concordando com a conversação.

Para melhor compreender o assunto também entrevistei três professores que exercem a prática educativa na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, (ver apêndice D), mediante Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ver apêndice E), assinado por eles concordando com a conversa.

Para aprofundar minha pesquisa analisei o **Plano Político Pedagógico (PPP) da escola e o Plano de Ensino**, sendo um de cada professor entrevistado. Assim,

verifiquei se nesses planos havia alguma vinculação com o empoderamento dos sujeitos.

Para entender melhor o conteúdo pesquisado, ou seja, como metodologia de análise, apoiei-me na análise de conteúdo, ou seja, analisei de forma reflexiva os dados gerados a partir da investigação. A análise de conteúdo trabalha a palavra, a prática da língua realizada por emissões identificáveis. Leva em consideração as significações (conteúdo), sua forma e a distribuição desses conteúdos e formas. Lida com mensagens (comunicação) e tem como objetivo principal sua manipulação (conteúdo e expressão) (BARDIN, 1997, apud LAKATOS; MARCONI, 2012, p.29). Analisei as informações coletadas e o testemunho dos entrevistados. A seguir, apresento os resultados desta pesquisa.

7 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: “ME DEU LIBERDADE²”

Entrevistas realizei
Averigui, analisei e observei
Para minha pesquisa desvendar.
As respostas que busquei
Aqui eu penso que encontrei
Meu objetivo solucionei.
(ZENI, 2018)

Neste capítulo, refletirei sobre a geração de dados realizada para esta pesquisa. Para melhor compreensão do texto, realizei uma divisão em dois subcapítulos buscando, em cada um deles, responder a um objetivo específico da minha pesquisa. No primeiro subcapítulo, faço uma abordagem analisando se a Educação de Jovens e Adultos pode contribuir para o empoderamento do sujeito do campo na perspectiva dos professores que trabalham com essa modalidade educativa, partindo de suas considerações e compreensões. Além disso, também apresento algumas manifestações dos próprios estudantes entrevistados, buscando ressaltar os aspectos que eles consideraram com relação a esta temática. Procuro analisar também a prática educativa dos professores através da observação das aulas e do método utilizado pelos professores, observando a possibilidade de empoderamento do sujeito que vem do campo. Ainda, atento para o PPP da escola e para o Plano de Ensino adotado para ministrar as aulas, buscando verificar se esses documentos mencionam o empoderamento dos estudantes.

² Explicando esta frase que está no título como fala de uma estudante da EJA.

No segundo subcapítulo, destaco as entrevistas com os estudantes da EJA, analisando se, através da observação das aulas, de fato, os mesmos conseguem transformar a realidade em que vivem, adotando uma postura crítica diante das situações cotidianas e tendo autonomia para resolvê-las. Procuo investigar também o PPP e o Plano de Ensino da escola contemplando se há vínculo com o empoderamento dos estudantes.

7.1 Conhecimento na Educação de Jovens e Adultos: e o empoderamento?

Após um tempo de estudos, pesquisas, conversas sobre a educação para pessoas adultas provindas do campo, querendo emancipar-se pela busca do conhecimento, e com os dados coletados para responder ao meu problema de pesquisa, surgem as conclusões. Estes sujeitos que, diante da insuficiência de conhecimentos, sentem-se afastados da sociedade e com dificuldades de fazer escolhas para melhorar sua qualidade de vida acreditam empoderar-se através da EJA. Enquanto observava a aula e ouvia os questionamentos da professora com os estudantes sobre o tema estudado, um estudante falou: *“Eu sabia pouco, quando tinha de falar ficava quieto, e não sabia o que eu queria fazer”* (Diário de Campo, dia 05/09/2018).

A EJA, para esses estudantes, é um caminho para encontrar as respostas que procuram. Aos poucos percebem que não é impossível realizar seus anseios, as dificuldades podem ser superadas. De acordo com Freire e Nogueira (2014, p.37), “[...] há um momento em que se pode descobrir que as necessidades pelas quais se luta podem ser satisfeitas, podem ser resolvidas; essa descoberta dá conta que há caminhos possíveis, e que as necessidades, as que fazem lutar, não são tão exageradas, e podem ser resolvidas.”

É importante ressaltar que o sujeito do campo busca autonomia por estar consciente de que a educação poderá nortear novos rumos para sua vida. Assim, frequenta as aulas da EJA com entusiasmo e desejo de aprender, conforme percebi

nas aulas que observei. Segue o registro que fiz de um de seus comentários em meu diário de campo:

“Eu nunca faltei às aulas, porque gosto muito de aprender coisas novas, e se eu faltava vou perder o fio da meada” (Diário de Campo, dia 23/08/2018).

Ao analisar o PPP da escola notei que sua proposta para Educação de Jovens e Adultos é orientá-los para tornarem-se sujeitos críticos, reflexivos e conscientes do comprometimento enquanto sujeitos sociais, para, assim, dar continuidade a sua formação pessoal. O objetivo disposto no PPP destaca:

“Construir em conjunto uma escola que forme sujeitos críticos, comprometidos com a transformação da sociedade” (Excerto do PPP da escola investigada).

Através das entrevistas com os professores da EJA, foi possível perceber que, para acontecer o processo educativo considerando o empoderamento do sujeito conforme a proposta escolar, os professores adotam práticas nesse sentido. Questionei os educadores sobre como organizam o plano de ensino para ministrar as aulas, sabendo o público é formado por pessoas adultas que já têm experiências de vida. De acordo com suas falas e também pelas observações das aulas que foram realizadas, nota-se que trabalham o conteúdo com material didático próprio para a EJA, conforme Programa Nacional do Livro Didático para Educação de Jovens e Adultos, adquiridos e distribuídos pelo Ministério da Educação. Porém, os professores têm autonomia para adequar conteúdos, temas e assuntos do interesse do estudante. Conhecendo seus alunos e sua realidade, adaptam assuntos relevantes para orientá-los na sua vida pessoal e social. Afirmam as professoras P1, P2 e P3:

“Trabalho conforme o interesse dos alunos, e principalmente procuro conhecê-los a cada um e a sua realidade” (Professoras P1³).

³ Para preservar a identidade das professoras participantes desta pesquisa, cada uma delas foi identificada com a letra P (professora) seguida de um indicativo numérico. Esta ordem foi adotada e será mantida até o final deste estudo. É importante destacar que as falas das professoras foram descritas sem alterações.

“Como professora adapto a metodologia e os assuntos conforme o interesse do aluno” (P2).

“Trabalho de acordo com seus interesses” (P3).

Ao estudar conceitos de educação popular alicerçados em Freire (2014), os professores deixam clara a importância de considerar as experiências e vivências que os estudantes possuem. Eles não podem ser vistos com ausência de conhecimento, pois a vida cotidiana lhes proporciona alguns saberes que necessitam ser compreendidos, interpretados e orientados pela educação escolarizada. Conforme Arroyo (2007, p. 25), “Esses jovens-adultos protagonizam trajetórias de humanização. [...] A EJA, como espaço formador, terá de se configurar reconhecendo que esses jovens e adultos vêm de múltiplos espaços deformadores e formadores onde participam”. Portanto, o espaço habitado pelo sujeito tem suas possibilidades de atuação, às vezes árdua, quando se aborda o campo. Por isso, busca-se promover mudanças através dos conhecimentos necessários para inserção no mundo social e do trabalho. Encontra-se no Plano de Ensino como relevância *“Considerar espaços de vivência dos alunos”* (Excerto do Plano de Ensino da escola investigada). Neste espaço de vivências, é importante considerar a identidade dos estudantes com o meio em que habitam. O estudante estabelece relações com os demais e entra em contato com as influências do mundo que podem mudar sua vida.

No desenvolvimento das aulas, as professoras entrevistadas e observadas relataram encontrar dificuldades para a promoção da escolarização. Por vezes, manifestaram que os estudantes são diferentes uns dos outros e que necessitam de uma atenção maior; muitas vezes por carência afetiva, desatenção e pelo cansaço por trabalhar o dia todo e à noite estar em uma sala de aula. Isso faz com que os professores atendam de maneira individual aqueles que rendem menos para que não sejam prejudicados na construção do conhecimento. Tal fato pode ser comprovado na fala das professoras P1, P2, P3:

“O cansaço físico do estudante após trabalhar o dia todo” (P1).

“Após trabalhar o dia todo, os alunos chegam na escola cansados, que faz render menos no aprendizado” (Professoras, P2).

“O cansaço físico do estudante que faz render menos” (P3).

Diante desta situação questionei as professoras quanto ao tempo que cada estudante tem para aprender, pois sei que estamos em constante formação, estudamos e sabemos que o aprendizado não acontece de maneira igual para todos, sendo que esta condição deve ser respeitada também na EJA. No PPP da escola investigada, ressalta-se este aspecto quando refletem sobre a metodologia adotada:

“Nesta metodologia é respeitada a individualidade e o ritmo de cada educando, sem perder de vista a contextualização e a interdisciplinaridade. Favorece o ser crítico, participativo, criativo e transformador fundamentado na ação-reflexão-ação” (Excerto do PPP da escola investigada).

Analisando a prática educativa e o PPP da escola, percebe-se um trabalho que proporciona conhecimento e considera o potencial de cada estudante. A professora P1 salienta que sonda seus estudantes: *“Observando a capacidade de cada aluno e relacionando experiências do ontem, do hoje e suas experiências, além de conhecer sua realidade”* (P1). Assim, os professores procuram adequar estratégias dentro de um contexto que define objetivos de aprendizagem para que o estudante construa o conhecimento e supere suas dificuldades.

Para alcançar o empoderamento, os estudantes desenvolvem suas capacidades e potencialidades com a orientação do professor que procura alternativas pertinentes para cada perfil de pessoa. Nunca esquecendo que o sujeito, neste estudo, refere-se àquele proveniente do campo, ou seja, o sujeito que quer aprender, transformar a realidade e viver melhor.

Ao conversar com as professoras e refletindo se acontece o empoderamento do educando na EJA, percebi pela suas falas e confirmei na observações das aulas da EJA que os estudantes interagem entre si e com os professores sobre os conteúdos. Quando oportuno, posicionavam-se manifestando seu pensamento e

contribuíam com respostas pertinentes. Isso pode ser afirmado a partir do seguinte relato em diário de campo:

“Nota-se que acontecem mudanças com os sujeitos, demonstradas pelo interesse dos estudantes, a forma como questionam situações e problemas do dia a dia” (Diário de Campo, dia 30/08/2018).

As professoras afirmaram que acontece o empoderamento a partir da EJA, porém, isso se dá em tempos diferentes dependendo do estudante. A professora P1 destaca: *“Alguns estudantes aprendem rapidamente e outros têm mais dificuldades por ter estado fora da escola por muito tempo”* (P1).

Observa-se que o interesse em aprender para construir o conhecimento é um desafio e isso está relatado em meu diário de campo:

“As experiências de seu mundo se fazem presentes nas conversas e estabelecem relações com o cotidiano e este mundo do conhecimento, que é novo, vai sendo desvendado” (Diário de Campo, 30/08/2018).

Percebe-se nos relatos das professoras a empolgação pelo trabalho que vem sendo realizado com os jovens e adultos, pois reconhecem as mudanças na sua postura, como pode ser observado nos excertos a seguir:

“Tornam-se reflexivos, comunicativos, independentes, tomam as próprias decisões” (P1).

“Com o conhecimento torna-se crítico diante do mundo a sua volta” (P2).

“Tornam-se reflexivos, tomam as próprias decisões” (P3).

É importante ressaltar que os estudantes possuem conhecimentos prévios, próprios do contexto em que estão inseridos. A escola e os professores fazem uso deste conhecimento que é agregado aos demais saberes propostos ao currículo, adaptado em benefício do estudante. De acordo com o PPP da escola, percebe-se a preocupação com a formação do sujeito:

“A educação pensada para o presente, na nossa escola é aquela que orienta o ser humano a tornar-se cidadão com consciência de seus atos, que a partir de sua

cidadania, reflita sobre as questões sociais, buscando alternativas, interpretando a realidade de forma crítica e criativa, tornando o mundo um local agradável de se viver” (PPP da escola investigada).

É pertinente a preocupação da escola nas conversas com as professoras em considerar o espaço em que vivem os estudantes, a importância da cultura no processo de ensino e de aprendizagem. O respeito à cultura dos estudantes é fundamental na educação. Para Freire (2016, p.42), “A questão da identidade cultural, de que fazem parte a dimensão individual e a de classe dos educandos cujo respeito é absolutamente fundamental na prática educativa progressista, é problema que não pode ser desprezado”. A cultura e as experiências dos estudantes são temas estudados e promovem questionamentos, que eles relacionam com outras culturas e assim fazem suas descobertas. Esta potência pode ser observada também no PPP da escola: “[...] *levando em consideração o contexto em que o estudante está inserido [...] visando transformações sociais, tendo como item central a aprendizagem, a construção do conhecimento e a formação integral do ser humano*” (PPP da escola investigada).

É possível observar nas aulas que há um direcionamento quando se trata de empoderar o sujeito para que saiba tomar suas decisões, gerir sua vida a partir de escolhas que lhes sejam significativas. Para Arroyo (2007, p.39), “Os jovens e adultos que carregam para a escola trajetórias tão interrogantes dos valores e dos conhecimentos estabelecidos merecem um olhar amável e reconhecido das interrogações que a vida lhes coloca”. A educação é o melhor caminho para emancipar o sujeito, valorizando seus saberes, ou seja, o conhecimento que vem de sua origem e, nesta pesquisa, em especial, o conhecimento do sujeito do campo.

As professoras destacaram com clareza o que consideram importante trabalhar com os estudantes, sempre refletindo a ideia de autonomia e de construção de um conhecimento que lhes proporcione este poder de decisão. Quando entrevistadas, questionei-as sobre os conteúdos curriculares da EJA em relação aos

conteúdos definidos para a Educação Básica. Todas disseram que há diferença, pois os estudantes da EJA têm suas características e são trabalhados nesta perspectiva. Salientam que trabalham com temas que “*consideram interessantes para os alunos*” (P1), “*que os a façam observar e opinar diante dos fatos com postura adequada a cada situação*” (P2). Se apropriam do “*conteúdo didático por ser uma necessidade*” (P3) ou seja, é a Educação Básica que, pela legislação, vai assegurar a formação comum para o exercício da cidadania. Assim, o sujeito do campo poderá progredir no trabalho e continuar seus estudos.

A preocupação é evidente quando ressaltam que estes estudantes são pessoas adultas com experiências e que, para se manterem no mercado de trabalho e principalmente no campo é necessário, além do didático, conhecimento de mundo, saber estabelecer relações de percepção, entender tudo o que acontece à sua volta e ter postura adequada para determinadas situações. As professoras destacam que:

“No currículo adaptado trabalha-se conhecimento de mundo” (P1).

“Interpretar os acontecimentos, sistematizar saberes a partir de sua história” (P2).

“Apresentar situações problema que se encaixam no dia a dia” (P3).

Para isso, é necessário conhecer os estudantes e suas vivências. Entender o contexto em que ele habita e quais as situações com que ele mais se defronta no seu cotidiano. Assim, o educador orienta o estudante a buscar alternativas, pois requer habilidades para resolvê-las. Para Arroyo (2013, p.129), é necessário “Privilegiar a “realidade real” (não só pensada), vivida pelos educandos, fazendo que entre nas escolas como objeto de estudo, de conhecimento”.

A modalidade educativa EJA proporciona conhecimento para a vida pessoal, profissional e social, emancipando o sujeito que aprende a tomar suas decisões. A educação desafia o sujeito a pensar nas possibilidades que tem para se organizar e compreender que é um ser potente e com condições de gerir sua vida, fazendo escolhas com segurança.

Destaca-se aqui a percepção de uma aprendizagem e a construção do conhecimento que conduz o sujeito a autogovernar-se. Isso se dá com um

compromisso da escola desenvolvido pelos professores e estudantes. É possível evidenciar isso em um fragmento identificado no PPP da escola:

“O currículo estabelece que o aluno irá aprender, adquirir conhecimentos, habilidades, valores, competências essenciais para o mundo social e do trabalho” (PPP da escola investigada).

A escola tem uma atenção comprometida quanto ao ensino e à aprendizagem de seus estudantes. É consciente da necessidade do conhecimento para desenvolver a capacidade de desempenhar determinadas ações e atentar aos problemas do cotidiano e do mundo, contribuindo com a constituição da autonomia para a resolução desses problemas como cidadão. Destaca-se no Plano de Ensino um dos objetivos: *“Promover autonomia dos educandos, compreendendo o papel do cidadão na sociedade atual”* (Plano de Ensino da escola investigada). Nas aulas da EJA, notei a preocupação dos professores em promover a curiosidade e a autonomia do estudante, trabalhando a capacidade de refletir, fazer pensar e não dar respostas prontas. O sujeito vai construir conhecimento a partir daquilo que está dentro dele e necessita ser explorado e articulado com os saberes legitimados historicamente. É um conhecimento sendo aprimorado, ou seja, o indivíduo deverá saber como utilizá-lo e em quais situações do cotidiano.

De acordo com Freire,

Não é possível respeito aos educandos, à sua dignidade, a seu ser formando-se, à sua identidade fazendo-se, se não se levam em consideração as condições que eles vêm existindo, se não se reconhece a importância dos “conhecimentos de experiência feitos” com que chegam à escola (FREIRE, 2016, p.62).

Este respeito ao educando é notório nas aulas observadas quanto à convivência entre estudantes e professores. São consideradas as experiências de vida e, por meio das mesmas, constroem seu conhecimento. Articulam educação e realidade. Afirma-se este entendimento pela fala da professora P2: *“Relaciono conteúdo didático, experiências e realidade”* (P2).

Podemos dizer que o estudante vive ambientado a um contexto social e tem sua cultura. Mesmo no campo convive com outras pessoas que formam seu círculo

social e ali se envolve em práticas sociais mesmo sem ter consciência. Neste contexto, tem a sua linguagem e seu modo de viver. No entanto, dá-se conta de que necessita algo mais, ou seja, compreender o que acontece no seu cotidiano, ir mais longe, decifrar o mundo e suas implicações. Então, professores e estudantes desafiam-se para solucionar as respostas dos sujeitos, vivenciando experiências múltiplas. Trabalhar na educação de pessoas adultas exige do professor qualificação para compreender e atender as necessidades específicas desse grupo. Para isso, o professor necessita de estratégias adequadas para que seu educando construa o conhecimento.

Ao questionar as professoras quanto à prática educativa adotada para que seus alunos tenham um bom desempenho na busca do conhecimento e quais seriam as estratégias utilizadas nas aulas, percebi que sempre trabalham enaltecendo a vida cotidiana e a história de cada um, fazendo relações com a realidade. A história de cada sujeito tem importância fundamental no presente e, com as relações que ele pode fazer, conseguirá mudanças significativas em sua vida.

Na observação das aulas, entendi a importância de situar o estudante na sua história quando a professora questionou sobre o que os alunos sabiam das gerações passadas de suas famílias, sobre os acontecimentos que teriam mudado nos dias de hoje e se houve influências nas suas vidas. É importante enriquecer este processo de construção do conhecimento nas relações humanas através das experiências que cada um possui. A professora P1 ressalta: “*Questiono meus alunos sobre sua vida, sua história e comparo com atualidade*” (P1).

Muitos assuntos provenientes das experiências dos estudantes transformam-se em conhecimento e podem ser envolvidos na prática docente. Nas aulas, observei os questionamentos realizados pelos estudantes. Após assistirem a um filme que tratava da evolução do homem, comparavam as cenas com as suas vidas, as mudanças de comportamento e as atitudes. A professora instigava a curiosidade, explorava seus conhecimentos estabelecendo vinculações importantes para a aprendizagem e a busca do conhecimento para conduzir suas vidas. Afirma-se isso quando as professoras P2 e P3 evidenciam:

“Instigo o aluno para a curiosidade” (P2).

“Questiono suas curiosidades” (P3).

Nesta perspectiva de provocar a curiosidade, o sujeito se capacita no aprender através da educação buscando o conhecimento e fazendo suas descobertas. Nas descobertas, o sujeito explora a si mesmo e, nesta curiosidade, produz conhecimento criando e recriando conforme as ideias de Freire relatadas por Freitas (2017, p. 107) “A curiosidade [...] caracteriza o processo de criação e recriação da existência humana. [...] é quando ultrapassa os limites peculiares do domínio vital que a curiosidade se torna fundante da produção do conhecimento.”

Despertando o interesse dos estudantes, os professores constroem o conhecimento em conjunto, dando significado às vivências, orientando para interpretar as próprias histórias e compreendendo o estar no mundo. Durante a observação, percebi estudantes com muita vontade de aprender e professores dedicados a desenvolver habilidade crítica e reflexiva. Destaco, assim, no Plano de Ensino:

“Formar alunos capazes de fazer relações entre os textos e vivências do cotidiano com habilidade crítica e reflexiva” (Plano de Ensino da escola investigada).

As professoras P1 e P2 também salientaram que, para desenvolver a habilidade crítica e reflexiva encaminhando para o empoderamento, estimulam o estudante mostrando que ele é capaz. Para que os sujeitos entendam que têm potencial, necessitam olhar para dentro de si, compreender-se e compreender os acontecimentos à sua volta e, assim, conseguir enxergar a realidade como um todo.

Segundo as professoras:

“Proponho mudanças de olhares e posturas que possam ajudar para melhorar a qualidade de vida” (P1).

“Busco desenvolver suas habilidades mostrando que o aluno é capaz” (P2).

O empoderamento ocorre no momento em que o sujeito acredita que é capaz e aceita o desafio da mudança de pensamento. Observando a prática educativa,

constatei que a EJA é capaz de mudar a vida dos sujeitos de maneira significativa. Afirmando isso quando o estudante, durante um questionamento provocado pela professora, salienta: “*A melhor arma do homem é a língua, saber falar, agora eu sei responder quando me perguntam e falo certo*”. (Diário de Campo, dia 23/08/2018). Enquanto outro estudante também comentava: “*Aqui na escola aprendi a pensar antes de fazer as coisas*”. (Diário de Campo, dia 23/08/2018). Isso oportuniza a construção de conhecimento que pode ser relacionado ao seu cotidiano, porém, exige que o professor conheça seu educando e deseje orientá-lo bem como requer que o educando queira aprender e mudar de vida.

Outro aspecto ressaltado pelo professor P2 foi o uso das tecnologias para conseguir desenvolver o conhecimento. O professor destaca que o estudante pode fazer pesquisas referentes a temas estudados e também pode atualizar-se com os acontecimentos do/no mundo. Esta ação é importante, pois em suas casas poucos estudantes têm acesso à internet ou a utilizam de forma insuficiente.

Afirma o professor P2:

“Uso as tecnologias e apresento atividades desafiadoras para compreender o mundo”
(P2).

Também evidencia-se no PPP da escola, dentre os princípios norteadores, o fragmento “*Apropriação crítica das informações e usos tecnológicos*” (PPP da escola investigada). Percebe-se a tecnologia na busca do conhecimento como um elemento importante para conhecer novas realidades. Os professores manifestam comprometimento com esses jovens e adultos, tendo consciência de que necessitam de métodos que os estimulem a aprender, pois o conhecimento tecnológico será essencial em sua vida. Percebe-se que os professores estão sempre preocupados em repensar suas práticas a partir do mundo em que esses estudantes vivem, para situá-los em outras articulações que estabelecem com o mundo. Essa postura do professor exige constante formação. De acordo com Freire (2016, p.40), [...] na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática.

Conversando com os professores, eles relataram que os estudantes da EJA vão para escola com o intuito de aprender para melhorar sua qualidade de vida. Esperam e acreditam que os professores contribuam para a busca do conhecimento que lhes dá a autonomia necessária e importante para tomar decisões no cotidiano. Assim, a escola propõe a formação continuada de seus profissionais educadores e o comprometimento para com a escola e com os estudantes.

A escola destaca em seu PPP: *“Os profissionais da educação precisam reinventar, fazer auto avaliação constante e ter compromisso com sua excelência assumido na própria carreira”* (PPP da escola investigada). A postura e a responsabilidade do educador são fundamentais para desenvolver um bom trabalho frente aos estudantes, e, em conjunto, atingir os objetivos propostos pela educação, além de conduzir o estudante para mudanças significativas na sua realidade.

É possível observar que a metodologia adotada pelos professores e os materiais definidos em seus planejamentos encaminham o aluno para a busca do conhecimento e para a autonomia. Os professores não se detêm apenas a atividades escritas, uma vez que provocam questionamentos, falas e debates que estabelecem relações e exploram os conhecimentos prévios dos estudantes. Fazem relações que cruzam por diversos caminhos, que partem da educação para temas da realidade local, regional e mundial. É um desafio para as professoras formar adultos conscientes para responder por suas próprias ações. Fazem muitas perguntas aos estudantes, instigam, demonstrando ter um imenso conhecimento. Nota-se que as educadoras encontram-se, de fato, preparadas para atuar na modalidade educativa EJA. A sua proposta pedagógica responde às expectativas dos estudantes, pois fazem com que eles frequentem as aulas e participem delas conscientes de que estão construindo o conhecimento.

De acordo com Picawy e Wandscheer,

É um grande desafio para gestores e educadores que deverão prever na sua proposta pedagógica a compreensão e atendimento de demandas específicas de expectativas que deverão ser respeitadas; a integração, a valorização, a motivação e a socialização são aspectos que necessitam ser contemplados e correspondidos para que a permanência e continuidade se concretizem (PICAWEY; WANDSCHEER, 2006, p.69).

Quando os professores falam em atender as necessidades dos estudantes mediante o ensino e a aprendizagem do sujeito do campo, refletem isso na perspectiva profissional e social. Fazem o sujeito entender que tem capacidade e potencial a serem explorados. Assim, terá condições de emancipar-se e estabelecer-se no campo. As experiências que vêm da sua realidade estão sempre presentes nos vínculos que estabelecem, sendo este um caminho para resultar em conhecimento. Afirma a Professora P3:

“Resultar conhecimento a partir das experiências, sondando as necessidades de cada aluno” (P3).

Esta convicção dos professores que norteia sua prática em empenhar-se para desenvolver conteúdos que possibilitem a emancipação do sujeito coloca a proposta pedagógica da escola no intuito de aprofundar e promover a reflexão crítica. A teoria e a prática, segundo as professoras, se entrelaçam no ensino da EJA, para que o estudante tenha certeza e segurança diante do que está sendo realizado e, assim, as possibilidades de aprender, conhecer e descobrir se tornam produtivas.

Para Souza,

[...] cabe ao educador a responsabilidade investigativa em relação à sociedade e às pessoas que nela vivem; cabe a responsabilidade de valorizar os saberes de cada educando, a cultura, o jeito de ser, os silêncios etc. É importante que nós, profissionais da educação, saibamos valorizar sem preconceitos, os conteúdos do mundo da vida trazidos pelos educandos (SOUZA, 2007, p.13).

Para acontecer o processo de busca de conhecimento, a Educação de Jovens e Adultos como modalidade educativa necessita de ações em que o sujeito tenha autonomia para atuar no mundo social e profissional. Portanto, esta é uma educação que se traduz em mudanças de comportamento diante das situações do dia a dia. Ao entrevistar as professoras que atuam na EJA, perguntei a elas se acreditavam que a EJA como modalidade educativa poderia transformar o sujeito. A resposta foi positiva. Então, questionei suas conclusões. As professoras P1 e P2 argumentaram que: *“Há um amadurecimento intelectual”*. Procurei entender o que seria essa menção e na conversa esclareceram que os estudantes chegam à escola com muitas dificuldades por estarem fora dela por muito tempo. Porém, o desejo de aprender e construir

conhecimento é intenso, então esforçam-se para desenvolver a *“leitura, escrita e fazem muitas perguntas do seu interesse”* (P1). Com o tempo sabem *“posicionar-se diante dos assuntos propostos e começam a formar suas opiniões”* (P3). Conforme analisei, este amadurecimento intelectual orientará os alunos para lutarem pelas ações nas quais acreditam, como, por exemplo, seus direitos de cidadania.

Outro aspecto ressaltado pelas professoras P1, P2 e P3 é quanto à socialização desses alunos, ou seja, quanto à dificuldade de se relacionar com quem não se conhece. Segundo as professoras, eles chegam à escola distanciados, afastados e aos poucos interagem entre si, trocam experiências e discutem sobre questões da suas vidas. Os estudantes passam a compreender o outro, descobrir e confirmar que têm histórias de vida semelhantes à sua. Essas trocas de experiência melhoram a convivência e mudam a maneira de pensar. Os estudantes sentem-se confiantes e se encaminham para a busca da emancipação no coletivo.

Com relação a isso, as professoras destacam que:

“Aprendem a socializar-se” (P1).

“Percebem o mundo com uma nova perspectiva social” (P2).

“Melhora a convivência com o outro” (P3).

Nas observações das aulas, percebi essa socialização com clareza. Esse grupo de estudantes segue junto há algum tempo e as relações que estabelecem entre si conduzem para a construção do conhecimento, pois a aprendizagem é facilitada.

Os profissionais da educação estão conscientes de que o estudante quer o empoderamento para gerir sua própria vida. Então, organizam os conteúdos conforme a intenção do estudante e propõem trabalhar saberes que são importantes para conquistar a autonomia. As professoras afirmam que os estudantes:

“Tornam-se autônomos e críticos” (P1 e P2).

Como sujeito do campo, necessita de estímulo para seguir na profissão sem desigualdades frente aos sujeitos urbanos. Para ficar no campo é importante saber

tomar decisões. As professoras trabalham esta questão orientando o estudante a compreender as situações do seu entorno. “*Refletir para decidir, fazer suas escolhas*” (Diário de Campo, dia 05/09/2018). Assim, estarão preparados para viver na sociedade e também para conquistar espaço na profissão. Na metodologia adotada para a construção do conhecimento e assim ao empoderamento as professoras querem que sejam capazes de pensar por si mesmos, saibam relacionar-se com as pessoas tornando-se sujeitos dignos, que possam ser respeitados na sociedade e lutem pelos seus direitos compreendendo que também há deveres. Assim, destaca-se este assunto no PPP da escola: “*Elaboração de conceitos autônomos e críticos*” (PPP da escola investigada).

A preocupação dos professores e, conseqüentemente, da escola, conforme sinaliza o seu PPP, é pertinente e, de fato, procura tomar a educação como processo de conscientização do educando. A Educação de Jovens e Adultos oferecida nesta escola tem como proposta a autonomia de seus estudantes, sabendo que isso não é tão simples. A escola trabalha com este propósito e tenta ajudar essas pessoas que ali acreditam buscar sua independência. Conforme Freire, “Ninguém é autônomo primeiro para depois decidir. A autonomia vai se constituindo na experiência de várias, inúmeras decisões que vão sendo tomadas” (FREIRE, 2016, p.105).

Esses estudantes são pessoas adultas que procuram um novo modo de vida que responda aos seus anseios. Muitas são as realidades que necessitam ser trabalhadas e observadas, assim como os conflitos que os estudantes carregam e acreditam solucionar. A EJA assume um papel de mudar a vida dessas pessoas. Por isso, os professores têm a tarefa de encorajar seus estudantes a descobrir seu potencial e, com coragem, dar novos rumos para a sua vida. A professora evidencia que os estudantes “*Encorajam-se para fazer escolhas e assumir as conseqüências*” (P3).

Dessa maneira, o estudante compreende o que quer para sua vida pessoal, profissional e social. A partir disso, tem convicção de que tipo de decisão necessita para alcançar suas metas, tendo objetivos definidos, sabendo que as escolhas feitas têm importância na sua vida. Essas escolhas precisam ser realizadas com responsabilidade e consciência, pois elas influenciarão o seu futuro. Empoderado,

apropriando-se do conhecimento, o estudante tem oportunidade de escolher por si mesmo, aprender a crescer com suas atitudes. O sujeito aprende a ser livre para escolher, por estar empoderado e sabedor das consequências que virão pela sua atitude.

Na EJA, o professor propõe ao estudante “*refletir antes de decidir, entendendo que as escolhas necessitam ser positivas para melhorar a sua qualidade de vida*” (Diário de Campo, 30/08/2018). Freire (2016, p. 108) ressalta que “Inacabado e consciente de seu inacabamento, histórico, necessariamente o ser humano se faria um ser ético, um ser de opções, de decisões”.

Estabelecer metas e tomar decisões para um sujeito do campo é fundamental para dar continuidade à profissão e, assim, empoderado, opta pelas alternativas que considera importantes para si. Com o conhecimento, aperfeiçoa-se no plano profissional e pessoal, o que resulta em uma vida satisfatória para si e sua família.

“*Preciso aprender mais para conseguir melhorar no trabalho*” (Diário de Campo, fala de estudante, dia 30/08/2018).

Além de frequentar a sociedade sem sentir-se diminuído, pois o conhecimento adquirido orienta e estimula a socializar-se, o que trará segurança no momento de posicionar-se. Assim, sentir-se-á incluído na sociedade. “*Nos conteúdos trabalhados pelos professores, os sujeitos aprendem a expressar os sentimentos e o que pensam com segurança*” (Diário de Campo, dia 30/08/2018). Na visão dos professores, empoderar é falar o que o estudante pensa em relação a determinados assuntos, com domínio sobre os mesmos. Um dos objetivos do Plano de Ensino destaca:

“*Possibilitar ao aluno a capacidade de expressar-se de forma espontânea nas questões atuais existentes*” (Excerto do Plano de Ensino da escola investigada).

As professoras afirmam que trabalham a comunicação. Assim, os estudantes têm capacidade de construir novos relacionamentos. “*Participam da sociedade com dignidade, tendo capacidade de expressar-se com boa comunicação na convivência com o outro*” (P1). Na vida profissional, sendo um sujeito do campo, “*abrem-se possibilidades de demonstrar a capacidade que possui e melhorar sua produtividade*” (P2). Afinal, o sujeito do campo quer desenvolver-se como ser humano e resgatar

sua cidadania, porém, atento para o mundo do trabalho e confiante de que a educação trará os resultados. Portanto, o assunto ‘trabalho’ está claro nos conteúdos, ou seja, nos materiais pedagógicos que me foram apresentados.

Enfatizam Picawy e Wandscheer

[...] a Educação de Jovens e Adultos vem reafirmar a importância, o significado e a contemporaneidade da educação contribuindo diretamente para que se cumpram suas finalidades, ou seja, o pleno desenvolvimento e seu preparo a cidadania e para o mundo do trabalho [...] (PICAUY; WANDSCHEER, 2006, p.71).

Em muitas realidades, os estudantes vêm para escola por existir a possibilidade de melhorar no mundo do trabalho. “*Neste espaço são oportunizadas vivências relacionadas a esta atividade, a partir de histórias diversas contadas pelos demais estudantes*” (Diário de Campo, 23/08/2018). Assim, apercebem-se que todos têm o mesmo objetivo e expectativas que se tornam realidades alcançáveis. A EJA pode consolidar este conhecimento abrindo possibilidades significativas para o sujeito. De acordo com Picawy e Wandscheer [...], “a EJA faz parte da educação permanente onde as pessoas têm acesso sempre que desejarem a um novo conhecimento atendendo às exigências e aos desafios do mundo atual” (PICAUY; WANDSCHEER, 2006, p.71).

Prosseguindo a entrevista e dialogando com as professoras, elas esclareceram a importância de trabalhar o conhecimento de mundo. Cada professora adota sua metodologia para trabalhar este tema estabelecendo conexões com a realidade do sujeito. Afirmam as professoras a necessidade de: “*Interpretar o mundo e os acontecimentos*” (P1, P2 e P3). Pude perceber isso nas aulas que observei, pois a preocupação das educadoras é questioná-los para entender os acontecimentos e transformá-los em conhecimento. “*Consideram os conhecimentos prévios dos estudantes, e a partir destes aprimorar o que sabem. O conhecimento é aprendido através da experiência e com as informações coletadas e construídas*” (Diário de Campo, dia 30/08/2018).

Ao falar em leitura de mundo, recordo-me de Freire (2011) ao indagar sobre a visão de mundo dos estudantes. A percepção da realidade é conhecer quem é este sujeito educando, ser igual, lutar pelos direitos em que acredita, ou seja, uma visão de ser social. O conhecimento oportunizado pela EJA orienta para entender que pode viver com qualidade conhecendo as possibilidades que surgem. A professora P3 ressalta que cada estudante tem “*uma visão de mundo diferenciada, porém, almejam uma sociedade justa e igual para todos e acreditam que podem mudar*” (P3). A mudança de comportamento acontece com o empoderamento.

Ao analisar o PPP da escola, chamaram-me a atenção as diversas ocasiões em que se apresenta a palavra “criativa” nos excertos deste documento. Acerca de meus questionamentos quanto ao empoderamento do sujeito, tenho convicção de que a escola efetivamente preocupa-se com esta temática. Este ser criativo é aquele que pensa diferente, que conduz suas ações com poder de decisão. A criatividade é algo que vem da capacidade do sujeito, que o orienta para mudar e transformar. Sendo assim, observando o PPP, fica nítido que a escola tem interesse em desenvolver a criatividade do estudante para que ele se empodere. Criatividade e empoderamento trabalham para transformar o sujeito e, assim, transformar a realidade existente e até o mundo. Nos conteúdos da EJA, essas duas habilidades convergem para modificar o sujeito e sua realidade.

Portanto, no subcapítulo seguinte considerarei fundamental observar se o sujeito empoderado consegue transformar a realidade onde vive.

7.2 A Arte de Transformar é Tornar Realidade: será verdadeiro?

O estudante da EJA é um adulto que chega à escola com suas vivências. Neste retorno, traz um conhecimento de mundo através das linguagens e experiências adquiridas ao longo de sua vida. Deseja buscar conhecimento para transformar a

realidade onde vive e busca o conhecimento através da educação, que é diferente dos conhecimentos aprendidos no seu mundo. Quer constituir-se como sujeito de ação com autonomia, comunicando-se com o mundo e sendo capaz de criar e recriar o espaço habitado. Afirma a estudante E1:

“Quero compreender o que acontece no mundo ao meu redor” (E1⁴).

Os estudantes que vêm do campo, conforme minha pesquisa, tem o interesse de aproximar o desejo de buscar conhecimento através da educação para lutar por transformações da vida no campo. Buscam humanização para tornarem-se mais sociáveis e respeitados. Conforme Arroyo (2017, p.80), “Quando situamos a educação como um processo de transformação humana, de emancipação humana, percebemos quanto os valores do campo fazem parte da história da emancipação humana”.

Nesta demanda por emancipação, os jovens e adultos do campo, após estarem muito tempo longe da escola, notam que necessitam de informação e de conhecimento que a educação pode possibilitar. Compreendem que este conhecimento resulta em mudanças no estilo de vida, no comportamento e nas atitudes. Para encontrar formas de transformar a realidade onde estão inseridos, acreditam que o caminho é voltar a estudar. Na entrevista com os estudantes da EJA questionados quanto à volta aos estudos, ressaltaram:

“Com os filhos encaminhados na vida, por gostar de estudar retomei os estudos por necessidade” (E1).

“Apareceu oportunidade e percebi que necessitava estar mais preparado para enfrentar os desafios” (E2).

“Sem estudar não é possível mudar de vida” (E3).

⁴ Para identificar as falas de cada estudante participante desta pesquisa e preservar sua identidade, cada um deles foi identificado pela letra E (de estudante), seguido de um indicativo numérico. Esta ordem foi adotada e será mantida até o final deste estudo. É importante destacar que as falas dos estudantes foram escritas sem alteração.

A preocupação dos estudantes em suas respostas é estar preparado para enfrentar as dificuldades que surgem no cotidiano. Percebem que é necessário construir o conhecimento para continuar no campo, principalmente, com a chegada das tecnologias nas propriedades rurais e, assim, poder fazer uso das mesmas. Conforme salienta o estudante E2:

“Como agricultor é necessário estar em contato com as tecnologias” (E2).

Enquanto observei as aulas verifiquei que estudavam um tema sobre a *“evolução da agricultura, como ocorreu e como ocorre em nossos dias com o uso das tecnologias para produzir em quantidade e com qualidade, conforme exigências de mercado”* (Diário de Campo, dia 23/08/2018). Muitos foram os questionamentos promovidos nessa aula. Os estudantes relatavam as melhorias que haviam realizado no plano profissional. Destacaram o progresso ao produzir com mais qualidade e com organização. Enfatizaram que o conhecimento proporcionado pela EJA está trazendo resultados positivos. Para sobreviver na agricultura familiar, os camponeses se organizam e buscam aprender novas possibilidades de produção. Dentre elas estão as tecnologias que os professores e a escola também empenham-se em trabalhar, o que já foi mencionado nesta pesquisa.

A importância do conhecimento envolvendo as tecnologias também encontra-se no PPE da escola, com um dos objetivos para desenvolver a capacidade dos estudantes. A escola de EJA almeja que o estudante tenha domínio individual deste conhecimento e que, com ele, possa transformar a sua realidade. Conforme o Plano de Ensino:

“Proporcionar conhecimento aos alunos com informações a respeito da linguagem científica, argumentativa e técnica” (Excerto do Plano de Ensino da escola investigada).

Conversando com os estudantes, percebi o interesse de aprender pela *“necessidade”* de voltar a estudar, conforme eles destacaram. Na conversa, questionei-os se, ao retornar aos estudos, foram incentivados pelos familiares. Todos os estudantes entrevistados comentaram sobre apoio recebido e ressaltaram:

“Meu esposo me apoiou e foi quem me levou fazer a matrícula da EJA, para eu realizar meu sonho” (E1).

“Minha esposa que estava estudando enxergava minhas dificuldades e me incentivou” (E2).

“Meu filho me incentivou muito porque acredita que o conhecimento é importante para mudar de vida” (E3).

É importante o incentivo e a motivação dos familiares para recomeçar uma atividade que foi adiada e, agora, apresenta-se como oportunidade para transformar o espaço habitado, melhorando a qualidade de vida. Interoguei os estudantes para compreender se aulas haviam mudado algo em suas vidas. Eles ressaltaram que as mudanças são consideráveis e que percebem as transformações ocasionadas pelo conhecimento proporcionado pela modalidade educativa:

“Tudo. Senti-me encorajada para encarar os desafios da vida” (E1).

“Os relacionamentos melhoraram” (E2).

“Tudo mudou. Elevou a autoestima devolvendo a vontade de progredir” (E3).

Percebe-se, pelas falas dos estudantes, que acontece uma mudança positiva em suas vidas. Um satisfação pessoal que vem de dentro, por um desejo de transformar a realidade do seu cotidiano. O estudante E2 afirmou que com o *“conhecimento adquirido na EJA, me proporcionou maior abertura de pensamento”*. Considerando esta fala, entendi que as mudanças são significativas para os estudantes que vêm do campo. Compreendi que a educação está orientando para o conhecimento e, com este conhecimento, está despertando a criticidade. Para Freire (1992, p.47), *“O educando se reconhece conhecendo os objetos, descobrindo que é capaz de conhecer, assistindo à imersão dos significados em cujo processo se vai tornando também significador crítico”*.

As respostas dos estudantes quanto ao mundo do trabalho indicam uma melhora significativa. O conhecimento proporcionado pela EJA promoveu mudanças

positivas nos processos e nas ações que pretendem seguir para alcançar os resultados desejados. Os estudantes E2 e E3 salientaram:

“Melhorou no trabalho auxiliando nas tomadas de decisão” (E2).

“Melhorou no trabalho e consigo trabalhar com planejamento” (E3).

Neste sentido, nota-se que no mundo do trabalho ocorrem transformações no seu cotidiano. Pelas falas, demonstram autoconfiança e conhecimento aplicado transformado em ações. A escola apresenta uma visão de futuro em seu PPP no trecho a seguir: *“A educação torna-se heterogênea e diversificada. [...] Ter um compromisso claro com a excelência do futuro trabalhador”* (Excerto do PPP da escola investigada). A preocupação da escola com o mundo do trabalho é visível no seu projeto. *Trabalham temas diversos para orientar o sujeito a garantir sua sobrevivência como camponês, fazendo uso do conhecimento apropriado* (Diário de campo, dia 05/09/2018). O estudante E2 acredita no seu potencial diante do conhecimento concebido quando afirma: *“Administro minha propriedade com mais autonomia”* (E2).

De acordo com Freire “[...] o homem não pode ser compreendido fora de suas relações com o mundo, uma vez que é um “ser-em-situação”, é também um ser do trabalho e da transformação do mundo” (FREIRE, 2017, p.30).

Diante das afirmações de mudanças na vida e no contexto em que os estudantes estão inseridos, procurei saber se a educação contribuiu para a construção do conhecimento. É necessário lembrar, no entanto, que esses estudantes são sujeitos do campo que pretendem aplicar o conhecimento adquirido naquele espaço. Os estudantes E1, E2 e E3 mencionaram que:

“Hoje vejo as coisas de maneira diferente do que via antes de estudar” (E1).

“Consigo colocar em prática o conhecimento versus a prática aplicando no dia a dia a facilitando para obter os objetivos” (E2).

“Aprendi a analisar as informações com criticidade” (E3).

Considerando as falas dos estudantes, percebe-se que surge uma nova realidade. A estudante E1 salienta que *“Compreendo o que acontece no mundo, e se me fazem perguntas consigo responder”*. A compreensão de mundo faz com que o estudante tenha um comportamento próprio e consciente daquilo que acontece ao seu redor. Conforme Freire e Macedo (2011, p.82), *“Essa diferença de comportamento leva o indivíduo a se tornar cada vez mais crítico; isto é, os alunos assumem uma postura crítica na medida que compreendem como e o que constitui a consciência de mundo”*.

O conhecimento está auxiliando os sujeitos a conseguirem transformar a realidade no ambiente em que vivem. Nota-se uma postura diferenciada assumida com confiança. O estudante E2 destaca: *“Aprendi a dialogar e resolver as situações do cotidiano através de atitudes corretas”*. Atitudes que aparentam autonomia nas ações a decidir. Vemos no depoimento a importância do conhecimento proporcionado pela educação diante de uma sociedade que exige aprender e lidar com o novo para qualificar-se sempre mais. Na observação das aulas, uma frase chamou minha atenção quando a professora perguntou aos estudantes *“como seria viver em sociedade sem conhecimento?”* (Diário de Campo, dia 23/08/2018).

Os estudantes ressaltaram durante a aula que *“Sem conhecer, não se aprende”*, *“As pessoas seriam nada sem o conhecimento”*. (Diário de Campo, falas de estudantes, dia 23/08/2018). Diante das respostas dos estudantes entrevistados, nota-se que o conhecimento é necessário e importante para o ser humano prosseguir com suas metas.

Analisando o PPP da escola, percebe-se que o estudante é um ser pensante e necessita ser compreendido como sujeito em construção do conhecimento. *“Compreender o aluno como ser único, capaz e ativo, ajudando a construir conhecimento, formular compreensão de mundo e resolver problemas reais”* (Excerto do PPP da escola investigada). Percebe-se, portanto, que o compromisso com o estudante é fundamental para que ele construa o conhecimento que o orientará na transformação da realidade do contexto em que está inserido.

Conforme Picawy e Wandscheer,

Em qualquer momento da vida é possível o desenvolvimento do conhecimento, das habilidades, das competências que extrapolam os espaços formais e levam à auto realização e ao conhecimento de todos como sujeitos (PICAWY; WANDSCHEER, 2006, p.70).

Após conversar sobre a posse do conhecimento, investiguei os estudantes para compreender se, após terem participado das aulas da EJA, conseguem posicionar-se com mais facilidade frente às situações do cotidiano. A resposta foi positiva pelo que se percebe nos relatos. Os estudantes afirmaram:

“Mudou a maneira de expressar-me, conversar” (E1).

“Facilitou a comunicação, fazendo repensar em atitudes e comportamentos adotados” (E2).

“Tenho mais segurança em falar o que penso” (E3).

As respostas dos estudantes confirmam que há uma facilidade maior para dialogar quando necessário. A partir destas falas, nota-se que acontece o empoderamento do sujeito no momento em que apresentam segurança ao posicionar-se. Assim, o estudante E2 ressalta que, a partir das aulas frequentadas na EJA, de propriedade do conhecimento, ele adquiriu a *“capacidade de avaliar os acontecimentos para opinar”*. Isso comprova a importância de conseguir expor suas convicções como um sujeito do campo. O estudante E3 se reconhece evoluído e humanizado, afirmando: *“Com a EJA voltei a evoluir como ser humano, cresci como pessoa, este crescimento me proporcionou capacidade de posicionar-me frente ao mundo”*. Identifica-se nas falas que a modalidade educativa EJA tem condições de oportunizar ao estudante uma mudança profunda no modo de como encarar a vida.

Por isso é importante trabalhar com os estudantes a diversidade de assuntos, principalmente aqueles que mais lhes interessam, especialmente que estejam vinculados ao seu cotidiano para transformar a realidade existente. Portanto, a escola entende que o currículo necessita ser construído no coletivo. Analisando o PPP da

escola, considera-se que *“Um dos elementos centrais do currículo é o conhecimento e sua aprendizagem é condição para que possa ser aprendido, criticado e reconstruído por todos os estudantes”* (Excerto do PPP da escola investigada).

A partir das observações das aulas da EJA, percebi que os estudantes têm autonomia para escolher temas de seu interesse *“quando um estudante propôs que encerrassem o conteúdo didático para conversar sobre temas atuais, cotidianos, da realidade que vivem”* (Diário de campo, dia 23/08/2018). Notamos, então, um currículo aberto, voltado à necessidade do estudante.

Encontra-se também no Plano de Ensino da escola, em seus objetivos, a intenção de inquietar os sujeitos no sentido de levá-los à reflexão:

“Contribuir para a formação de sujeitos indagadores, criativos e efetivos participantes da sociedade como cidadãos” (Excerto do Plano de Ensino da escola investigada).

Analisando o excerto, nota-se que a escola propõe o conhecimento de maneira questionadora, com o intuito de desenvolver um ser crítico, participante da sociedade, sabendo posicionar-se conforme os acontecimentos da sua realidade. O estudante E2 evidencia que *“Melhorou o entendimento e interpreta o mundo com pensamento crítico”*. Segundo Freire (2017, p.43), *“Esta apropriação crítica os impulsiona a assumir o verdadeiro papel que lhes cabe como homens: o de serem sujeitos de transformação do mundo, com a qual se humanizam”*.

Como sujeitos críticos em busca de conhecimento para transformar realidade, sendo sujeitos do campo, questionei os estudantes quanto à profissão. É possível observar que a Educação de Jovens e Adultos proporcionou vantagens neste aspecto. Os estudantes reconhecem este benefício:

“Eu sou agricultora, com a EJA posso ajudar meu marido a administrar a propriedade” (E1).

“Consigo gerenciar minha propriedade e tomar decisões” (E2).

“Consigo tomar decisões com autoconfiança” (E3).

Percebe-se, pelas falas, que a Educação de Jovens e Adultos está respondendo às expectativas dos sujeitos do campo, especialmente quando expressam que conseguem tomar decisões. Afinal, profissionalmente, na sociedade

contemporânea, temos que fazer escolhas, o que pode ser um diferencial no trabalho. Assim, evidencia a estudante E3: *“Maior qualificação para o trabalho”*. Desta forma, na fala do estudante, a qualificação é uma característica importante para desempenhar sua função como trabalhador. Com o desejo de desenvolverem-se de forma pessoal e profissional no contexto em que estão inseridos e mudar esta realidade, os estudantes enfatizam:

“Tenho mais capacidade sobre minhas ações” (E1).

“Me fez refletir sobre o planejamento dos meus objetivos e metas no meu trabalho como agricultor, melhorando a forma de administrar” (E2).

“Consigo solucionar problemas diários com autonomia” (E3).

Percebe-se nas falas dos estudantes que a modalidade educativa EJA está delineando o empoderamento para as pessoas que vêm do campo. Afirmam que pensam, meditam para decidir e resolvem seus problemas. Neste pensar, os estudantes podem ser estimulados a buscar soluções para seus problemas com autossuficiência. De acordo com Freire, “[...] propor ao povo, através de certas contradições básicas, sua situação existencial, concreta, presente, como problema que, por sua vez, o desafia e, assim, lhe exige resposta, não só do nível intelectual, mas do nível da ação” (FREIRE, 2014, p.120).

Na construção do conhecimento, a escola reforça a ideia da autonomia em seu Plano de Ensino com este objetivo: *“Promover autonomia dos educandos, compreendendo o papel do cidadão na sociedade atual”* (Excerto do Plano de Ensino da escola investigada). Ao observar as aulas da EJA na escola, percebi que os estudantes *“têm autonomia pelas atitudes que tomam na sala de aula quanto à escolha dos conteúdos. Quando concluíram suas atividades escritas manifestaram o interesse em determinado assunto e discorreram sobre a suas escolhas”* (Diário de Campo, dia 23/08/2018). A professora questionou o assunto proposto pelos estudantes: *“Conta histórias do passado para ver se hoje é igual, como você contou na aula passada”* (Diário de Campo, dia 23/08/2018).

Retomando as entrevistas dos estudantes quanto às possibilidades de tomar decisões no campo profissional e transformar o contexto, o estudante E2 destaca: *“Com a ajuda do conhecimento consigo produzir com qualidade aumentando a renda familiar e me mantenho no mercado como produtor rural”*. Conversando com este estudante, notei o entusiasmo com que falava das mudanças ocorridas na sua vida e na sua propriedade a partir do conhecimento proporcionado pela EJA.

A educação trouxe aperfeiçoamento profissional para os estudantes, sujeitos do campo, e *“estes procuram atualizar-se para resolver os acontecimentos vivenciados no dia a dia, buscando condições de vida melhores para suas famílias, a partir de ações sobre o mundo em seu redor”* (Diário de Campo, dia 21/08/2018).

Na empolgação da conversa, o estudante E2, focado na importância de voltar a estudar e dispor do conhecimento para ser reconhecido na sociedade, salientou:

“Recebi propostas de trabalho que antes nem acreditava ser possível” (E2).

Mediante as falas dos estudantes, percebi que a Educação de Jovens e Adultos trabalha em seus conteúdos a possibilidade de emancipar o sujeito. *“Esta compreensão do sujeito sobre suas ações cotidianas conduzem para modificar seu contexto e todos os que se envolvem neste espaço”* (Diário de Campo, dia 21/08/2018).

Focando na possibilidade de empoderamento do sujeito em transformar sua realidade com o conhecimento adquirido e estabilizar-se no campo, a estudante E1 destaca: *“Incentivo os jovens a estudar e ficar na agricultura, porque com o conhecimento têm futuro”* (E1).

Ao estudar os conceitos de educação e empoderamento, problematizei a possibilidade de transformar a realidade, o espaço em que o sujeito do campo está inserido. Ao entrevistar os estudantes, interroguei-os como compreendiam a realidade em que vivem e se a EJA contribuiu para melhorar esta realidade. As respostas foram favoráveis. Com prazer, os estudantes entrevistados afirmaram:

“A EJA transformou completamente a minha vida” (E1).

“Com a EJA a mudança foi notável, este conhecimento melhorou a conjuntura em que vivo” (E2).

“Não apenas aprendi a participar socialmente, mas interpretar as situações do mundo que faço parte” (E3).

Analisando as falas dos estudantes, percebi que as mudanças aconteceram, pois reconhecem que sua vida melhorou. Nestes excertos, demonstram dominar o conhecimento e transformá-lo em ações. A estudante E1 salienta que *“A EJA proporciona maior facilidade para entender as coisas” (E1)*. Aqui nota-se que há compreensão das situações que ocorrem no seu mundo. O estudante E2 ressalta que *“As decisões não são mais tomadas pela emoção e sim pela razão” (E2)*.

Conforme Freire e Nogueira

[...] “capturar” quer dizer aprender. Esse é o começo de conhecer. É quando são “capturados” os objetos e os símbolos pela inteligência. Podemos entender esse processo de reflexão. Pode-se perceber, através desse procedimento, que os objetos e as relações humanas estão se dando, estão “se oferecendo” à reflexão (FREIRE; NOGUEIRA, 2014, p.39).

Desta maneira, a educação faz com que os jovens e adultos detenham o conhecimento aprendido. Então, pelas falas dos estudantes, notamos a reflexão antes de decidir. O estudante E2 destaca: *“Tenho autonomia para resolver assuntos que exigem pensar, refletir” (E2)*. Nesta fala o estudante apresenta confiança nas resoluções a que se propôs.

A importância do conhecimento para o estudante fazer escolhas e transformar sua realidade é indispensável. A escola está consciente de que este estudante adulto, com experiências de vida, necessita aprender mais e atualizar-se no contexto em que vive. Percebe-se isso em um fragmento no PPP da escola:

“O conhecimento também deve promover a ampliação do universo cultural do aluno. Isso requer seleção de conhecimentos que contribuam para formar sujeitos autônomos, críticos e criativos incentivando mudanças individuais e grupais” (Excerto do PPP da escola investigada).

Por meio deste fragmento do PPP, vemos que a escola tem uma função social clara, ou seja, responsabilidade com o estudante. Para trabalhar com sujeitos do campo, conforme o foco da pesquisa, encontra propostas próprias para estes estudantes quando destaca que necessita de seleção de conhecimentos. Neste incentivo às mudanças de comportamento do sujeito, em aprender a governar-se por si mesmo, acontece uma troca de experiências na sala de aula. *“Organizam os estudos no coletivo, professor e estudante. Na metodologia adotada pela professora, ela inicia a conversa explicando sobre o assunto escolhido e dá oportunidade para os estudantes falarem o que sabem ou entendem. Desenvolve-se o conhecimento no sentido absoluto da palavra”* (Diário de Campo, dia 30/08/2018).

Para Arroyo,

[...] trazer as vivências de educandos e educadores, e suas experiências sociais [...] criar estratégias para trazer aos processos de aprendizagem as vivências pessoais e as experiências sociais tão instigantes na dinâmica política, cultural, que interrogam seu pensar e seu viver (ARROYO, 2013, p.115).

As vivências dos estudantes são também uma perspectiva de observação, o que também se encontra no Plano de Ensino da escola: *“Possibilitar ao aluno a capacidade de expressar-se de forma espontânea nas questões atuais existentes”* (Excerto de Plano de Ensino da escola investigada).

Nas respostas dos estudantes, referindo-se a conhecer para transformar com autonomia diante da necessidade de buscar o conhecimento e socializar-se, percebem-se fatos relevantes:

“Tornou-me independente e não preciso mais dos outros para tomar decisões, porque a EJA me deu liberdade” (E1).

“Com a EJA posso dizer que sou capaz de fazer as coisas porque o estudo me facilita estar no mundo de hoje” (E2).

“Tenho objetivos claros e sei o que eu quero” (E3).

Se os estudantes pensam desta maneira é porque a EJA está contribuindo de alguma forma nas mudanças de vida e do ambiente habitado. Cada um deles tem uma resposta para compreender se conseguem transformar a realidade.

“Melhorou minha qualidade de vida” (E1).

“Melhorou a qualidade de vida trabalhando de forma planejada” (E2).

“Não me sinto mais excluída, decido sobre o que eu quero” (E3).

Considerando as falas dos estudantes, percebe-se que estão satisfeitos com a própria vida após a participação na EJA, pois houve crescimento profissional e individual. A escola menciona em seu PPP que o conhecimento necessita amparar o estudante no seu mundo.

“O conhecimento escolar deve facilitar a compreensão acurada da realidade em que o aluno está inserido possibilitando a ação consciente e segura no mundo imediato” (Excerto do PPP da escola investigada).

A escola preocupa-se em trabalhar a realidade do estudante para que este tenha segurança em tomar decisões. Dessa forma, é preciso compreender as causas daquela situação. O Plano de Ensino da escola apresenta nos objetivos *“Refletir sobre a realidade e repensá-la no coletivo”* (Excerto do Plano de Ensino da escola investigada).

Conforme o Plano de Ensino da escola e as aulas observadas, *“podemos afirmar que tem um olhar para a realidade do estudante sendo pensada em meio ao grupo trocando experiências”* (Diário de Campo, dia 23/08/2018).

Ressalto que existem opções de se trabalhar um currículo para Educação de Jovens e Adultos pensando na melhor forma de construir conhecimento. Freire destaca: “[...] o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica dessas relações” (FREIRE, 2017, p. 42-43).

Como seres humanos, necessitamos viver em sociedade. O comportamento humano resulta das interações com o outro. Para Freire, isso se manifesta na maneira

de agir e de ser. O sujeito muda a partir do conhecimento que coloca em prática. E os estudantes e professores deixaram isso bem claro nas entrevistas realizadas.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como proposição a reflexão sobre como a educação desenvolvida na modalidade de Educação de Jovens e Adultos pode contribuir para o empoderamento do sujeito do campo. A partir das investigações e retomando os objetivos que me ajudaram a pensar sobre o assunto, cheguei aos resultados. Para isso, foi necessário conhecer a trajetória da EJA no Brasil, observando o processo de lentidão referente à educação oferecida para os adultos que não puderam frequentar a escola na idade certa.

Mesmo sabendo que existe uma legislação vigente esclarecendo que a educação é um direito de todos e gratuito (CF/88), percebe-se dificuldade em ofertar a modalidade educativa EJA. Talvez isso ocorra por ser mais interessante ofertar a educação às crianças e deixar os adultos sem o conhecimento. Como cidadãos de direito, necessitamos lutar para conquistar o direito ao acesso à escola. Neste processo educacional para jovens e adultos, as ações se desenvolvem em práticas pedagógicas voltadas a este público.

Assim, o currículo para a modalidade educativa EJA, sabendo que é para adultos, deve promover reflexão, valorizando as experiências que os sujeitos vivenciam no seu cotidiano. Este currículo deve mudar as pessoas, ou seja, a apropriação do conhecimento resulta em transformar o contexto que se inserem. Percebe-se, que os professores que atuam na modalidade educativa EJA, na escola

investigada, estão preparados para orientar os estudantes a na construção do conhecimento.

O estudo e as entrevistas realizadas esclarecem que os conceitos analisados nesta pesquisa fazem parte do trabalho educativo da escola investigada. Ao analisar as práticas pedagógicas dos professores da EJA, percebe-se que trabalham de acordo com o interesse do estudante para promover o empoderamento. Abordam temas escolhidos por eles com o objetivo de empoderar o sujeito do campo. Pude constatar, nas observações das aulas da EJA, que a metodologia adotada preocupa-se com a construção do conhecimento do aluno, respeitando o contexto em que ele vive e que quer transformar. Para isso, esse sujeito será capaz de participar da sociedade sabendo posicionar-se frente às situações que surgem no cotidiano.

O PPP da escola investigada deixa clara a relevância do trabalho em conjunto entre professores e estudantes, para que o aluno conquiste sua autonomia e tome as decisões com segurança. Assim, no Plano de Ensino da escola notei que os objetivos propostos condizem com o trabalho educativo observado para gerar o empoderamento.

A educação de Jovens e Adultos é trabalhada de maneira diversificada em seus conteúdos curriculares, com o propósito de orientar o estudante a conhecer assuntos relevantes para sua vida pessoal e profissional. Quando os professores comentam que trabalham o interesse do estudante, neste conteúdo também abordam conhecimento de mundo. Assim, estes estudantes, sujeitos do campo, aprendem com as trocas de experiências que acontecem entre eles e os professores, como prática social que contribui para a construção do conhecimento.

Ao envolver educação e empoderamento, os professores questionam seus estudantes para a compreensão de situações-problema do seu cotidiano. Essas ocorrências manifestam-se no contexto em que estão inseridos, o que os obriga a refletir para tomar decisões. O sujeito do campo, ao voltar a estudar, resolve inquietações que antes não conseguia resolver. Frequentando as aulas da EJA, esses sujeitos despertam para um novo olhar frente os acontecimentos, transformando a sua realidade.

A modalidade educativa EJA trouxe o conhecimento necessário para empoderar o sujeito. Isso ficou claro nas entrevistas com os estudantes, quando interrogados. Nas conversas, demonstraram empoderamento pela convicção das respostas. Ficou evidente a segurança que dispunham quando salientavam que sua vida havia mudado e tinham autonomia nas ações do dia a dia. Ao falar em educação, expressavam uma imensa satisfação pelo conhecimento adquirido.

Conforme se evidenciou com a geração de dados, os estudantes através do conhecimento construído na EJA em conjunto com suas experiências, conseguem transformar a realidade. Assim, quando os estudantes salientam que enxergam o mundo de maneira diferente, é por compreender e saber interpretar os acontecimentos à sua volta. Isso torna o sujeito empoderado porque compreende que faz parte do mundo e pode transformá-lo conforme sua necessidade.

Ao investigar o PPP e o Plano de Ensino da escola é visível que vinculam seu trabalho pedagógico para construir conhecimento. Expressam o interesse no sujeito como pessoa humana, pois planejam as aulas de acordo com as necessidades e desejos dos estudantes valorizando suas vivências.

Ao investigar como a modalidade educativa EJA contribui para empoderar o sujeito do campo que foi o foco desta pesquisa, os resultados foram favoráveis. Nas entrevistas com os estudantes, entendi que o empoderamento aconteceu com auxílio do conhecimento obtido. No campo, espaço em que residem, aconteceram mudanças significativas. Melhoraram a qualidade de vida, no plano profissional e pessoal. Conseguem relacionar-se com as pessoas com igualdade. Fazem escolhas com segurança e determinação. Compreendem o mundo ao seu redor e interpretam esse mundo com criticidade. Ser sujeito do campo para estes estudantes é satisfação, por conseguir, através do conhecimento, transformar a realidade e ali estabilizar-se de forma fortalecida.

De nada adiantaria trabalhar com jovens e adultos se este conhecimento não modificasse sua realidade, para isto é necessário empoderar esse sujeito, dando-lhe autonomia em suas atitudes com mudanças de comportamento para acreditar que é capaz. Todo sujeito tem um potencial que precisa desvendar e a EJA tem este poder.

Esta pesquisa foi apenas o início de uma investigação acerca de educação e do empoderamento do sujeito do campo, através da Educação de Jovens e Adultos. Porém, esta não é a conclusão de minha pesquisa, pois sei que posso desvendar ainda mais sobre o empoderamento do sujeito do campo, no qual me sinto envolvida. É importante destacar que estou consciente de que as entrevistas (instrumento gerador de dados) são um instrumento que limita, devido ao tempo restrito. Mesmo assim, consegui um bom material para realizar meus estudos a respeito do problema de pesquisa. O estudo sobre Educação de Jovens e Adultos me impressiona e me fascina por ser uma fonte inesgotável de experiências vividas. É um aprender prazeroso, pois o adulto é um sujeito da educação e do conhecimento. Permito-me encerrar minha escrita e não minha pesquisa com as palavras de Freire (2016, p.29) “[...] educação como prática de liberdade”. Porque acredito que a educação transforma o sujeito, desde que este queira.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. A educação Básica e o Movimento Social do Campo. In: Arroyo, Miguel Gonzalez; Caldart, Roseli Salette; Molina, Mônica Castagna (Organizadores). **Por uma educação no campo**. 5. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.p.67 – 86.

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. 5. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

ARROYO, Miguel Gonzalez. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In. SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia Gomes de Castro; GOMES, Nilma Lino. (Organizadores). **DIÁLOGOS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**. -2 ed., 1 reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n.9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez.1996. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm. Acessado em: 03 de março de 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa Do Brasil de 1988**. Diário oficial da União, Brasília, DF, 1988. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acessado em: 03 de março de 2018.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. PARECER CNE Nº 11/2000 - CEB - Aprovado em: 10.5.2000
MANTENEDOR: CNE/Câmara de Educação Básica -. UF: DF.RELATOR: Conselheiro Carlos Roberto Jamil Cury. PROCESSO CNE Nº 23001.000040/2000 – 55. Disponível em: www.uff.br/ejatrabalhadores/arquivos.../diretorF_parecer11_2000_resolucao1_00.pdf Acessado em: 10 de março de 2018

BRASIL. **Plano Decenal de Educação para Todos**. Brasília: MEC,1993 – versão acrescida, 136 p.

BRANCO. Rosane Fátima da Conceição. **Educação de Jovens e adultos: (des) compassos entre direitos, políticas públicas e qualidade educacional**. -1º ed. – Curitiba: Appris,2015.

BAQUERO, Rute Vivian Ângelo. Empoderamento: Instrumento de Emancipação Social? – Uma Discussão Conceitual. **REVISTA DEBATES**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p.173-187, jan.-abr. 2012. Disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/26722>. Acessado em: 14 de abril de 2018.

CHEMIN, Beatris Francisca. **Manual da Univates para trabalhos acadêmicos: planejamento, elaboração e apresentação**. 2. ed. – Lajeado: Ed. Da Univates, 2012.

CUNHA, Conceição Maria da. Introdução – Discutindo Conceitos Básicos. **Salto para o futuro. Educação de Jovens e Adultos**. Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério de Educação, SEED,1999.

CURY, Augusto. **Nunca desista de seus sonhos**. Rio de Janeiro; Sextante, 2005.

CALDART, Roseli Salete. A Escola do Campo em Movimento: In. Arroyo, Miguel Gonzalez; Caldart, Roseli Salete; Molina, Mônica Castagna. (Organizadores). **Por uma educação no campo**. 5. Ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.p.89 – 131.

DI PIERRO, Maria Clara. O Impacto Da Inclusão de Jovens e Adultos no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica(FUNDEB)no estado de São Paulo. / Denise Carreira... [et al]. :organização Roberto Catelli Jr, Sérgio Haddad, Vera Ribeiro Masagão. **A EJA em xeque: desafios das políticas de Educação de Jovens e Adultos no século XXI**. – 1º ed. – São Paulo: Global, 2014.p.39 – 76.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 58. ed.rev.e atual. – Rio de janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo; MACEDO, Donald. **Alfabetização: leitura de mundo, leitura da palavra**. Rio de janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. Educação e Participação Comunitária. In: Manuel Castells. **Novas Perspectivas Críticas em educação**. Porto alegre: Artes Médicis, 1996.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a liberdade e outros Escritos**. 6ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 53ª ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** .18ª ed. – Rio de Janeiro/São Paulo: Terra e Paz, 2017.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer: teoria e prática em educação popular**.13 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FREITAS, Ana Lúcia Souza de. Curiosidade Epistemológica. **Dicionário de Paulo Freire**. Danilo R.Streck; Euclides Redin; Jaime José Zitkoski (Org.) 3.ed. 1.reimp. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

GIROUX, Henri. Alfabetização e a pedagogia do empowerment político. Freire, Paulo; Macedo, Donald. **Alfabetização: leitura de mundo, leitura da palavra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Educação de Jovens e Adultos. **Revista Brasileira de Educação**. Mai/jun./jul./ago. 2000, Nº 14. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a07> Acessado em: 10 de março de 2018.

LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes. (Org.) **Educação de Jovens e Adultos e Educação na Diversidade**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**.6.ed. – 7. reimp. – São Paulo: Atlas, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7. ed. - São Paulo - Atlas, 2012.

MOLL, Jaqueline. Alfabetização de Adultos: desafios à razão e ao encantamento. **Educação de Jovens e Adultos**. Jaqueline Moll (Org.) Sita Mara Lopes Sant’Anna... [et al] -Porto Alegre: Mediação, 2004.

OLIVEIRA, Mary Carneiro Paiva. Educação do campo; concepção, contribuições e contradições. **Revista Espaço Acadêmico** – Nº 140 – Janeiro de 2013. p.43 – 52. Disponível em:

www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/download/18301/10263. Acessado em: 13 de março de 2018

PICAWY, Maria Maira; WANDSCHEER, Maria Sirlei Xavier. Educação de Jovens e Adultos: Uma análise pedagógica do texto legal. **Reflexões sobre a Educação de Jovens e Adultos – EJA**. Maria Fani Scheibel; Silvana Lehenbaner (Org.). Porto Alegre: PALLOTTI,2006.

ROMIÃO, José Eustáquio. Educação. **Dicionário de Paulo Freire**. Danilo R.Streck; Euclides Redin; Jaime José Zitkoski (Org.) 3.ed. 1.reimp. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

STREHL, Afonso; RÉQUIA, Ivony da Rocha. **Estruturas e Funcionamento da Educação Básica**: Subsídios para alunos, professores e candidatos aos concursos de magistério, de acordo com a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996- -LDB / Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato, 2000.

SOUZA, Gilson Luiz Rodrigues; SILVA, Liziene Aparecida da. A Educação de Jovens e Adultos como Instrumento de Transformação Social. **Revista Brasileira de Educação e Cultura**. Número IV, jul. Dez 2011p.89-110 <http://www.periódicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura> Acessado em 20 de abril de 2018.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. – 3. ed. ; 7. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

SOUZA, Maria Antônia de. **Educação de jovens e adultos**. – Curitiba: Ibpex, 2007.

VASCONCELOS, Maria Lúcia Marcondes Carvalho; BRITO, Regina Helena Pires de. **Conceitos de Educação em Paulo Freire**.6.ed.- Petrópolis, RJ: Vozes: São Paulo, 2014.

ZITKOSKI, Jaime José. **Paulo Freire & a Educação**. 2.ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora ,2010.

ZITKOSKI. Jaime José. Diálogo/Dialogicidade. **Dicionário de Paulo Freire**. Danilo R.Streck; Euclides Redin; Jaime José Zitkoski (Org.) 3.ed. 1.reimp. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

APÊNDICE

Apêndice A. Termo de Consentimento informado a E. E. de Ensino Fundamental.

Termo de Consentimento informado a E. E. de Ensino Fundamental.

A Diretora de Escola

Prezada Diretora de Escola,

Eu, Jonalda Maria Zeni, acadêmica do Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES – Lajeado, e responsável pelo projeto de pesquisa intitulado provisoriamente, **“Educação de Jovens e Adultos: repercussão do processo educacional para o empoderamento do sujeito do campo”**, desenvolvido sob a orientação da Professora Dra. Danise Vivian, venho solicitar autorização para a realização da presente pesquisa na Escola Estadual de Ensino Fundamental, para estudar a promoção da Educação de Jovens e Adultos, neste município. O objetivo do meu trabalho é compreender como a educação desenvolvida através da modalidade de Educação de Jovens e Adultos pode contribuir para o empoderamento das pessoas do campo.

Com o intuito de gerar dados para este estudo gostaria de observar as aulas ministradas aos alunos da Educação de Jovens e Adultos, aproximadamente por 10 horas, bem como, realizar entrevistas com estudantes e professores que atuam na área. Assim como analisar o Projeto Político Pedagógico e Plano Político de Ensino. As informações geradas serão anotadas em um diário de campo para posteriormente analisa-las e abordá-las em minha pesquisa. Os dados gerados ao longo do estudo serão por mim armazenados para uma possível verificação, pelo prazo mínimo de cinco anos.

Comprometo-me com a Escola e com os sujeitos entrevistados a manter as entidades em sigilo, se assim desejarem. Qualquer dúvida, a Senhora poderá entrar em contato com a acadêmica pelo telefone (XX) XXXXX-XXXX ou pelo e-mail jo-zeni@hotmail.com.

Cordialmente,

Acadêmica: Jonalda Maria Zeni

Orientadora da Pesquisa: Professora Dra. Danise Vivian

CARTA DE ANUÊNCIA

Eu, _____,
Diretora da Escola Estadual de Ensino Fundamental _____,
RS, autorizo a acadêmica Jonalda Maria Zeni a realizar a sua pesquisa na referida
escola. Estou ciente de que a acadêmica realizará observações e entrevistas.

**Declaro que li ou leram para mim o consentimento acima e autorizo a
realização da pesquisa.**

_____, ____ de _____ de
2018.

Assinatura do Responsável

CPF: _____

Assinatura da Acadêmica

CPF: _____

Apêndice B. Roteiro de entrevistas com estudantes da Educação de Jovens e Adultos.

Perguntas para entrevistas com os estudantes da EJA.

1 – O que o levou a voltar a estudar após algum tempo distante da escola?

2 – Você foi apoiado(a) por sua família a voltar a estudar? Por que?

3 - O que mudou em sua vida após frequentar as aula de Educação de Jovens e adultos?

4 - Como a educação contribuiu para a construção do seu conhecimento?

5 - Após participar das aulas, você consegue posicionar-se com maior facilidade frente as situações cotidianas? Se for sim, de que forma?

6 – Profissionalmente, quais as vantagens que a Educação de Jovens e Adultos lhe proporciona?

7 – Como você compreende a realidade em que vive e a EJA tem contribuído para você buscar melhorar esta realidade? Dê exemplos.

Apêndice C. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para os estudantes.**Universidade do Vale do Taquari – Univates****Curso de Pedagogia**

Eu, Jonalda Maria Zeni, acadêmica do Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES – Lajeado, e responsável pelo projeto de pesquisa intitulado provisoriamente, **“Educação de Jovens e Adultos: repercussão do processo educacional para o empoderamento do sujeito do campo”**, desenvolvido sob a orientação da Professora Dra. Danise Vivian, venho através deste, solicitar a sua participação nesta pesquisa. O objetivo do meu trabalho é compreender como a educação desenvolvida através da modalidade de Educação de Jovens e Adultos pode contribuir para o empoderamento das pessoas do campo.

O material coletado será de uso exclusivo da pesquisadora, sendo utilizado com a finalidade de fornecer dados para a realização da respectiva pesquisa. Ressalta-se que será assegurada a confidencialidade dos dados e das informações que possibilitem a identificação do(s)/da (s) participantes da pesquisa. Comprometo-me com os sujeitos entrevistados a manter a identidade em sigilo, se assim desejarem.

Qualquer dúvida podem entrar contato comigo pelo fone (XX) XXXX-XXXX ou pelo e-mail: jo-zeni@hotmail.com.

Conto com a sua colaboração.

Assinatura do estudante

_____, _____ de _____, de 2018.

4 – Você acredita que a Educação de Jovens e adultos pode empoderar o sujeito tornando-o autônomo e crítico? Por que?

5 – Existe diferença entre conteúdos curriculares da EJA e da Educação Básica? E você como professora, o que considera significativo e interessante que os estudantes da EJA aprendam?

6 – Na sua prática educativa, o que você observa para que seus alunos tenham o um bom desempenho para a busca do conhecimento? Que tipo de estratégias utiliza em suas aulas?

7 – Você acredita que a EJA, como modalidade educativa pode mudar o sujeito? Por que?

Apêndice E. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para os Professores.**Universidade do vale do Taquari – Univates****Curso de Pedagogia**

Eu, Jonalda Maria Zeni, acadêmica do Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES – Lajeado, e responsável pelo projeto de pesquisa intitulado provisoriamente, **“Educação de Jovens e Adultos: repercussão do processo educacional para o empoderamento do sujeito do campo”**, desenvolvido sob a orientação da Professora Dra. Danise Vivian, venho através deste, solicitar sua participação nesta pesquisa. O objetivo do meu trabalho é compreender como a educação desenvolvida através da modalidade de Educação de Jovens e Adultos pode contribuir para o empoderamento das pessoas do campo.

O material coletado será de uso exclusivo da pesquisadora, sendo utilizado com a finalidade de fornecer dados para a realização da respectiva pesquisa. Ressalta-se que será assegurada a confidencialidade dos dados e das informações que possibilitem a identificação do(s)/da (s) participantes da pesquisa. Comprometo-me com os sujeitos entrevistados a manter a identidade em sigilo, se assim desejarem.

Qualquer dúvida podem entrar contato comigo pelo fone (XX) XXXX-XXXX ou pelo e-mail: jo-zeni@hotmail.com.

Conto com a sua colaboração.

Assinatura do professor

_____, _____, de _____, de 2018.